

**XIV CONVENÇÃO
NACIONAL
DO BLOCO
DE ESQUERDA**

deBatEs#1

Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2025

Índice

Introdução	3
Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	4
Relatório da Mesa Nacional 2023—2025.....	9
Relatório da atividade da Comissão de Direitos eleita na XIII Convenção.....	40
Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.....	41
Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda.....	44
Moção A: Resistir para virar o jogo.....	58
Moção B: Reconstruir para um novo ciclo político..	86
Moção C: Mais Bloco, menos tendências.....	97
Moção H: Hora de Recomeçar.....	112
Moção S: Novo Rumo	124
Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	137

XIV CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA



A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, cujo lema é “Orgulho na Liberdade!” foi convocada pela Mesa Nacional, no dia 24 de maio de 2025, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC).

A sessão final da Convenção irá realizar-se nos dias 29 e 30 de novembro, em Lisboa, e reunirá mais de 600 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração.

Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções. Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as 5 Moções de Orientação validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de debate por todo o país, que decorrerão entre 05 e 14 de setembro. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção, que terminarão a 16 de novembro.

Os dias seguintes após a eleição de delegadas/os constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa. Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver as/os aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação.

Até 14 de julho, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação, bem como propostas de alteração aos Estatutos. O prazo para envio de textos de debate/contributos à COC termina, por sua vez, a 17 de julho.

O próximo boletim, deBatEs #2, sairá no dia 28 de julho. Será enviado por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os com endereço eletrónico disponível, sendo apenas entregue em suporte papel às/aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos. Neste boletim serão igualmente publicados os textos das Plataformas Políticas Locais.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação. Será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelas/os camaradas Ana Sofia Ligeiro, António Santos, Dina Nunes, Filipa Gonçalves, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, José Carita Monteiro, Nuno Pinheiro, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. A comunicação com a COC deverá ser feita através do email coc.2025@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510).

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção



Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional a 24 de maio de 2025 aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional (MN), a 24 de maio de 2025.
2. A XIV Convenção Nacional é convocada para os dias **29 e 30 de novembro de 2025**, no [Local por fechar, em Lisboa], com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório da COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
 - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
 - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política (na especialidade e na generalidade);
 - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via e-mail a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organiza-

dora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. O endereço eletrónico da COC é coc.2025@bloco.org

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.
6. Os boletins deBatEs #1 e #2 serão publicados no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviados de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os mesmos apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à Sede Nacional.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. As Moções de Orientação apresentadas à Convenção Nacional deverão ser entregues à COC no dia **30 de junho de 2025**, até às **17 horas**, subscritas por um mínimo de 30 aderentes no pleno uso dos seus direitos à data da entrega das Moções à



- XIV Convenção, sendo publicadas no deBatEs #1 a 04 de julho. As Moções são entregues em **suporte informático** através do e-mail da COC e não podem ultrapassar os **30 mil caracteres** (incluindo espaços), devem incluir a **lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos/às promotores/ras das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 05 e 14 de setembro de 2025. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.
 10. Até **14 de julho**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.
 11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia **24 de julho** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
 12. Os redatores podem decidir, até **24 de julho**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
 13. Três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral podem apresentar uma plataforma política local através de texto entre 3 mil e 15 mil caracteres (incluindo espaços) que terá de ser enviado à COC até **25 de julho**, sendo publicado no boletim deBatEs #2.
 14. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados para o e-mail da COC **até 17 de julho** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
 15. Cada moção poderá publicar no boletim deBatEs #2 um texto de debate/contributo que deverá ser enviado para o mail da COC **até dia 17 de julho** em suporte informático editável e não ultrapassar os 15 mil caracteres (incluindo espaços).
 16. No boletim deBatEs #2, a publicar a **28 de julho**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores pontos 11 e 12.
 17. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
 18. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
 19. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.
- #### IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS
20. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, até **14 de junho**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do e-mail da COC.
 21. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 28 de junho.



22. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **04 de julho**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.
23. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **14 de julho**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, em formato editável, para o e-mail da COC e não deverá exceder os dois mil caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
24. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

25. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
26. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
27. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.
28. As/os delegadas/os são eleitas/os pelas/os aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às 0h de dia **24 de novembro de 2024**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2025. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
29. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **14, 15 e 16 de novembro**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
30. As e os delegadas/os são eleitas/os na **proporção de 1 delegada/o para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 0h de dia **24 de novembro de 2024**.
31. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
 1. Estar associadas a uma Moção de Orientação;
 2. Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada no deBatEs #2.
32. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo se garantir a paridade estatutária.
33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS



definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
 - b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
 - c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.
 - d) Na Região Autónoma dos Açores, pela sua especificidade geográfica, poderão formar-se assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).
34. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.
35. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, até ao dia **18 de julho**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por e-mail (**até 21 de julho**) aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.
36. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:
- a) O processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.
 - b) As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia 16 de setembro, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio até dia 29 de setembro. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via e-mail no dia 23 de setembro. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os.
 - c) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.
 - d) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.
 - e) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um/a representante para cada mesa eleitoral constituída.
 - f) Compete à COC organizar a/s MAE das/os aderentes emigrantes.
37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.
38. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las à respetiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os



votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respectivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.

ANEXOS:

01. Regulamento das Assembleias Eleitorais para Delegados/as
02. Minuta para Assembleias Eleitorais
03. Modelo de Ata da Assembleia Eleitoral
04. Calendário



Relatório da Mesa Nacional 2023—2025

1. Direção política

A Mesa Nacional, na sua primeira reunião (18 de junho de 2023), elegeu uma Comissão Política de vinte e um elementos que contaria com dezassete membros da lista A e quatro pela lista E. A Comissão Política elegeu um Secretariado Nacional de dez elementos para tarefas de coordenação executiva. Ao longo deste período, a Comissão Política reuniu catorze vezes.

O mandato correspondeu a eventos políticos significativos, nomeadamente com um ciclo eleitoral muito intenso (legislativas antecipadas, Madeira, Europeias), o que exigiu um esforço de mobilização muito grande do partido e da sua estrutura. De igual modo, um novo ciclo político com um governo de direita começou, sendo papel do Bloco afirmar-se como oposição clara à esquerda. Sem esquecer a guerra e os conflitos que continuam a marcar a atualidade: Palestina e Ucrânia.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda refletiu, nas suas resoluções políticas, a análise e o balanço destes eventos e iniciativas.

2. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional

No presente mandato, a Mesa Nacional reuniu treze vezes.

A 18 de junho de 2023 discutiu e aprovou o regulamento da Mesa Nacional, aprovou o relatório de contas de 2022, elegeu o secretariado nacional e aprovou três iniciativas nacionais (Fórum Socialismo 2023, Conferência Nacional de Jovens e Acampamento de Jovens). Foram votados pedidos de readesão e a resolução política foi aprovada por unanimidade, documento que teve como primeiro ponto: “Campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira”

A 1 de outubro de 2023 discutiu e aprovou a criação de grupos de trabalho (grupo organizador do Socialismo 2024, grupo de trabalho LGBTQI+, grupo de trabalho +60, grupo de apoio autárquico do Bloco de Esquerda, Departamento Internacional, Coordenadora Nacional de Trabalho) e a criação de uma comissão de inquérito. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “A catástrofe da habitação e a luta por soluções”

A 19 de novembro de 2023 discutiu e aprovou o Orçamento do Bloco para 2024 e os primeiros nomes das listas para as eleições regionais dos Açores e de alguns círculos para as eleições legislativas de 10 de março de 2024. Discutiu situação política e aprovou um relatório de uma comissão de inquérito, bem como respetiva sanção proposta.

A 20 de janeiro de 2024 discutiu e aprovou as listas de candidatos/as às eleições legislativas de março de 2024 e o programa eleitoral do Bloco de Esquerda.



A 16 de março de 2024 analisou os resultados das eleições legislativas de 10 de março e aprovou o primeiro nome para a candidatura às eleições europeias. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “Sobre o quadro político pós-eleitoral”.

A 13 de abril de 2024 discutiu e aprovou o manifesto e as listas às eleições europeias e às legislativas regionais da Madeira. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “Oposição total ao governo regressivo da direita”.

A 22 de junho de 2024 discutiu e aprovou as contas anuais de 2023. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “Balanço das eleições europeias e caminhos para uma esquerda forte”.

A 15 de setembro de 2024 aprovou a criação de grupos de trabalho (formação, programa e ecossocialista), aprovou o regulamento da V Conferência Nacional e o regulamento das eleições para Coordenadoras distritais/concelhias/regionais. Foi debatida a situação política e informação sobre o novo Partido Europeu.

A 8 de dezembro de 2024 ratificou o documento aprovado na V Conferência Nacional, convocou a XIV Convenção para 31 de maio e 1 de junho e discutiu e aprovou o documento sobre formação interna. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “Balanço das eleições norte-americanas”.

A 1 de fevereiro de 2025 discutiu o relatório da Mesa, as propostas de estatutos, regimento e regulamento da XIV Convenção e o Orçamento para 2025.

A 10 de março de 2025 reuniu por videoconferência para analisar a situação política e decidir o voto na moção de confiança do governo, tendo decidido suspender o processo da XIV Convenção.

A 23 de março de 2025 discutiu e aprovou o manifesto eleitoral para as eleições legislativas e os primeiros nomes das listas a cada círculo eleitoral, aprovou uma resolução sobre o congresso da ELA a realizar no Porto, em junho, e a resolução política “Europa na Armadilha de Trump e Putin”. A XI Convenção foi adiada para 1 e 2 de novembro de 2025.

A 24 de maio de 2025 discutiu os resultados das eleições legislativas e decidiu lançar uma nova convocatória para a Convenção do partido para 29 e 30 de novembro.

3. Comunicação e propaganda

Desde a XIII Convenção foram produzidas 2 edições do jornal Bloco, relativos à campanha das eleições legislativas e europeias de 2024. Também para as eleições legislativas de 2024, somam-se 18 edições distritais e 2 regionais.

Nesse mesmo período, foram produzidos 7 mupis fora de contexto eleitoral e 15 mupis locais, com tiragem média de 2174. Para as eleições regionais da Madeira de 2023, foram produzidos 2 mupis, somando-se mais 2 para as eleições regionais de 2024. Para as eleições regionais dos Açores de 2024, foram produzidos 7 mupis. Para as eleições legislativas, foram produzidos 1 mupi nacional, 18 distritais e 2 regionais. Para as eleições europeias de 2024 foi feito 1 mupi nacional e outros 2 regionais.

Fora de contexto eleitoral, foram produzidos 5 outdoors. Para as eleições regionais dos Açores



de 2024, foi produzido 1 outdoor e outros 5 com medidas diversas. Para as eleições legislativas, foram produzidos 2 outdoors e mais 1 para as eleições europeias de 2024.

No quadro das eleições regionais da Madeira de 2023, foi produzido um folheto regional - o mesmo se sucedeu com as eleições regionais da Madeira de 2024. Foram ainda produzidos 7 edições de folhetos A3 para as eleições regionais dos Açores de 2024. Para as eleições legislativas de 2024 e europeias de 2024 foram impressos ainda 2 folhetos para os Jovens do Bloco, de suporte à campanha. Para as várias campanhas foram ainda produzidos autocolantes, panfletos, entre outros materiais.

Entre outros materiais pontuais contam-se telas, autocolantes, faixas, copos reutilizáveis, sacos de pano para angariação de fundos, cartazes, panfletos e boletins setoriais.

REDES SOCIAIS

No decorrer do mandato da Mesa Nacional, aprofundou-se a intervenção do Bloco de Esquerda nas principais plataformas de rede sociais, a saber: Facebook, X (antigo Twitter), BlueSky, Instagram, TikTok, LinkedIn, Youtube, Whatsapp, Telegram. A intervenção bloquista faz-se a vários níveis e com diferentes propósitos. As contas do esquerda.net visam ampliar o alcance e o impacto dos conteúdos do portal, as do Grupo Parlamentar incrementar a visibilidade do trabalho desenvolvido pelas eleitas e eleitos à Assembleia da República e as contas institucionais partidárias nacionais - apenas criadas em 2021 - têm como finalidade a divulgação das propostas, posições e iniciativas centrais do Bloco de Esquerda. Acrescenta-se ainda a conta dos Jovens do Bloco, com conteúdos alternativos, mais focados para a faixa etária e com produção maioritariamente independente. O número de seguidores tem crescido de forma sustentada, o mesmo se pode afirmar em relação ao impacto das publicações, que chegaram a milhões de utilizadores das redes sociais: somos no Tiktok, o partido com mais seguidores a seguir ao Chega. As redes sociais da coordenadora são, a seguir ao André Ventura, as redes de um/uma coordenador/coordenadora de partido com mais seguidores

Às contas centrais soma-se uma extensa rede de contas concelhias, distritais, regionais e setoriais e de dirigentes, eleitas e eleitos nacionais e europeus. A gestão de cerca de três centenas de contas bloquistas nas demais plataformas digitais implica um considerável esforço militante, por um lado, e um cuidadoso trabalho de articulação, por outro. Para a melhoria deste trabalho em muito contribuíram as ações de formação sobre gestão de redes sociais, segurança em meio digital e produção de conteúdos, organizadas junto das organizações distritais e regionais, bem como o estabelecimento de eficazes canais de comunicação e de partilha de conteúdos.



	<u>Bloco de Esquerda</u>	<u>Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda</u>	<u>Esquerda.net</u>	<u>Jovens do Bloco</u>
	15.608 (+4.104)	11.841 (+744)	110.000 (-1.397)	5.500
	11.961 (+6.314)	5.127 (+655)	44.200 (-969)	3.015
	68.700 (+19.710)	9.694 (+3.650)	3.403	8.088
	54.853 (+37.472)	—	-2.459	1.121
	1.413 (criado em 11.2024)			
		18.900 (+5.190)		
	2.357 (+1.090)	—	—	—
	1.614 (+311)	—	—	—
	2.342 (+468)	—	—	—

ESQUERDA.NET

Desde a última Convenção, em maio de 2023, até meados de janeiro de 2025, as páginas do Esquerda.net somaram 3,36 milhões de visualizações (5.601/dia) e 1,68 milhões de visitantes (3.849/dia), com o período de maior tráfego a corresponder às eleições legislativas, embora com menor diferença para a média do que em eleições no passado. A newsletter é enviada de segunda a sexta ao fim da tarde com os destaques do dia a 8.400 pessoas, com uma taxa de abertura que varia de 18% a 20%. Entre os artigos mais lidos estão perfis de figuras envolvidas em escândalos políticos e económicos, como o oligarca angolano Álvaro Sobrinho ou o líder da Ordem dos Médicos do Norte, Eurico Castro Alves. Tal como no biénio anterior, as lutas laborais nas empresas, a extrema-direita e a história do colonialismo português continuam a figurar entre os temas mais lidos.

Com a atual equipa de redação composta por três camaradas, o Esquerda procurou no último ano dar prioridade a conteúdos exclusivos como investigações, entrevistas e reportagens, sem descurar o acompanhamento da atualidade noticiosa diária. Em 2024 o site teve uma remodelação gráfica substancial pela primeira vez em muitos anos e foram lançados dois novos podcasts - a série "Na Corda Bamba" com entrevistas a trabalhadores da cultura e o "Fora de Órbita" com análise da política internacional.

No mesmo período - entre maio de 2023 e janeiro de 2025 - o site bloco.org contou com 302 mil visualizações (504/dia) e 139 mil visitantes (231/dia).



4. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

XV LEGISLATURA

A XIII Convenção do Bloco de Esquerda, 27 e 28 de maio de 2023, ocorreu no final da 1.ª sessão legislativa da XV Legislatura. Esta Legislatura foi marcada pela confrontação crescente com as políticas do Governo PS e com a sua maioria absoluta no Parlamento.

Nesta legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 156 projetos de lei e 87 projetos de resolução, 1 projeto de regimento, 1 projeto de revisão constitucional e 1 inquérito parlamentar. Além destas iniciativas legislativas, são de destacar as audições parlamentares sobre Teletrabalho, Direitos dos Trabalhadores das Plataformas, Género e Igualdade Salarial, Audição com Amas da Segurança Social, esta última já no período posterior XIII Convenção Nacional. Estas iniciativas do Grupo Parlamentar visaram, principalmente, dar resposta à crise socioeconómica e ao desgaste dos serviços públicos.

A falta de resposta da maioria absoluta do PS a problemas como a falta de professores na Escola Pública, a situação de ruptura vivida nos hospitais, a crise da habitação e a crise do custo de vida levaram o Bloco de Esquerda a votar contra a proposta do Orçamento do Estado para 2024, que passou apenas com os votos do PS. A convocatória de eleições legislativas antecipadas, na sequência do pedido de demissão do primeiro-ministro por causa de um caso que envolve buscas ao seu Chefe de Gabinete, abreviou a 2.ª sessão legislativa.

XVI LEGISLATURA

Com as eleições legislativas de 2024 o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda elegeu, como na legislatura anterior, 5 deputados e deputadas, num quadro de vitória da direita e de crescimento da extrema-direita. Neste período, o Grupo Parlamentar tem enfrentado o Governo PSD-CDS, o qual dá mostras de uma crescente influência do discurso do CH na política nacional.

Na presente legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 102 projetos de lei, 86 projetos de resolução, 2 propostas de inquérito parlamentar e 1 apreciação parlamentar. Além destas iniciativas, realizámos Jornadas Parlamentares conjuntas com a representação parlamentar regional na Madeira (6 e 7 de maio de 2024) e com o grupo parlamentar europeu The Left em Coimbra (27 e 28 de janeiro de 2025), bem como as seguintes audições públicas: Audição Parlamentar “‘Libertar Portugal do colonialismo’: reparação e políticas públicas” (20 de setembro de 2024), Audição Parlamentar “Menopausa: derrubar tabus, construir políticas públicas” (27 de setembro de 2024), Audição Parlamentar “Direitos para o trabalho doméstico remunerado” (16 de dezembro de 2024), Audição Parlamentar “Mais vida e saúde para quem trabalha por turnos” (27 de janeiro de 2025, no quadro das Jornadas no distrito de Coimbra).

A nossa iniciativa parlamentar tem-se focado no reforço dos direitos dos trabalhadores, com destaque para os trabalhadores por turnos, no avanço dos direitos das mulheres, no que se refere à correção das desigualdades remuneratórias e aos direitos sexuais e reprodutivos, na resposta à crise da habitação e na defesa dos serviços públicos e dos bens comuns contra um Governo de



direita alinhado com os interesses dos rentistas e dos especuladores. Outros elementos marcantes da nossa intervenção parlamentar têm sido a defesa do Povo da Palestina contra a agressão e o genocídio, bem como a defesa dos trabalhadores imigrantes, das pessoas racializadas e das pessoas LGBTI+ dos múltiplos ataques promovidos pela extrema-direita.

5. Departamento internacional

Relatório do Departamento internacional desde a XIII Convenção Nacional

A) Partido europeu

B) Participação em reuniões e congressos

C) Envio de saudações

D) Atividades de política internacional de Anabela Rodrigues, Catarina Martins, Marisa Matias, José Gusmão

A) PARTIDO EUROPEU

- Acompanhamento da intervenção no Partido da Esquerda Europeia e do processo de saída deste partido europeu.
- Acompanhamento do processo da plataforma eleitoral Agora, O Povo.
- Participação do processo de constituição da ELA - Aliança de Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta como partido político europeu.
- Organização do 1º Congresso da ELA - Aliança Europeia de Esquerda pelo Povo e pelo Planeta, 13 e 14 de junho de 2025, Porto

B) PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E CONGRESSOS

- Dia da Pátria Galega, 25 de julho de 2023, Santiago de Compostela, Isabel Pires
- Dia Nacional da Catalunha a convite da Esquerda Republicana Catalã, 11 de setembro de 2023, Barcelona, Catalunha, Isabel Pires
- Congresso da Esquerda Junta (Razem), da Polónia, Varsóvia, 12 e 13 de Janeiro de 2024, Sandra Cunha
- Congresso de lançamento das candidaturas da Esquerda (Die Linke), da Alemanha, Berlim, 26 de abril de 2024, Joana Mortágua
- Assembleia Federal da Esquerda Unida, do Estado Espanhol, Madrid, 18 e 19 de maio de 2024, Bruno Góis
- Dia da Pátria Galega, 25 de julho de 2024, Santiago de Compostela, Isabel Pires
- Dia Nacional da Catalunha a convite da Assemblea Nacional Catalana, das Candidaturas de



Unidade Popular e da Esquerda Republicana Catalã, 11 de setembro de 2024, Barcelona, Catalunha, Isabel Pires

- Reuniões a pedido da Embaixada de Cuba em Portugal, 27 de junho e 9 de setembro de 2024, Luís Fazenda e Bruno Góis
- Encontro Frente Ampla no âmbito da segunda volta das presidenciais do Uruguai, 23 e 24 de novembro de 2024, Uruguai, Maria Manuel Rola
- XVIII Assembleia Nacional do Bloco Nacionalista Galego, 1 de dezembro de 2024, Santiago de Compostela, Galiza, Luís Fazenda e Luís Monteiro
- III Congresso do EH Bildu, 7 e 8 de fevereiro de 2025, Baluarte de Pamplona, Luís Fazenda
- 30.º Congresso Nacional da Esquerda Republicana Catalã, 15 e 16 de março de 2025, Martorell, Bruno Góis
- 26.º Congresso do Partido Socialista de Esquerda da Noruega, 14 e 16 de março de 2025, Oslo, Miguel Cardina
- 5.ª Assembleia Cidadã do Podemos, 11 e 12 de abril de 2025, Madrid, Sandra Cunha
- Congresso Die Linke, 9 e 10 de maio de 2025, Chemnitz, Anabela Rodrigues

C) ENVIO DE SAUDAÇÕES

- Saudação ao Bloco Nacionalista Galego, por ocasião das eleições municipais, maio de 2023.
- Saudação ao Euskal Herria Bildu, por ocasião das eleições municipais, maio de 2023.
- Saudação ao IV Congresso Ordinário do Partido da Esquerda Verde, Turquia, outubro de 2023
- Saudação à VI Conferência do Partido Socialista dos Trabalhadores - Frente Ampla, novembro de 2023
- Saudação ao Congresso (Ard Fheis 2023) do Sinn Féin, novembro de 2023
- Saudação ao 8º Congresso partidário da Esquerda (Die Linke), da Alemanha, novembro de 2023
- Saudação ao VIII Congreso - Tabaré Vázquez da Frente Ampla, do Uruguai, dezembro 2023
- Saudação ao Congresso do Partido da Esquerda, da Suécia, maio de 2024
- Saudação à Universidade Outono do Podemos, do Estado Espanhol, maio de 2024
- Saudação ao XVI Congresso da União do Povo Galego, da Galiza, novembro de 2024

D) ATIVIDADES DE POLÍTICA INTERNACIONAL DE:

ANABELA RODRIGUES



- Participou na manifestação “No Border, No Nation, Stop Deportation”, Bruxelas, 10 de abril de 2024;
- Oradora na conferência internacional “No Pasaran”, Lisboa, 19-21 de abril de 2024;
- Promoveu manifesto sobre trabalho doméstico: domesticworkersbetterlife.com;
- Intervenção em comício eleitoral da França Insubmissa, Estrasburgo 23 de abril de 2024;
- Participou na greve das trabalhadoras domésticas na Bélgica, Bruxelas, 14 de junho de 2024;
- Organizou conferência “Bring Back Campaigns”, Bruxelas, 27 de junho de 2024;
- Seminário Lafede.Cat - organizações para a justiça global em Barcelona sob o tema o Antiracismo - la prática, 14 de Novembro de 2024 (Can Batlló em Barcelona).

CATARINA MARTINS

- Participou na reunião do Agora o Povo, sobre posição conjunta em defesa da solidariedade, do clima, da justiça e da paz, Paris, 17 de novembro de 2023, e na reunião onde assinou declaração conjunta para uma Europa Verde, Copenhaga, 16 de fevereiro de 2024;
- Fundou e foi nomeada co-presidente da associação para a “Aliança de Esquerda Europeia para o Povo e o Planeta”;
- Visitou a Ucrânia a convite da Fundação Rosa Luxemburgo, com eurodeputados da esquerda nórdica e com líder do Die Linke, 31 de outubro a 3 de novembro de 2024;
- Participou na manifestação dos sindicatos europeus para acabar com a exploração da subcontratação de trabalhadores, Estrasburgo, 17 de setembro de 2024;
- Participou e entrevistou na marcha europeia pela Vida Independente “Freedom Drive”, Bruxelas, 24 de setembro de 2024;
- Participou no lançamento do colectivo “Palestinian Jews for Palestine”, Bruxelas, 3 de outubro de 2024;
- Foi oradora na abertura da Universidade de Outono do Podemos, Madrid, 19 de outubro de 2024;
- Participou em diversas manifestações pela Palestina e pelo fim do genocídio, 8 de outubro, 14 e 27 de novembro de 2024;
- Participou em manifestação pelo povo curdo, Estrasburgo, 11 de Dezembro de 2024.

MARISA MATIAS

- Visitou o Líbano entre 20-23 de junho de 2023 e a Jordânia entre 19-22 de dezembro de 2023, em missões oficiais do Parlamento Europeu;
- Participou na reunião do Agora o Povo, sobre posição conjunta em defesa da solidariedade,



do clima, da justiça e da paz, Paris, 17 de novembro de 2023;

- Foi oradora na sessão internacional “Combater o Neofascismo”, ao lado de Ana Miranda e Manon Aubry, Viseu, 8 de setembro de 2023;
- Reuniu com representante dos povos indígenas do Brasil, 21 de setembro de 2023;
- Foi anfitriã de grupo de teatro vindo da Palestina e Ucrânia, para sensibilização sobre vida em zonas em conflito, Bruxelas, 23-25 de janeiro de 2024;
- Participou em várias manifestações de solidariedade com o povo da Palestina e pelo cessar-fogo imediato, 8, 9 e 29 de novembro, 13 de dezembro de 2023 e 13 de março de 2024;
- Participou na manifestação Alarm Phone, em solidariedade com os migrantes no mar, 28 de junho de 2023;
- Participou na manifestação com Greta Thunberg e ONGs para a ação climática a favor da Lei do Restauro da Natureza, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação pela Sahara Ocidental, Estrasburgo, 11 de julho de 2023.

JOSÉ GUSMÃO

- Participou em várias manifestações de solidariedade com o povo da Palestina e pelo cessar-fogo imediato, 8, 9 e 29 de novembro, 13 de dezembro de 2023 e 13 de março de 2024;
- Participou na manifestação Alarm Phone, em solidariedade com os migrantes no mar, 8 de junho de 2023;
- Participou na manifestação com Greta Thunberg e ONGs para a ação climática a favor da Lei do Restauro da Natureza, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação pela Sahara Ocidental, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação “No Border, No Nation, Stop Deportation”, Bruxelas, 10 de abril de 2024.

6. Região Autónoma da Madeira

O ano 2023 ficou marcado pelas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e pelo regresso do Bloco de Esquerda ao Parlamento, com a eleição do deputado Roberto Almada.

O processo de preparação para estas eleições legislativas, que se revelavam muito importantes para o Bloco de Esquerda Madeira, e a campanha marcaram grande parte da atividade do partido até à realização do acto eleitoral, que aconteceu a 24 de Setembro.

Durante este percurso reforçámos a nossa presença nas redes sociais; foram desenvolvidas diversas iniciativas políticas e visitas a instituições, nomeadamente à Universidade de Madeira,

onde fomos recebidos pelo reitor; à Presença Feminina; à OpusGay Madeira, ao Sindicato dos Enfermeiros, ao Sindicato dos Professores, entre outras, que contaram com a presença de deputados nacionais.

Durante a pré-campanha e a campanha marcamos presença diária na rua, em contacto directo com a população de todos os concelhos do arquipélago.

O núcleo de jovens lançou um podcast – “Outcast - Esquerda à conversa”, e desenvolveu uma intensa atividade nas redes sociais entretanto criadas pelo núcleo. Promoveram também algumas iniciativas ligadas à causa ambiental e à causa animal.

Os últimos meses do ano foram de intensa atividade parlamentar por parte do deputado Roberto Almada, com a apresentação de diversas propostas, e deu-se início ao processo preparatório da X Convenção Regional da Madeira. A par disto aconteceu a demissão de António Costa, a dissolução da A.R. e o consequente processo de preparação das eleições legislativas antecipadas, marcadas para 10 de Março de 2024.

Outras iniciativas: Manifestação “Casas para Viver”, associando-se e em consonância com as duas iniciativas nacionais em defesa do direito à habitação; Debate “Política no Feminino”, para assinalar o Dia da Mulher, que contou com a presença de três mulheres de esquerda que, desde sempre, tiveram um percurso político associado à luta feminista pela igualdade; Tertúlia “25 de Abril em Debate” com testemunhos sobre o 25 de Abril na Madeira e com um olhar sobre a Autonomia; celebração do 1º de Maio e participação em diversas manifestações sindicais; concentração “A praia Formosa é minha, é tua, é nossa” em defesa do acesso à última praia gratuita do litoral do Funchal; instalação artística de rua para assinalar o Dia internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres que procurou alertar de forma muito visual para o flagelo da violência doméstica que rouba vidas, não só daquelas que morrem; participação na marcha “Madeira Pride”, bem como o apoio a algumas organizações ligadas à causa ambiental.

Em 2024, o Bloco de Esquerda teve a sua X Convenção Regional e marcou presença em três actos eleitorais, a saber: eleições legislativas nacionais antecipadas; eleições legislativas regionais antecipadas e eleições europeias.

A X Convenção Regional da Madeira realizou-se a 21 de Janeiro de 2024 e elegeu uma Comissão Coordenadora Regional composta por 11 elementos.

Imediatamente após a Convenção, deu-se início ao processo de preparação para as eleições legislativas nacionais antecipadas, que aconteceram a 10 de Março.

A lista dos 6 candidatos e candidatas da Madeira foi encabeçada por Dina Letra.

Foram desenvolvidas diversas iniciativas políticas e reuniões com a União dos Sindicatos da Madeira; o Sindicato dos Professores, entre outras, mas a pré-campanha e a campanha foram marcadas preferencialmente com a presença diária na rua, em contacto directo com os madeirenses.

A 27 de Março de 2024, o Presidente da República dissolve a Assembleia Legislativa Regional em virtude do pedido de demissão de Miguel Albuquerque, Presidente do Governo Regional, após uma investigação levada a cabo pelo Ministério Público o ter constituído arguido.

As eleições legislativas regionais antecipadas são agendadas para 26 de Maio de 2024.



Este novo acto eleitoral teve um período de preparação muito curto, e também por isso, foi muito exigente para a estrutura regional. Mais uma vez, estas eleições regionais revelavam-se muito importantes para o Bloco de Esquerda Madeira, que tinha um deputado eleito e que não conseguiu reeleger.

As Jornadas Parlamentares do Bloco de Esquerda realizaram-se na Madeira, nos primeiros dias de Maio, com foco na habitação, na transição climática e no combate à corrupção.

A partir daqui, a pré campanha e a campanha são o foco de toda a actividade do partido, com a presença diária na rua, em contacto directo com a população de todos os concelhos do arquipélago.

As eleições europeias realizaram-se a 9 de Junho de 2024, tendo a Madeira representação na lista do Bloco de Esquerda através da camarada Mónica Pestana.

A pré campanha e a campanha para mais este acto eleitoral são o foco de toda a actividade do partido, com a presença diária na rua, em contacto directo com a população dos vários concelhos.

Criação de um programa semanal de comentário político regional, denominado Bloco de Notícias, com divulgação no canal de Youtube e nas redes sociais do Bloco de Esquerda Madeira. A partir desta ferramenta foi também criado um boletim, com o mesmo nome, e que é utilizado nas iniciativas de contacto directo com a população.

Outras iniciativas: Manifestação “Casas para Viver”, em consonância com as iniciativas nacionais em defesa do direito à habitação; participação nos preparativos e na Manifestação de celebração dos 50 Anos do 25 de Abril, que, sob a égide de uma Comissão independente, juntou vários partidos, sindicatos, associações, populares, etc; celebração do 1º de Maio e participação em diversas manifestações sindicais; iniciativa para assinalar o Dia internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres; participação na marcha “Madeira Pride”.

A 17 de Dezembro de 2024 é aprovada na Assembleia Legislativa da região Autónoma da Madeira a moção de censura apresentada pelo CH, e o Governo cai.

7. Região Autónoma dos Açores

Atividade - BE/Açores - Maio 2023 - dezembro 2024

Ao longo do mandato da Mesa Nacional eleita na XIII Convenção do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda/Açores elegeu nova Comissão Coordenadora na VIII Convenção Regional que se realizou a 12 de novembro de 2023.

O final do ano de 2023 ficou marcado pelo chumbo do orçamento regional para 2024, provocado pela direita, que criou uma crise política artificial para provocar eleições antecipadas com o objetivo de se reforçar.

As eleições antecipadas ocorreram a 4 de fevereiro de 2024, tendo o Bloco/Açores perdido um mandato.

Contudo o Bloco/Açores manteve-se como quarta força política na região autónoma dos Açores



e continua investido em continuar a ser a mais firme oposição.

No mês seguinte, a 10 de março, tiveram lugar as eleições legislativas portuguesas, nas quais se verificou uma redução do número de votos no Bloco, colocando-nos como quinta força política nos Açores.

Em junho de 2024, ocorreram as eleições europeias, mantendo a tendência de diminuição do número de votos tanto nos Açores como a nível nacional.

O Bloco/Açores tem procurado apresentar uma política alternativa à direita e ao PS, que continua preso às suas políticas do passado e sem soluções concretas para resolver os problemas das pessoas.

O Bloco/Açores tem continuado a sua atuação na defesa da escola pública, sendo exemplo a apresentação de soluções para reforço de pessoal não docente nas escolas, reduzida de forma drástica pelo governo regional, com impactos na comunidade escolar quer pela insegurança gerada, quer pela falta de condições básicas para o funcionamento das escolas.

Para além disso, e perante a injustiça de se criar prioridades no acesso às creches para os pais que trabalham em vez de promover creches para todos, o Bloco continua a lutar pelo acesso universal às creches e não aceita o processo discriminatório introduzido pela extrema-direita, que conta com o apoio do governo regional de direita.

O Bloco/Açores continua a ser o único partido com representação parlamentar a opor-se à privatização da maioria do capital da SATA Internacional.

Continuamos a denunciar situações de conflito de interesses, como foi o caso do negócio milionário entre a EDA e BENCOM para a compra de combustível para a produção de energia, através de um ajuste direto de 50 milhões de euros, com a duração de nove meses, que foi assinado num sábado.

E porque há vida para além do trabalho, o Bloco entregou no parlamento uma proposta para implementação de um projeto-piloto para testar a semana de trabalho de quatro dias no setor privado e na administração pública, com a correspondente redução do número de horas de trabalho e sem diminuição do salário.

Promovemos debates públicos sobre a importância do ensino superior e das qualificações para o futuro dos Açores e sobre o feminismo no combate à pobreza e exclusão social.

Destaca-se ainda a realização das Conferências Zuraida Soares, que decorreram em 2023 na Horta e em 2024 nas ilhas de Santa Maria e São Miguel.

Estas conferências, para além do merecido reconhecimento a Zuraida Soares, são também um espaço de debate e reflexão à esquerda.

Representação Parlamentar do BE/Açores

A Representação Parlamentar do BE/Açores na ALRAA continuou uma intensa atividade, traduzindo no parlamento as prioridades do BE/Açores.

Neste período a Representação Parlamentar do BE/Açores apresentou 20 iniciativas legislativas, das quais 8 Projetos de Decreto Legislativo Regional, 1 anteproposta de lei e 11 projetos de resolução.



Ao nível da fiscalização política, foram promovidos 2 debates de urgência, sobre investimento público e transportes, e 93 perguntas escritas ao governo.

Durante o presente mandato da MN as propostas e a fiscalização política tiveram um amplo espectro de atuação, com especial foco nos serviços públicos (educação e saúde), transportes, bem-estar animal, combate à violência doméstica e obstétrica, questões laborais, acesso nos Açores à interrupção voluntária da gravidez, entre outros.

A representação parlamentar realizou ainda uma jornada parlamentar a Santa Maria e 3 visitas oficiais, ao Pico, Faial e Terceira.

As iniciativas da RP do BE/Açores no período em referência podem ser consultadas aqui:

Representação Municipal do BE/Açores na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

O Bloco mantém a sua representação na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, onde tem tido um papel fundamental na oposição, sendo o partido da oposição que mais tem apresentado propostas para mudar a realidade do concelho.

Para além disso, considera que os orçamentos de Ponta Delgada apresentados pelo executivo camarário falham, por não dar respostas adequadas ao aumento dos problemas sociais em Ponta Delgada, como a pobreza e o aumento de pessoas sem teto.

O Bloco de Esquerda/Ponta Delgada tem tido também um papel fundamental na defesa dos comerciantes do mercado da Graça, tendo sido o primeiro partido a defender um apoio financeiro como forma de compensar as perdas de rendimento provocadas pelo atraso das obras desta estrutura, por erros e atrasos da responsabilidade camarária.

O ambiente, os direitos LGBTQI+, inclusão, as questões do urbanismo e o bem-estar animal foram também áreas de intervenção da representação do BE na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Representação Parlamentar do BE/Açores

A Representação Parlamentar do BE/Açores na ALRAA continuou uma intensa atividade, traduzindo no parlamento as prioridades do BE/Açores.

Neste período a Representação Parlamentar do BE/Açores apresentou 20 iniciativas legislativas, das quais 8 Projetos de Decreto Legislativo Regional, 1 anteproposta de lei e 11 projetos de resolução.

Ao nível da fiscalização política, foram promovidos 2 debates de urgência, sobre investimento público e transportes, e 93 perguntas escritas ao governo.

Durante o presente mandato da MN as propostas e a fiscalização política tiveram um amplo espectro de atuação, com especial foco nos serviços públicos (educação e saúde), transportes, bem-estar animal, combate à violência doméstica e obstétrica, questões laborais, acesso nos Açores à interrupção voluntária da gravidez, entre outros.

A representação parlamentar realizou ainda uma jornada parlamentar a Santa Maria e 3 visitas oficiais, ao Pico, Faial e Terceira.



As iniciativas da RP do BE/Açores no período em referência podem ser consultadas online.

Representação Municipal do BE/Açores na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

O Bloco mantém a sua representação na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, onde tem tido um papel fundamental na oposição, sendo o partido da oposição que mais tem apresentado propostas para mudar a realidade do concelho.

Para além disso, considera que os orçamentos de Ponta Delgada apresentados pelo executivo camarário falham, por não dar respostas adequadas ao aumento dos problemas sociais em Ponta Delgada, como a pobreza e o aumento de pessoas sem teto.

O Bloco de Esquerda/Ponta Delgada tem tido também um papel fundamental na defesa dos comerciantes do mercado da Graça, tendo sido o primeiro partido a defender um apoio financeiro como forma de compensar as perdas de rendimento provocadas pelo atraso das obras desta estrutura, por erros e atrasos da responsabilidade camarária.

O ambiente, os direitos LGBTQI+, inclusão, as questões do urbanismo e o bem-estar animal foram também áreas de intervenção da representação do BE na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Atividade pública do BE/Açores

- 2024:
 - **Outubro**
 - Conferências Zuraida Soares em Santa Maria (12/10/2024)
 - Conferências Zuraida Soares em Ponta Delgada (20/10/2024)
 - **Setembro**
 - Presença na manifestação Casas para Viver em Ponta Delgada
 - Distribuição de folhetos e ação de proximidade no Mercado da Graça, em Ponta Delgada
 - **Junho**
 - Presença na manifestação organizada por assistentes operacionais em Ponta Delgada para a sua integração nos quadros das escolas
 - Presença na Manifestação por melhores condições de trabalho organizado pelo SITACEHTT e CGTP Açores, em Angra do Heroísmo
 - Presença manifestação Azores pride 2024
 - **Maio**
 - Debate organizado pelo BE/Terceira “As mulheres antes da revolução de abril”



- **Março**
 - Presença na manifestação antirracista na Horta
 - Presença na concentração pelo trabalho digno e por jornalistas livres em defesa da democracia, em Ponta Delgada

- 2023
 - **Dezembro**
 - Participação na caminhada que encerrou os 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres que se realizou em Angra do Heroísmo

 - **Outubro**
 - Conferências Zuraída Soares na Horta (22/10/2023)

 - **Setembro**
 - Presença na concentração de trabalhadores da Praia Cultural que foram alvo de um processo de despedimento coletivo, na Praia da Vitória
 - Debate público “Feminismo para combater a pobreza e a exclusão social” na ilha Terceira
 - Debate público “Ensino Superior e Qualificações no Futuro dos Açores”, em Ponta Delgada

 - **Julho**
 - Participação na marcha LGBT em Ponta Delgada

 - **Maio**
 - Participação na vigília em memória das vítimas de SIDA que decorreu nas Portas da Cidade, em Ponta Delgada.

8. O Bloco nas Autarquias e no Trabalho Local

O Grupo de Apoio Autárquico tem como missão apoiar a intervenção das e dos autarcas e ativistas locais do Bloco de Esquerda. Durante o mandato atual da Mesa Nacional, o grupo recebeu dezenas de pedidos de esclarecimento, a que procurou atender no mais curto período de tempo, e de apoio para a elaboração de propostas, requerimentos, exposições, respostas a entidades públicas e privadas.

O grupo prosseguiu com o esforço de organização de ciclos formativos sobre matérias autárquicas relevantes. Nesse contexto, realizou o Encontro Nacional de Autarcas do Bloco, a 6 de



outubro de 2024, na cidade de Coimbra, e promoveu uma sessão de formação sobre orçamentos municipais no dia 19 de dezembro. Atualmente, está a fazer reuniões com todas as estruturas distritais com o objetivo de preparar as eleições autárquicas previstas para o final do ano.

Regista-se ainda a recolha dos contactos de todas e todos os autarcas do Bloco, facilitando a divulgação de documentos e informações de interesse autárquico. Foi também criado um repositório para partilha de diversas propostas, como recomendações e moções, com especial foco sobre assuntos políticos centrais para a intervenção do Bloco de Esquerda nas assembleias de freguesia, municipal e executivos camarários.

9. Coordenadora Nacional do Trabalho

A atual Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT) foi eleita pela Mesa Nacional a 1 de outubro de 2023, sendo composta por 18 camaradas. O Bloco manteve neste mandato, por via da CNT, a sua atividade organizada em várias frentes, com reuniões sectoriais e intervenção regular junto de trabalhadoras e trabalhadores. O Bloco tem grupos específicos nos setores das telecomunicações, da saúde e da educação, da vigilância e da segurança privada. Em todo este período, manteve-se o acompanhamento à participação de bloquistas na direção da CGTP nos moldes definidos no mandato anterior.

A CNT promoveu um debate online sobre as questões da “Transmissão de Estabelecimento” (com a jurista Milena Rouxinol). A CNT organizou uma ronda de reuniões com as coordenadoras distritais do Bloco, em regra abertas aos ativistas laborais dos distritos respetivos. A CNT organizou o XIII Encontro Nacional do Trabalho a 30 de novembro de 2024, em Ovar, juntando várias dezenas de ativistas e contando com a participação de académicos e especialistas, tendo constituído um momento importante para debater a resposta à política do Governo e os desafios no plano da organização de classe. Além de um texto de enquadramento, vários textos contributos elaborados para o debate do Encontro, tal como as apresentações dos painéis, estão publicados e acessíveis no site do Bloco.

O mandato da CNT em funções tem como orientação fazer o acompanhamento da intervenção social do Bloco no campo laboral, promover a formação dos ativistas sindicais e laborais do partido, apoiar a organização de encontros sectoriais, acompanhar a atuação na CGTP e fazer a articulação com os grupos distritais existentes. A atividade setorial e o acompanhamento da intervenção bloquista no mundo laboral foi assegurada pela CNT, pela direção nacional, pelo grupo parlamentar e por organizações e dirigentes distritais. O reforço desta intervenção tem na CNT um instrumento muito importante, mas convoca o conjunto do partido.

10. Coordenadora Nacional de Jovens

A Coordenadora Nacional de Jovens para o mandato de 2023-25 foi eleita na IX Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda, realizada a 3 e 4 de Novembro de 2023. Foi apresentada apenas uma Moção na Conferência - Moção A - Insubmissas, combativas e militantes: a organização de Jovens do Bloco (disponível em Bloco.org) -, que contou com cerca de 50 participantes.



A Coordenadora Nacional de Jovens eleita na IX Conferência de Jovens foi originalmente composta por:

Efetivos:

1. Iara Sobral
2. Duarte Santos
3. Leonor Rosas
4. Sofia Lopes
5. Miguel Martins
6. Beatriz Realinho
7. Aliyah Bhikha
8. Rodrigo Sousa
9. Tomás Marques
10. Íris Marques
11. João Carvalho
12. Teresa Amorim
13. Diogo Teixeira
14. Beatriz Pedroso

Suplentes

15. Frederico Portugal
16. Raquel Vitorino
17. Duarte Graça
18. Diogo Gomes
19. Damas Morais
20. Vasco Ruela
21. Beatriz Cunha
22. Afonso Silva
23. Inês Antunes
24. Carlota Duarte



Desde o início do mandato, procurando potenciar a capacidade de trabalho da CNJ, foi adotado um modelo de funcionamento aberto à participação dos elementos suplentes, incluindo em reuniões, na distribuição de tarefas organizativas e na concretização de iniciativas.

O mandato da Coordenadora de Jovens ficou marcado pela renúncia de vários membros efetivos e suplentes ao longo do mandato, tendo havido substituição formal de efetivos que renunciaram por suplentes. Este processo foi facilitado pelo facto de se ter optado pela referida dinâmica de participação aberta de suplentes.

ACAMPAMENTO LIBERDADE 2023

Esta edição do Liberdade foi organizada ainda no mandato 2021-2023 da CNJ, não tendo sido incluída no relatório anterior por se ter desenvolvido após a entrega do mesmo.

Com cerca de 100 inscritos, o acampamento realizou-se nos dias 27 a 30 de Julho, no Parque de Campismo de São Gião.

Como habitual, foi constituída uma Comissão de Campo, responsável pela gestão dos vários aspetos organizativos de preparação e concretização da iniciativa, assim como de acompanhamento no decorrer das atividades. Definiu-se as seguintes equipas: alimentação, banca de materiais, bar, credenciação, enfermaria, finanças, fotografias, limpeza, programa e acompanhamento a convidados e convidadas, segurança e transportes.

Para consideração em futuros processos organizativos da iniciativa, foram recolhidas opiniões de participantes, através de um formulário online, distribuído a quem esteve presente. Os resultados da consulta foram discutidos em reunião da Comissão de Campo e em reunião da CNJ.

INCONFORMAÇÃO 2024

A edição do Inconformação de 2024 realizou-se entre 26 e 28 de janeiro, na sede nacional. Tendo em vista as celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, o tema deste Inconformação foi a Revolução. No espaço europeu e extra europeu, procuramos pistas para ação e refletimos as várias experiências presentes no programa, da Revolução Francesa à Chinesa.

O Inconformação, como a tendência dos últimos anos indica, é o momento anual da atividade dos Jovens que regista maior adesão. Esta edição não contrariou a tendência e levou-nos a uma reflexão sobre o espaço. A CNJ decidiu não voltar a realizar o próximo Inconformação na sede, devido à limitação de pessoas em cada sessão, que fica aquém dos inscritos. Esta edição do maior momento de formação ideológica contou com 170 inscritos.

ACAMPAMENTO LIBERDADE 2024

Consideramos o Liberdade um importante espaço e momento no ano de militância jovem dos bloquistas. No ano de 2024, o acampamento contou com cerca de 120 inscritos, tendo-se realizado nos dias 25 a 28 de Julho, no Parque de Campismo de São Gião.



Como habitual, foi constituída uma Comissão de Campo, responsável pela gestão dos vários aspetos organizativos de preparação e concretização da iniciativa, assim como de acompanhamento no decorrer das atividades. Definiu-se um conjunto de equipas semelhante ao do Liberdade 2023, dividindo-se a equipa de programa e acompanhamento em duas, para melhor assegurar a concretização do acompanhamento, e a de alimentação em almoço/jantar e pequeno-almoço em duas, pelo facto de a preparação e confeção de refeições ter sido assumida pela própria Comissão de Campo, o que implicou maior exigência organizativa. Também se adicionou equipas de compras e noite, com base na existência de tarefas que já eram necessárias, ainda que não atribuídas previamente.

Para consideração em futuros processos organizativos da iniciativa, foram recolhidas e posteriormente analisadas em reunião opiniões de participantes, tal como referido para o Liberdade 2023.

No decorrer deste momento militante, ocorreram várias adesões ao partido por parte de simpatizantes. A discussão política que teve lugar nesta edição do Liberdade potenciou a criação de dinâmicas que se demonstraram produtivas e positivas para a construção de partido no decorrer dos meses que o sucederam.

BRIGADAS 2024

No âmbito das eleições europeias e do Acampamento Liberdade, a CNJ realizou duas vagas de Brigadas. A primeira, nas últimas semanas de Maio, passou por Coimbra, Faro e Leiria. A segunda, na primeira semana de Junho, a última semana de campanha, passou por Aveiro, Porto e Braga.

As Brigadas serviram duas importantes tarefas: Por um lado, a comunicação e campanha dos Jovens do Bloco chegou a uma parte do território nacional, nomeadamente, faculdades e escolas secundárias a que nunca tinha chegado, assim, centenas de Jovens tiveram o seu primeiro contacto com uma candidatura do Bloco e com o Acampamento Liberdade. Por outro lado, as Brigadas serviram uma importante tarefa interna de fortalecimento da militância, nomeadamente, na motivação de camaradas mais isolados e de concelhias com menos atividade, motivando os Jovens a dinamizá-las e, também, o fortalecimento da coesão nacional entre Jovens do Bloco, através da partilha de experiências, e da criação de pontes de entreajuda entre jovens de diferentes distritos do país, importante para a criação de grupos de jovens fortes e dinâmicos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NNos últimos tempos, o avanço do imperialismo tem-se manifestado de forma particularmente violenta, aprofundando desigualdades e fortalecendo o capital. Reconhecendo esta realidade, CNJ reafirma a importância de fortalecer os laços de solidariedade e luta com outras forças progressistas e socialistas. Este esforço conjunto visa não apenas resistir às investidas imperialistas, mas também construir uma frente ampla e unificada em defesa da justiça, da soberania e dos direitos dos povos. Na campanha das Legislativas de 2024 recebemos uma comitiva da juventude do partido dinamarquês Enhedslisten – De Rød-Grønne, que nos acompanhou ao longo da última semana de campanha. Participamos em conversas que os mesmos gravaram para os seus meios de comunicação (Podcast), sobre a ascensão da extrema-direita europeia, em particular a portuguesa, e as formas de combate à mesma. Em julho, dia 25, participamos no Dia da Pátria



Galega, na sequência do convite da Galiza Nova. Mais recentemente, têm sido mantidos contactos com os vários partidos e respectivas juventudes que compõem a European Left Alliance, no sentido de criar um organismo responsável pelas temáticas relacionadas com a juventude, ainda que tal processo se encontre num estágio embrionário.

COMUNICAÇÃO

Neste mandato, a CNJ assumiu como prioridade não só a criação de conteúdos e meios de comunicação, mas, também, a sua maior disseminação pelo território nacional, garantindo que estes chegassem ao maior número de jovens, especialmente aqueles que até aqui não tínhamos conseguido chegar.

No que toca a panfletos e materiais físicos, a CNJ elaborou panfletos que versaram sobre Habitação, Ensino Superior, Educação, Clima e Palestina, tendo ainda realizado panfletos para o Inconformação e para o Liberdade, bem como para as eleições Legislativas e Europeias. Estes foram distribuídos em Lisboa, Setúbal, Porto, Braga, Coimbra, Castelo Branco e Madeira, e ainda, pelas Brigadas, em Aveiro, Leiria, e Faro. Reconhecendo a importância da comunicação física, procurar-se-á manter e alargar esta forma de intervenção política a cada vez mais espaços.

No campo digital, a CNJ reconheceu que as páginas dos Jovens do Bloco representam uma função crucial na propaganda e comunicação do partido. Focando-se numa comunicação tematicamente mais jovem, pontualmente mais leve, mas nunca menos política, serve como uma importante porta de entrada de jovens à nossa comunicação.

Nas redes, elegemos como prioridades: consistência gráfica, diversificação de conteúdos e periodicidade na sua publicação. Ao longo deste mandato da CNJ, em forte coordenação com a equipa de redes do Bloco, criou-se uma linha gráfica distinta e única para os Jovens, aumentou-se a quantidade e qualidade do conteúdo e atingiu-se, pela primeira vez, regularidade nas redes dos Jovens.

Mantivemos a nossa presença no Instagram, Twitter, Facebook e TikTok, criando, ainda, conta no BlueSky. Verificou-se um crescimento de centenas de seguidores, bem como o aumento das visualizações e interações, atingindo quase 300 mil visualizações.

Reafirmamos o compromisso de continuar a desenvolver um trabalho constante e criativo, alargando o nosso impacto tanto no campo digital, como na presença física em todo o território nacional.

GRUPOS DE JOVENS E INICIATIVAS

Manteve-se contacto com os Grupos de Jovens distritais existentes, assegurado pela participação de membros da CNJ nos grupos do respetivo distrito de militância. Foi possível, através desta articulação, melhor concretizar iniciativas como a distribuição dos panfletos referidos na secção de Comunicação, a afixação de cartazes de iniciativas como as edições de 2024 do Acampamento Liberdade e do Inconformação e a organização de sessões de preparação e divulgação do Acampamento Liberdade 2024.



Vários foram os debates que contaram com a representação do Bloco através dos militantes jovens desde o início do presente mandato. Em escolas, Universidades, eventos das Associações Académicas, entre outros.

Para possibilitar a distribuição de panfletos em distritos sem estrutura de jovens, procurou-se articular com contactos locais, nomeadamente, responsáveis ou dirigentes distritais e funcionários.

GRUPO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Neste mandato da CNJ reforçou-se a ligação aos militantes que frequentam o Ensino Superior, através do apoio e da dinamização de ações nas faculdades, mas não só. A CNJ formou um grupo de trabalho direcionado ao Ensino Superior. Este grupo é composto não apenas por elementos da CNJ, mas sim por estudantes bloquistas de várias Universidades e Politécnicos, de uma vasta cobertura geográfica e de representação das idiossincrasias características dos vários tipos de ensino e geografias do Ensino Superior português.

Foram levadas a cabo por este grupo de trabalho ações nas faculdades, que procuraram debater as condições e limitações à frequência do ensino. Bem como uma campanha nacional sobre o alojamento estudantil e a questão das pousadas da juventude. Foi ainda apoiada a criação de uma comissão de residentes de uma pousada da juventude, levada a cabo por uma camarada do grupo de trabalho.

No decorrer deste mandato, no presente ano letivo, apoiamos a formação de listas para Associações de Estudantes e formação de núcleos. Momentos de grande formação política, de quadros e fortalecimento da militância.

11. Grupo+60

Durante o período em questão houve várias coordenações do grupo: Deolinda Martin e Berta Alves (2022/2023), Berta Alves e Rui Távora (2023/2024), Rui Távora e Jaime Mestre (2024/2025).

01. ATIVIDADE INTERNA

- Boletins Informativos: 20 boletins (#103 a #122), enviados por e-mail aos/às aderentes +60 e publicados no site do BE, que refletem a promoção do debate político geral e temático nas reuniões mensais.
- Reuniões mensais do Grupo +60 (online e presencial): 20;
- Reuniões de coordenadora (alargadas): 16 (online).
- Atualização do Caderno Reivindicativo: para 2024, aprovada na reunião mensal do Grupo +60



do dia 11 de abril de 2024; para 2025, aprovada na reunião mensal de 12 de dezembro 2024, estando em vias de apresentação ao secretariado e grupo parlamentar e posterior publicação.

02. REUNIÕES COM O GRUPO PARLAMENTAR

- 21 de setembro de 2023 - Reunião com o deputado José Soeiro com a coordenação do Grupo +60 (Berta Alves e Rui Távora), com a participação do camarada Jaime Mestre e da assessora do grupo parlamentar do BE, Catarina Silva, em que apresentámos as prioridades para o Orçamento de 2024, aprovadas em reunião do Grupo +60 em 12 de setembro de 2023 (Boletim #108, outubro 2023).

03. TOMADAS DE POSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DO BLOCO

- 02 de agosto de 2024 - enviámos um parecer à Comissão Política sobre o conteúdo de uma carta de uma cidadã sobre "Acumulação do Complemento Solidário para Idosos com Complemento por Dependência", como contributo do grupo para uma resposta.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

- 28 de Maio de 2023 – XIII Convenção do BE - participámos na preparação da Convenção com um texto contributo "Valorização das pensões, uma questão de justiça social" (em DEBATES#2 Contributos para os debates da XIII Convenção, pp. 53-54, disponível em bloco.org), intervimos no plenário sobre "Cuidados e respeito para quem fez o futuro..."
- 26 e 27 Outubro de 2024 - V Conferência Nacional do BE, Porto – enviámos texto contributo "Idosos, o grupo social a que todas e todos pertencemos" (em II Boletim, pp.51-52, disponível em bloco.org) e intervimos no plenário.
- A coordenação participou em 11 Mesas Nacionais, intervindo algumas vezes na defesa das reivindicações do Grupo +60.

PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS E CAMPANHAS/ELEIÇÕES

- Janeiro de 2024 - Eleições legislativas antecipadas, o Grupo +60 enviou contributos para a elaboração do programa eleitoral.

ORGANIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM SESSÕES/DEBATES

De iniciativa do Grupo +60 :

- 08-10 de setembro 2023 – Fórum Socialismo, em Viseu, painel "Pessoas Idosas: Cidadania e Participação", com Berta Soares, gerontóloga e Marina Romana, educadora social (Moderadora : Berta Alves/Grupo+60) ; balanço publicado em Boletim #108, outubro 2023 - em bloco.org.
- 04 Maio 2024 – "Proteção Social Pública e Universal, uma prioridade da Esquerda", na Casa da Imprensa, com intervenções iniciais de Mariana Mortágua e Catarina Martins e com a participação de José Gusmão, Maria Paz Campos Lima, Rogério Silveira e José Soeiro ; balanço publicado no Boletim #116, junho 2024.



- 30 de agosto-01 setembro 2024- Fórum Socialismo, em Braga, painel da iniciativa do Grupo +60 “Desocultar o Idadismo de Género” (à volta de um projeto da UMAR), com Graça Marques Pinto (ativista, feminista) e Berta Alves (Grupo +60). Intervenções publicadas no Boletim Extra Fórum Socialismo 2024.

04. PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE ÂMBITO ASSOCIATIVO E SINDICAL

O Grupo +60 tem procurado participar em todas as iniciativas, dentro das suas possibilidades, quer ao nível do associativismo de reformados e pensionistas, quer ao nível sindical, nomeadamente SPGL, quer ainda em espaços de debate em defesa de uma segurança social pública e universal, intervindo nesses espaços, defendendo as propostas inseridas no nosso Caderno Reivindicativo, procurando criar pontes para que as nossas reivindicações sejam satisfeitas, dando eficácia à luta desenvolvida neste âmbito.

05. REFORÇAR A INTERVENÇÃO E ALARGAR A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO +60

O Grupo +60 tem promovido reuniões mistas (presenciais e online), de forma a garantir a participação de camaradas de todo o país na reunião plenária mensal, reforçando assim a intervenção do grupo.

Tem havido alguns problemas técnicos nas condições da transmissão das reuniões que têm vindo a ser resolvidos.

12. Grupo de Trabalho Formação

O desafio que foi colocado a um conjunto de camaradas pela Mesa Nacional, em setembro, foi o de propor programa, metodologias e suportes para a constituição de um modelo de formação no Bloco de Esquerda. Um modelo de formação mais moderno, estruturado e descentralizado que forneça instrumentos para abordar um tema ou para intervir politicamente.

Em 4 reuniões, o Grupo de Trabalho produziu um documento apontando dois formatos possíveis de formação, que podem coexistir: palestras presenciais ou online, cursos continuados temáticos, ações de formação performativas e um registo online (no site do Bloco) com sugestões de materiais a consultar sobre temas diversos (documentos, livros, artigos, filmes, peças de teatro, documentários, obras de arte, etc).

Em novembro este Grupo de Trabalho entregou à Mesa Nacional um documento com as suas propostas e extinguiu-se.



13. Grupo de Trabalho Programa do Bloco

A Mesa Nacional atribuiu, em setembro, a um conjunto de camaradas, a organização de um processo participado e democrático, para atualização do património programático do Bloco.

25 anos depois da sua criação, percebemos a necessidade de aprofundar ideias e de refletir sobre os desafios contemporâneos que enfrentamos.

O mundo está em constante transformação, com crises ambientais, económicas e sociais que exigem respostas inovadoras e corajosas. Pretende-se promover um debate amplo e inclusivo que envolva todas as vozes que partilham a visão de uma sociedade mais justa.

O Grupo de Trabalho tem vindo a reunir regularmente para organizar este processo, que pretende envolver militantes, simpatizantes e a sociedade em geral. Definidos que estão os Eixos Programáticos e as Mesas necessárias para a discussão dos temas, vamos entrar na fase dos workshops online, tentando envolver o maior número de pessoas.

Pretende-se, antes do verão, ter um documento base, com as principais ideias dos debates, para discussão na Mesa Nacional e que seja a base de um futuro programa político, a aprovar oportunamente.

14. Grupo de Trabalho LGBTQIA+

Membros do Grupo de Trabalho LGBTQIA+:

- Beatriz Realinho, Guarda
- Beatriz Pedroso, Lisboa
- Ana Durães, Oeiras
- Damas Morais, Coimbra
- Diogo Teixeira, Madeira
- Duarte Santos, Porto
- Duarte Graça, Porto
- Inês Antunes, Castelo Branco
- Jéssica Vassalo, Santarém
- João Carvalho, Almada
- Júlia Pereira, Santarém



- Lou Loução, Lisboa
- Sara Azul, Porto
- Rafael Pereira, Coimbra
- Tiago Resende, Viseu
- Jo Rodrigues, Porto/Faro
- Eduardo Couto, Aveiro
- Vanessa Brandão, Braga
- Paulo Jorge Vieira, Lisboa

Reuniões:

O Grupo de Trabalho LGBTQI+ do Bloco de Esquerda reúne com a periodicidade de duas em duas semanas, desde a sua eleição na Mesa Nacional de 1 de outubro de 2023.

Eleições:

Em 2024, ano de eleições Legislativas antecipadas, contribuímos para a elaboração do programa eleitoral, onde apresentámos propostas e temas a serem trabalhados pelo Bloco de Esquerda.

II Fórum LGBTQI+:

Neste momento, encontramos-nos a construir o II Fórum LGBTQI+, a acontecer em Coimbra nos dias 1 e 2 de março. Pretendemos com este encontro juntar ativistas e militantes do Bloco de Esquerda para se pensar um movimento politizado e coletivo.

15. GT Ecosocialista/Grupo promotor do Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda

Este grupo de trabalho surgiu de uma proposta feita à MN e, aí aprovada, por um conjunto de camaradas propondo a conformação de um GT Ecosocialista do Bloco de Esquerda. A partir desta aprovação, foi formado o Grupo promotor do Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda. A intenção é a de organizar um Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda, de carácter nacional, que enquadre politicamente a formação de um GT Ecosocialista do Bloco - que não coincidirá necessariamente com o atual GT, ainda que seja natural que tal aconteça em parte.

O Grupo promotor é constituído por Andreia Galvão, Daniel Borges, Daniel Carapau, Luís Fazeiro, Manuel Afonso, Ricardo Vicente, Rita Calvário, Rui Cortes, Vânia Leite (Miguel Heleno, Ricardo Moreira, Fátima Teixeira e Néelson Peralta foram igualmente incluídos, mas, por diver-



sos motivos, não têm podido participar). Realizaram-se até ao momento 5 reuniões, estando o Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda marcado para 22 de março de 2025, estando o grupo neste momento a ultimar aspetos como a divulgação, fechar o programa, mobilização, etc.

16. Grupo de Trabalho da Educação

O presente documento pretende ser o resumo das atividades promovidas pelo Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda (GTeduBE), criado por unanimidade pela Mesa Nacional, em setembro de 2022 e confirmado em 2023, após a XIII Convenção do BE.

Este propósito serve também para uma breve reflexão sobre a pertinência deste grupo de trabalho, tendo em conta a sua essência: a Educação, a Escola Pública e todas as pessoas que nela vivem quotidianamente.

Em 27 a 29 de abril de 2020, um grupo de professores do Bloco, conjuntamente com deputados e militantes interessados em debater a Educação, num conjunto vasto de reuniões a distância, discutiram as situações mais prementes da Educação, com o tema “O papel da escola pública no combate à crise” (em bloco.org).

Na altura, decidiu-se organizar as primeiras Jornadas da Educação do Bloco de Esquerda (JEBE) com o tema “Os desafios da Escola Pública” que decorreram entre outubro de 2020 e julho de 2021. As JEBE foram dinamizadas a partir de grupos com temáticas específicas e de seminários e com especialistas convidados.

Dos debates, conversas e reuniões sobre diversas temáticas relacionadas com a Educação, surgiu a necessidade de criar o GTeduBe, integrando todas as pessoas que, no Bloco de Esquerda, se interessam pela temática, ainda que de pontos de vista diferentes.

Atualmente, integram o GTeduBE aderentes de quase todas as regiões do país, incluindo Regiões Autónomas, de todas as áreas do setor, e do estrangeiro, incluindo docentes, não docentes, alunos e alunas e encarregados/as de educação.

Todas as atividades desenvolvidas desde 2020 estão disponíveis no separador “Educação” (em bloco.org) do sítio oficial do Bloco de Esquerda para consulta.

O primeiro balanço da atividade do Grupo de Trabalho de Educação até dezembro de 2021 pode ser consultado no documento “Histórico e Trabalho desenvolvido nas JEBE”.

01. ATIVIDADE DO ANO 2022-2023:

- Novembro de 2022. Proposta para o Orçamento de Estado de 2023.
- 18 dezembro 2022. Análise e posição do Grupo de Trabalho sobre situação da carreira docente, intitulada: “Os professores não aguentam tudo. Razões para a degradação da Carreira”



- 18 dezembro de 2022. Posição do GT Edu sobre alteração do regime de concursos de professores do ensino básico e secundário e de educadores.
- Janeiro de 2023. Iniciativa de criação do movimento “Unidos somos imparáveis” que fez o apelo à união das lutas e reivindicações sindicais nas lutas pela Escola Pública (Facebook: @unidossomosimparaveis). O documento em subscrição que reuniu 2220 assinaturas. A iniciativa foi promovida em conjunto com a Comissão Política.
- 3 de março de 2023. O Grupo de Trabalho contribuiu para a elaboração de duas perguntas à Comissão Europeia sobre os Serviços Mínimos decretados em Educação e o tempo de serviço docente, nomeadamente sobre ultrapassagens e injustiças verificadas.
- 12 de maio de 2023. Posição do Grupo de Trabalho sobre as provas de aferição intitulado: “A cultura da avaliação inútil e kafkiana - o caso das provas de aferição”.
- 12 de maio de 2023. Posição sobre as negociações do Ministério da Educação com sindicatos de professores e a apreensão quanto ao futuro da Educação Pública em Portugal.
- 20 e 21 de maio de 2023. Na XIII Convenção do Bloco de Esquerda, foram ouvidas as vozes de vários docentes, que fazem parte do Grupo Trabalho de Educação, cujos vídeos podem ser vistos em bloco.org.
- 25 de maio de 2023. Reforço da atividade sindical nos sindicatos da FENPROF, nomeadamente com presença reforçada na lista unitária para o SPGL eleita em 25 de maio de 2023, com 22 elementos.
- Setembro de 2023. Elaboração de Campanha para o início do ano letivo, com flyer e slides sobre problemas e soluções para a Educação, a distribuir na comunidade educativa e redes sociais.
- 10 setembro de 2023. Participação no Fórum Socialismo do BE, em Viseu, com a dinamização do debate “Da Escola que somos à Escola que sonhamos”, com Alexandra Vieira, Cristina Guedes e Hugo Monteiro.
- Janeiro a setembro de 2023. Participação ativa dos elementos do Grupo nas manifestações e formas de luta diversas pela escola pública, de diversas organizações de educação e sindicatos.
- Setembro de 2023. O Movimento “Unidos somos Imparáveis” junta-se à luta pela Habitação, cuja crise afeta os docentes e a escola pública, sob o lema “Nenhum aluno sem professor e nenhum professor sem casa” e faz mais um apelo à subscrição. Movimento no Facebook: @unidossomosimparaveis.
- Setembro de 2022 a setembro de 2023. Realização de 9 reuniões on-line, que contou em média com 20 participantes. Realizou-se uma única reunião presencial no Fórum Socialismo, em Viseu.



02. ATIVIDADE DE NOVEMBRO DE 2023 A JANEIRO DE 2025:

Foram realizadas cinco reuniões gerais do Grupo de Trabalho, para além dos encontros e sessões de trabalho para organização e produção dos conteúdos e ações a seguir descritas.

a) Comunicados e tomadas de posição

- 13 de dezembro de 2023. Construção de Proposta para o Programa Eleitoral do Bloco na Educação.
- 21 de janeiro de 2024. Posição sobre reintegração dos docentes na CGA.
- 24 de fevereiro de 2024. Posição sobre a necessidade de um plano de investimento para reabilitação urgente do edificado escolar, fundamental para um ensino de qualidade.
- 8 de março de 2024. Manifesto: Docentes declaram apoio ao Bloco (notícia disponível em esuqerda.net).
- 22 de abril de 2024. Comunicado sobre Ensino de Português no Estrangeiro sobre a situação do ensino da língua e as questões profissionais dos seus docentes.
- 15 de maio de 2024. Análise do Programa do Governo para a Educação.
- 18 de setembro de 2024. Análise do início do ano letivo 2024/2025 e áreas em debate, bem como as propostas sugeridas e o trabalho político necessário.
- 27 de outubro de 2024. “A Escola do futuro é livre e justa”. Texto do Grupo de Trabalho para a V Conferência Nacional no caderno 2.
- 4 de novembro de 2024. Elaboração de documento com contributos para a discussão do Orçamento de Estado na área da Educação para 2025.

b) II Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda

O Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda propôs, organizou e realizou as II Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda com o tema “Como construir a cidadania para a democracia e para a liberdade”, durante os meses de junho, julho, setembro e novembro de 2024, com 4 debates realizados e com 89 inscrições.

As duas sessões presenciais realizaram-se no Fórum Socialismo 2024 em Braga:

- “Cidadania na Escola: uma Perspectiva crítica” no Fórum Socialismo em Braga com os professores Rodrigo Azevedo e Alexandra Vieira e moderação de João Martins. Sala cheia às 11h30, sábado 3 de agosto. Transmissão online.
- “Novos Modelos Pedagógicos e Democratização da Escola” no Fórum Socialismo em Braga com os docentes Miguel Pereira e Pedro Correia, moderação de Cátia Domingues. Sala cheia às 14h30, domingo 1 de setembro. Transmissão online.



Os vídeos estão [disponíveis em bloco.org](#).

As duas sessões on line foram as seguintes:

- “Diversidade sexual e inclusão”, com Fabíola Cardoso (professora AE da Sertã) e Beatriz Pedroso (ativista), em 8 novembro, às 21h15.
- “O estado da Educação: tensões contemporâneas”, com Almerindo Janela Afonso (U. Minho), a 22 de novembro, às 21h15.

Os vídeos estão [disponíveis em bloco.org](#).

03. PERTINÊNCIA DO GTEDU

No momento atual, passado o período de luta mais intensa que ocorreu em 2023, instalou-se uma aparente calma na classe docente. A possibilidade de recuperação do tempo de serviço, ainda que abranja apenas parte dos professores que a ele têm direito, o que tem reflexos na pensão futura, contribuiu para o esmorecer da luta. No entanto, os problemas estruturais da Educação mantêm-se, a par dos ataques à Escola Pública que ganham caminho nas intenções e ações do atual MECI.

A Educação e a Escola Pública continuam a ser arena para a disputa política e para as agendas que declaradamente ameaçam o direito à educação previsto na Constituição da República Portuguesa, pautado por valores de igualdade e vivência democrática, num espaço de liberdade cidadã, de criação, de escuta ativa, de pensamento crítico e de expressão da vida, através de experiências educativas realmente significativas.

Esta reflexão sobre a escola que queremos ganha ainda maior vigor numa altura em que a multiculturalidade e a diversidade se tornam mais visíveis do que nunca. Este facto traz novos desafios às organizações educativas e às estratégias de inclusão, para a construção da cidadania que também revisita, entre outros, temas como a Educação para a Paz, a igualdade de direitos, a não violência, o respeito e o acolhimento, com recursos adequados e equipas multidisciplinares, de modo a responder e a prevenir ao ódio que se vem normalizando.

Por outro lado, as políticas educativas erráticas dos sucessivos governos resultam na desvalorização da docência, com consequências na regeneração deste grupo profissional colocando um problema há muito identificado pelos sindicatos, associações e universidades, que é o da falta de professores. Esta situação é extensível a todos os profissionais da Educação.

Por fim, a escassez de dotação orçamental, ainda longe dos 6% do PIB recomendados pela OCDE, continua a penalizar este serviço público que tem escassez crónica de equipamentos e de recursos humanos. Estes são, nos dias de hoje, essenciais ao direito à educação. Dotar a Escola de todos os de profissionais de diferentes áreas de que necessita é a única solução para o número crescente de alunos, para a diversidade cultural e inclusão, e para a previsível falta de professores, de educadores e de outros profissionais do setor.

Por todas as razões referidas continua a justificar-se a existência do Grupo de Trabalho da Educação, assim como a pertinência dos objetivos que levaram à sua criação.



4. CONCLUSÃO

O propósito do Grupo de Trabalho de Educação é a análise crítica de todo o sistema educativo, onde se incluir a escola Pública como elemento essencial à democracia e à igualdade, nas suas diversas dimensões, numa ação de desconstrução e de desocultação, bem como a elaboração de propostas políticas para a Educação, e para a defesa e melhoria de uma Escola Pública de qualidade, dos seus valores e dos seus profissionais.

Importa continuar a desenvolver uma intervenção junto das organizações de professores, e de outros profissionais, na luta pelas carreiras e pelo investimento na Escola Pública, fomentando a intervenção cívica dos professores e dos não docentes.

Assim, mantém-se como fundamental a ampliação do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda que, neste momento, conta com 68 elementos inscritos, para a qual é necessário um maior reconhecimento interno da sua relevância. Por esta razão, defendemos a continuidade deste trabalho, bem como o estreitar da articulação interna e com os eleitos, bem como a valorização do trabalho desenvolvido e a representatividade nos órgãos do partido.

A manutenção do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda, herdeiro de anteriores, justifica-se pelas dinâmicas que foi capaz de implementar, nomeadamente as inúmeras ações, as campanhas e as iniciativas que promoveu, a capacidade de fazer propostas em qualquer área do sector. Destaca-se a dinamização de duas Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda, com especialistas em Educação, pois foram momentos relevantes de agregação de militantes e contribuíram para projetar externamente o Bloco de Esquerda.

17 . Grupo de Trabalho da Antirracista

A 13 de abril de 2024 foi aprovado na MN o Grupo Trabalho Antirracista (GTAR), com o objetivo de afirmar a luta antirracista no seio do partido, é fruto do reconhecimento de um caminho pouco consistente, apesar da génese antirracista do partido.

O GTAR tem vindo a promover espaço de debate e de construção política para enfrentar todas as formas de discriminação e violência que as pessoas negras, ciganas e migrantes são alvo, de modo a influenciar todos os espaços institucionais onde o BE tem representação eleita.

Todos os anos, o grupo promoverá um Encontro Nacional Antirracista (ENAR), à semelhança do realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2024, na Amadora. Este momento será precedido de jornadas antirracistas a realizar em vários pontos do país, tal como tem vindo a acontecer. A 19 e 20 de outubro arrancou a construção do ENAR com as Jornadas Antirracistas do Norte sob os debates “Que alianças e lutas nas ruas para um Porto antirracista?”, no Porto, e “Imigração: que direitos e respostas?”, em Braga.



O grupo tem organizado a presença do partido em algumas manifestações, - 14 de setembro (solidariedade com Cláudia Simões) e 21 de setembro (Marcha pelo centenário de Amílcar Cabral contra o fascismo, a xenofobia e o neocolonialismo), para tal promoveu o convívio antirracista a 13 setembro, na sede nacional.

Outra atividade em curso é a organização e mobilização do voto das pessoas estrangeiras que podem votar em Portugal nas próximas eleições autárquicas, através da campanha informativa do recenseamento eleitoral.

A coordenação do Grupo de Trabalho Antirracista: Alberto Matos, Aliyah Bhikha, Ana Durães , Andreia Galvão, Cyntia de Paula, Hugo Monteiro, Isabel Dabó, Jefferson Oliveira, Santiago Mbanda.



Relatório da atividade da Comissão de Direitos eleita na XIII Convenção

A Comissão de Direitos (CD) eleita na XIII Convenção do Bloco de Esquerda é composta por António Ricardo, Carlos Gomes, Elisabete Carvalho, João Moniz, Patrícia Barreira, Sandra Cunha e Vasco Barata.

Durante o seu mandato a CD reuniu 14 vezes: das quais, 10 reuniões ordinárias, que coincidiram com reuniões da Mesa Nacional e realizadas em regime misto, estando alguns membros presencialmente e restantes através de Zoom e 4 reuniões extraordinárias que ocorreram online para tratamento de processos pendentes de resposta.

Percebemos que neste mandato os apelos de aderentes à CD reduziram em número e também em complexidade, não havendo neste mandato qualquer necessidade de resposta ao Tribunal Constitucional, devido a processos levantados por aderentes do Bloco conforme aconteceu no mandato anterior.

Regista-se algum desconhecimento sobre as tarefas e as competências da Comissão de Direitos.

Alguns dos apelos que os aderentes fazem à CD nada têm a ver com as funções deste órgão, definidas nos Estatutos, reportando-se a contendas entre aderentes e dirigentes dentro dos órgãos que deviam ser tratadas do ponto de vista político e não por "arbitragem" da CD.

Queremos relevar que, por vezes, a CD teve dificuldade em obter resposta por parte de algumas estruturas do Bloco quando necessitámos de as contactar para procurar esclarecimentos, que nos permitissem apurar factos e tomar decisões.

Os motivos que levam os aderentes ou as estruturas internas do Bloco a dirigirem-se à CD são diversos. Refira-se como exemplo do tipo de comunicação com a CD, das nove queixas/exposições, quatro foram sobre questões relativas a processos de eleição; uma relativa à convocatória da Convenção do Bloco, e as restantes quatro, referiram-se, respetivamente, a queixa de atitudes e comportamentos de camaradas em reuniões do partido, processo de isenções de quota, comunicações internas e decisão de CCC sem enquadramento estatutário.

A CD propôs à Comissão Política a instauração de 1 comissão de inquérito a camaradas, tendo a respetiva CI sido constituída.

Cumpramos referir que, no decurso do mês de fevereiro do presente ano, o camarada António Ricardo deixou de integrar a CD, na sequência da sua saída do Bloco de Esquerda. Não obstante os esforços reiterados da comissão no sentido de proceder à sua substituição, tal não se revelou possível, dado que os elementos seguintes da lista se mostraram indisponíveis ou não responderam aos diversos contactos efetuados.



Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

1. A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 29 e 30 de novembro de 2025, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema **“Orgulho na Liberdade!”**

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIV Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia decorre até às 21h00 de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.



15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

b) a votação final das moções terá início às 12h de domingo.

25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.



27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h);
- Eleição da Mesa (11h15);
- Alocução de abertura da Convenção (11h30);
- Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50);
- Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30, sábado, votação final 12h00 domingo);
- Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00 sábado, encerramento às 11h00 domingo);
- Sessão de Encerramento (domingo 12h30).



Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda

PROJETO DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA APROVADO EM REUNIÃO DE MESA NACIONAL DE 28 DE JUNHO DE 2025

NOTA PRÉVIA

O Tribunal Constitucional, através do seu Acórdão n.º 74/2024, de 24 de janeiro, decidiu indeferir o pedido de anotação das alterações aos Estatutos do Bloco de Esquerda com fundamento na ilegalidade de algumas das suas normas, impondo uma retificação estatutária na Convenção seguinte.

A filosofia subjacente à apreciação, por parte do Tribunal Constitucional, de alterações estatutárias comunicadas por partidos políticos está a alterar-se profundamente. Segundo se pode retirar do quanto vem disposto naquele Acórdão, na sua apreciação, o Tribunal pode ir além das normas estatutárias alteradas - o que consubstanciava a prática anterior -, estendendo os seus poderes de cognição a qualquer norma que conste dos Estatutos. Assim, na prática, aprecia a totalidade dos Estatutos uma vez que lhe sejam comunicadas quaisquer alterações que a Convenção entenda deliberar.

Nesse contexto, o Tribunal chamou à atenção para a necessidade de sanar ilegalidades detetadas, tarefa a que o Projeto de Alteração de Estatutos, aqui apresentado, visa dar resposta.

Estatutos do Bloco de Esquerda

ARTIGO 1.º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãs e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda dá continuidade às lutas e ao exemplo histórico das pessoas, das forças e dos movimentos comprometidos com a liberdade e com o socialismo.

3 - No tempo da crise climática, o Bloco de Esquerda atua pela superação do capitalismo, condição de futuro para a humanidade. O fim da exploração e das desigualdades sociais é um objetivo inseparável da luta contra todas as opressões, sejam de carácter racista e patriarcal ou dirigidas à orientação sexual, à identidade e expressão de género, às características sexuais, à idade, à religião, à deficiência. O pleno respeito pelas pessoas e pelo



bem-estar animal é possível num mundo socialista e ecologicamente sustentável.

4 - Como força política internacionalista, o Bloco de Esquerda assume a defesa universal dos direitos humanos, do direito dos povos à sua autodeterminação e à paz.

2--O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

3--O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

ARTIGO 2.º

SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento **Partido**, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

ARTIGO 3.º

ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao **Partido** Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de trinta 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do **disposto no n.º 1** consideram-se competentes as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das **Regiões Autónomas** dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.



6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

~~8 - 9~~ - A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de **quatro em quatro** anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.

~~9 - 8~~ - A ausência de contacto de aderente é certificada pelas **Comissões Coordenadoras Concelhias** ou, na sua falta, pela **Comissão Coordenadora Distrital/Regional** ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, ~~se não se contabiliza nenhum pagamento de quota~~, é registada a caducidade da adesão.

ARTIGO 4.º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do ~~Movimento~~ **Partido** e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do ~~Movimento~~ **Partido**, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito ~~Movimento~~ **partidário**;
- f) Intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

~~3 - Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.~~

ARTIGO 5.º

RESPONSABILIDADES DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades **deveres** das e dos aderentes:

- a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;
- b) Cumprir os Estatutos;



e) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

a) Respeitar os presentes Estatutos e respetivos regulamentos, bem como as decisões e deliberações validamente tomadas pelos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião política;

b) Agir com respeito e urbanidade no exercício de atividades de índole político-partidária;

c) Abster-se de conduta que prejudique o interesse público ou viole direitos fundamentais;

d) Desempenhar com zelo os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias;

e) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido;

f) Pagar uma quota regular, sem prejuízo do disposto no n.º 2;

g) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido, sem mandato dos órgãos competentes.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

ARTIGO 6.º

SANÇÕES

1 - Em caso de infração dos seus deveres, as e os aderentes do Bloco de Esquerda podem estar sujeitas e sujeitos às seguintes sanções, por ordem de gravidade: Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência, **em caso de infração leve;**

b) Suspensão de direitos **pelo período máximo de um ano, em caso de infração grave;** até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;

c) Exclusão, **em caso de infração muito grave.**

2 - Na aplicação destas sanções, deve atender-se à natureza e consequências da infração, aos antecedentes disciplinares da ou do aderente, ao seu grau de culpabilidade e às relevantes circunstâncias agravantes ou atenuantes.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada



e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;

b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.

4 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional:

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;

b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

3 – São consideradas circunstâncias agravantes a reincidência, a acumulação ou sucessão de infrações, a consciência da ilicitude do ato, e ser o infrator membro de um órgão do Partido ou seu funcionário.

4 – São consideradas circunstâncias atenuantes a antiguidade, a prestação de serviços relevantes ao Partido, a falta de consciência da ilicitude e das suas consequências, bem como o reconhecimento espontâneo da infração.

5 – Não pode ser aplicada mais do que uma sanção por cada infração cometida.

6 – 5 – As sanções previstas neste artigo não serão aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política do Partido.

[NOVO] ARTIGO 7.º

COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 6º n.º 2 – A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou **mediante pedido apresentado pelas** das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

[NOVO] ARTIGO 8.º

PROCESSO DISCIPLINAR

1 – A aplicação de qualquer sanção é sempre precedida de inquérito, o qual é conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.

2 – Sob pena de prescrição, o inquérito tem de ser instaurado até sessenta dias úteis após a comunicação à reunião da Mesa Nacional da alegada infração, e desde que não tenham transcorrido dois anos desde a prática do facto constitutivo daquela.



3 - A ou o aderente é imediatamente notificada ou notificado, por carta registada, da instauração do inquérito, sendo-lhe transmitida informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

4 - É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo inquérito a consulta integral do processo, a possibilidade de ser ouvida ou ouvido para exercício do contraditório, bem como de requerer a realização de diligência probatórias que considere necessárias para o apuramento da verdade, conquanto não sejam manifestamente impertinentes ou supérfluas.

5 - Sob pena de prescrição, o inquérito deve estar concluído dentro do prazo de trinta dias úteis e a tomada de decisão subsequente pela Mesa Nacional não pode exceder os sessenta dias úteis.

6 - O recurso da decisão de aplicação de uma sanção, o qual tem efeitos suspensivos, terá de ser interposto no prazo máximo de trinta dias úteis após a comunicação daquela à ou ao aderente, devendo conter as alegações da ou do recorrente.

7 - Uma vez admitido o recurso por não verificação da sua extemporaneidade, a Comissão de Direitos toma a sua decisão e notifica o recorrente da mesma no prazo máximo de trinta dias úteis.

8 - A inobservância dos trâmites ou das garantias de defesa mencionadas nos números anteriores implica a nulidade da decisão de aplicação de uma sanção ou daquela que a venha a confirmar.

ARTIGO 9.º 7.º

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.



ARTIGO 10.º 8.º

CONVENÇÃO NACIONAL

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do ~~Movimento~~ **Partido**, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de **10%** ~~dez por cento~~ das e dos aderentes.

ARTIGO 11.º 9.º

COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do **Partido** ~~Movimento~~;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do **Partido** ~~Movimento~~;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos de decisões da Mesa Nacional que apliquem sanções nos termos do n.º 3 do art.º 3º e do art.º 6º **disposto no artigo 6.º**;
- e) Sugerir, sempre que possível, os procedimentos internos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.

ARTIGO 12.º 10º

MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo do **Bloco de Esquerda** no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir **o Partido** no âmbito nacional, ~~o Movimento~~.

2 - A **Mesa Nacional** será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 60% de



membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento **Partido**.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres**, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes **listas concorrentes à Mesa Nacional** moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - A Mesa Nacional é convocada por decisão da Comissão Política ou de 25% dos membros da Mesa Nacional.

5 - 7- A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações, por proposta da Comissão Política ou por proposta dos seus membros Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

6 - 4- É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

7 - 5- Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais e da Comissão Política, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas de Região Autónoma no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

8 - 6- Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

9 - 8- Compete à Mesa Nacional aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

10 - 9- Compete à Mesa Nacional a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

ARTIGO 13.º-11º

COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do **Bloco de Esquerda Movimento**, nomeadamente a ligação com **as deputadas e os deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu** os grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.



ARTIGO 14.º 12º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Partido Movimento**, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até **dois** anos.

3 - a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias **são convocadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras ou** obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de **dez** aderentes.

4 - 3- Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do **Partido Movimento** a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Bloco de Esquerda Movimento**.

5-4- Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

6- 5- As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

7 - 6- As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela **Mesa Nacional**.

ARTIGO 15.º 13º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do **Partido Movimento** no respetivo âmbito e, de acordo com a política **geral definida** do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.

2 - a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

3 - 2- As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

4 - 3- Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.



ARTIGO 16.º 14º

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

- 1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o **Partido** Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.
- 2 - Os Estatutos das **Organizações** **Autónomas**, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.
- 3 - As **Organizações** **Autónomas** são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

ARTIGO 17.º 16º

NÚCLEOS

- 1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.
- 2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.
- 3 - Nas atividades dos **Núcleos** podem participar não-aderentes.

ART. 18.º 15º

DIREITO À INFORMAÇÃO

- 1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.
- 2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.
- 3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.
- 4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 19.º 17º

REFERENDOS

- 1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.



- 2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.
- 3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.
- 4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.
- 5 - **Um grupo de, no mínimo**, 150 aderentes **pode** obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.
- 6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.
- 7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.
- 8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 20.º 18º

GRUPOS DE TRABALHO

- 1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do **Movimento Partido**, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais aos quais apresentam conclusões.
- 2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

ARTIGO 21.º 19º

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- 1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de **caráter geral ou** específico.
- 2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.

ARTIGO 22.º 20º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

- 1 - As deliberações ~~no Movimento~~ são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.
- 2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos ~~do Movimento~~, a eleição será sempre por voto secreto.



3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. ~~A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.~~

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade ~~entre sexos.~~

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género de **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres.**

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de **em termos que assegurem a representação mínima de 50% de mulheres.**

c) As listas para as Comissões Coordenadoras Concelhias observam o critério de paridade de género em termos que assegurem a representação mínima de 40% de mulheres.

d) e) Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação e **da** identidade de género de cada aderente.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

ARTIGO 23.º 21º

FINANÇAS

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Partido Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.



4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

ARTIGO 24.º 22º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos, que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.





Moção

A

Resistir
para virar
o jogo



Em duas décadas e meia, o Bloco de Esquerda tem contribuído para transformações sociais importantes e para a expressão militante de um socialismo de futuro. Este caminho exige mudanças que temos de construir coletivamente.

Os resultados do Bloco nas legislativas confirmam os efeitos da viragem à direita. Mas evidenciam também que a relação entre o partido e a sua base de apoio é demasiado dependente de canais que, devendo ser disputados, são-nos alheios ou mesmo hostis. Ao longo dos anos, opções da direção não potenciaram o nosso enraizamento e o desenvolvimento de canais próprios de comunicação. O diálogo direto com as comunidades, dificultado pela escassez de conflitualidade social organizada, exige novas respostas.

O Bloco deve ser um lugar de acolhimento e um convite à participação. Deve ser motor de convergências e também reencontrar-se no espaço que só ele ocupa e de onde pode crescer. Partimos do que somos: fidelidade ao povo explorado e estratégia de ampliação dos seus movimentos; vontade de pluralismo e convergência como base da construção partidária socialista; internacionalismo contra todos os impérios e oligarcas.

1. A VIRAGEM À DIREITA NÃO EXPLICA SOZINHA O CONFINAMENTO ELEITORAL À ESQUERDA DO PS A PARTIR DE 2022. HÁ UMA CRISE DE CONFIANÇA COM DIVERSAS CAUSAS.

Entre 2015 e 2022, o Bloco foi o maior partido de uma área política (Bloco+PCP+Livre+PAN) que somou 20% dos votos. Na sua pluralidade, apoiou propostas e projetou alternativas de progresso social e de justiça climática, tendo o potencial para se afirmar como um campo político autónomo. Quatro anos depois dos acordos da “geringonça”, estes partidos mantinham-se nos 20%, beneficiando de terem garantido, até 2019, uma estabilidade política assente numa (modesta mas real) redistribuição de riqueza: reversão de cortes e impostos, aumento do salário mínimo, passes, manuais, fim de taxas moderadoras. Nesse período, o PS manteve impasses graves nos serviços públicos, mas o plano liberal de Passos Coelho (a começar na privatização da Segurança Social) foi travado pela força da esquerda. Uma vingança política e de classe ficou então por fazer.

Nos anos 2015-2019, o Bloco de Esquerda cumpriu o seu mandato: afastou Passos Coelho e contribuiu para melhorar as condições de vida do povo. Mas o balanço político deste período acabou por ser fixado pelo PS quando o contexto internacional (covid, inflação, guerra) agravou a pressão sobre os salários, a habitação e os serviços públicos (em particular a saúde). Apesar de certo alívio da pressão da UE e de uma direita em minoria, o PS recusou qualquer acordo e qualquer reforma, preferindo provocar eleições para livrar-se dos “empecilhos” (sic), os partidos à sua esquerda. Estes, sem atuação articulada na rejeição dos orçamentos de estagnação, fica-



ram mais vulneráveis à tática hostil de António Costa - que lhes imputou a culpa da instabilidade política - e também depois, perante a breve maioria absoluta. Quando esta implodiu, a esquerda não foi vista como alternativa ao descrédito que se abateu sobre o PS.

O epitáfio da geringonça continuou a ser escrito pelo PS, que se dedicou à pedagogia sistemática da impossibilidade de políticas de esquerda. A descrédibilização da proposta de tetos às rendas é o exemplo mais recente dessa atuação. A redução do horizonte das alternativas condena o PS mas prejudica também o conjunto das forças à sua esquerda, tanto mais quando se apresentaram desarticuladas e sem diálogo. Nos últimos três anos, o somatório eleitoral Bloco+PCP+Livre+PAN caiu para metade. Em contrapartida, emergiu um novo contingente eleitoral na extrema-direita (com muito peso de ex-abstencionistas) consolidando uma vasta maioria de direita no parlamento.

Em 2025, a derrota do Bloco foi a pior de entre os partidos à esquerda. O Bloco perdeu a confiança de parte da sua base eleitoral, o que deve ser explicado pelo efeito da viragem à direita mas também por erros próprios. A resposta da direção à ofensiva sistemática contra o Bloco, limitada a respostas isoladas e sem uma resposta de conjunto, alimentou uma comunicação equívoca que agravou o desgaste público do partido.

2. COM O CHEGA NA DISPUTA DO GOVERNO, ABRE-SE UMA NOVA FASE HISTÓRICA EM PORTUGAL MARCADA PELA AGRESSIVIDADE CONTRA A MAIORIA SOCIAL.

Portugal tardou, mas acertou o passo com a Europa. Em todo o continente, o neoliberalismo destruiu a velha alternância entre direita tradicional e social-democracia, elevando a extrema-direita ao (limiar do) poder em numerosos países.

O neoliberalismo atravessa uma crise existencial desde o crash de 2008. Depois de anos de uma austeridade que enfraqueceu os serviços públicos e o trabalho, as políticas monetárias expansionistas alimentaram a finança especulativa e os gigantes tecnológicos. A inflação gerada após a pandemia e pela invasão da Ucrânia teve como resposta um aumento dos juros que castigou os salários, agravando as condições da crise.

Para estruturar novas formas de acumulação, o capitalismo requer novas formas políticas que consagrem a apropriação privada de bens comuns e serviços públicos (cujo dismantelamento consta dos programas de Milei e de Trump) e o aumento da exploração - pelo ataque às horas extraordinárias e pela desproteção legal do trabalho, da organização sindical e do direito à greve. O encargo da direita radicalizada e do neofascismo é o de acelerar a instalação deste novo quadro. A mudança, acelerada com a reeleição de Donald Trump, já estava iniciada em diversas partes do mundo, incluindo na Europa: regimes de subcidadania para imigrantes, restrições às liberdades de expressão e de protesto, concentração de competências legislativas no poder executivo, instrumentalização política dos aparelhos judicial, policial e militar ao serviço de agendas autoritárias, presença direta de oligarcas na estrutura dos governos.

Essa transição é patente: o elogio neoliberal da desregulação e das privatizações foi elevado à exaltação da desigualdade social; além da culpabilização dos trabalhadores empobrecidos pela sua própria pobreza (acusados de iliteracia, falta de produtividade, formação, etc), passa a ser mobilizado também o racismo e até a criminalização dos segmentos marginalizados da própria



classe trabalhadora; a proclamação neoliberal do “fim da história” é substituída pela pura paranóia “anti-marxista”, dirigida contra a esquerda e mesmo contra setores moderados; o culto dos “empreendedores”, doutrina escolar do neoliberalismo, é suplantado pela glorificação dos tecnoligarcas.

A radicalização da direita vai assim muito além do negacionismo climático e da perseguição conservadora. O seu programa é o capitalismo absoluto: regressão social e confinamento da esquerda.

O neoliberalismo desemboca no autoritarismo. As elites apostam na extrema-direita para acelerar a mutação do regime social e de acumulação. Onde ainda governa, o centro liberal está em decomposição. Apresentando-se como barreiras ao acesso da extrema-direita ao governo, Macron, Merz ou Montenegro procuram o voto do centro, mas é com os neofascistas que aprovam muitas das medidas económicas e de transformação social regressiva.

Em Portugal, Montenegro operou no seu primeiro ano de governo uma radicalização à direita, discursando e legislando em disputa com o Chega pelo senso comum xenófobo. Ao invés de travar o crescimento da extrema-direita, a cedência a elementos centrais da sua narrativa reforçou-a. Em maio de 2025, o Chega tornou-se o segundo partido. O novo governo AD mantém a fórmula e guina ainda mais à direita, no discurso, na estrutura governativa, na composição do governo, no programa (em grande parte escondido durante a campanha da AD) - revisão das leis laborais e do direito à greve, antecipação da meta dos gastos em defesa, e da legislação sobre imigração, nacionalidade e reagrupamento familiar.

Neste enredo típico, o PS cumpre o seu papel: cunhada por António José Seguro para os orçamentos da troika, a “abstenção violenta” é hoje reeditada sob o argumento da contenção do Chega. Agora que os partidos à direita do PS atingem os dois terços de deputados, o adiamento de alterações à Constituição é o argumento de José Luís Carneiro para viabilizar os ataques orçamentais da AD ao Estado social. Esta orientação do PS não deve, no entanto, inibir os esforços unitários para uma resistência alargada a qualquer revisão regressiva da Constituição, agora e no futuro.

Este ciclo é acompanhado por uma onda conservadora contra conquistas feministas, anti-racistas e LGBTQI+. O motor do ataque a estes avanços não é uma oposição socialmente maioritária - que nunca tiveram -, mas sim a ação de grupos que promovem a opressão patriarcal e colonial como componente disciplinar da radicalização capitalista em curso. Em paralelo, decorre um ajuste de contas com as mobilizações que na última década fizeram os avanços progressistas em direitos e liberdades e atrasaram o projeto neoliberal e uma revisão da história recente europeia, da troika, da geringonça e mesmo da resposta à pandemia. A aceleração da ofensiva capitalista inclui um processo de desmemória.

O centro político português segue o modelo europeu na sua decomposição: agravamento das desigualdades e do ressentimento social, adesão ao senso comum xenófobo e securitário que confirma as teses da extrema-direita. Nesta situação adversa, os partidos à esquerda do PS devem reconhecer a mudança histórica e impedir que a política se reduza à dialética entre o neofascismo ascendente e o centrão liberal em crise.

3. NA NOVA FASE HISTÓRICA, A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA É UMA CONDIÇÃO DA VITÓRIA DE UMA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA À DIREITA RADICALIZADA.

Em Portugal, a extrema-direita torna-se hegemónica em amplos setores sociais, disputando o operariado industrial e fornecendo uma grelha de leitura universal - assente na manipulação dos temas da imigração, da comunidade cigana e da agitação securitária - que arrasta o conjunto do espectro político. Para travar e reverter a sua dinâmica, o Bloco assume a necessidade de convergência no espaço à esquerda do PS. De forma isolada, nenhuma das forças de esquerda será suficiente para enfrentar a ascensão das direitas. Todas as forças políticas, ativistas sociais e sindicais desta área, são assim chamados à constituição de um campo que seja referência transformadora, em choque com a governação de direita apoiada ao centro.

Esse caminho de aproximação e convergência é difícil, mas é o nosso. Ele deve ter expressão eleitoral, como nas autárquicas e nas presidenciais, e deve construir espaços e experiência social comuns, sem abandonar nenhuma bandeira - das lutas laborais ao movimento estudantil, do feminismo aos direitos LGBTQI+, da fraternidade com os imigrantes ao antimilitarismo.

É certo que o movimento sindical está em recuo, sob a pressão da direitização da sociedade e da atrofia sectária interna, mas devem ser apreciados os esforços existentes de combate sindical em contracorrente. O Bloco lutará para travar a destruição da contratação coletiva e promover o diálogo plural sem sectarismos que eleve a consciência dos trabalhadores enquanto classe. Há experiências recentes de mobilizações efetivamente unitárias e que apontam caminhos - nas periferias da capital, na habitação, no antirracismo e na resposta à violência dos bandos fascistas. No calor dessas lutas e na abertura desses espaços deverão forjar-se solidariedades que revelem o contorno de uma alternativa transformadora que enfrente e possa vencer as expressões do ódio que se mobilizam.

4. PARA ALÉM DE RESISTIR, A ESQUERDA TEM DE CONSTRUIR AS BASES PROGRAMÁTICAS DA ALTERNATIVA.

A redução do horizonte das alternativas à organização neoliberal da sociedade prejudica a capacidade da esquerda para mobilizar maiorias sociais. Para romper esse bloqueio, é necessário promover mobilizações unitárias que possam aproveitar os conflitos sociais abertos pela radicalização à direita, mas também promover as bases de um programa alternativo para a transformação do país.

No Estado Social, é necessário superar a armadilha que coloca a esquerda a defender o que existe, em vez de disputar novos modelos de organização dos serviços públicos de qualidade, descentralizados e de fácil acesso, que façam o melhor uso dos avanços tecnológicos disponíveis. Na habitação, devemos continuar a marcar o debate público com propostas consequentes, como os tetos às rendas, que podem e devem ser desenvolvidas e multiplicadas, nomeadamente para lidar com o problema das casas devolutas. Nas políticas fiscais e de rendimentos, é preciso declarar guerra às desigualdades, com a tributação das fortunas milionárias, que preserve a capacidade financeira do Estado para investir em melhores políticas públicas. Na política ambiental e económica, devem ser explicitados os conteúdos da planificação ecológica que ambicionamos.



No trabalho, é urgente encontrar propostas mobilizadoras, que unam as exigências de sempre com novas realidades que formam as aspirações e expectativas dos trabalhadores, no fim da precariedade e na criação de tempo para viver. Nas políticas de imigração e segurança, campo fértil para a extrema-direita, é essencial construir contra-narrativas potentes, que não neguem os desafios do tempo presente e que insistam no reconhecimento dos imigrantes como parte da classe trabalhadora do país e na promoção da sua participação nas organizações de classe.

No combate ao abandono das populações nos territórios de baixa densidade, pugnaremos por políticas de verdadeira coesão social e territorial, valorizando o património natural e de combate aos extrativismos, na garantia do direito à mobilidade e pela criação de oportunidades idênticas às do litoral.

Em todas estas áreas, o Bloco deve empenhar-se na apresentação de propostas e formulações inovadoras, que marquem o debate público e disputem o lugar e a credibilidade da alternativa. O processo de revisão programática que iniciamos, e que foi interrompido por duas eleições legislativas, deve ser retomado a partir do balanço destes meses de trabalho.

5. UM PARTIDO MILITANTE EM RECONFIGURAÇÃO.

Após a derrota eleitoral das legislativas, o Bloco continuou a ser procurado como partido de lutas e de resistência à direitização, com muitas novas adesões e também regressos. Esses gestos devem ser lidos como uma exigência da intensificação da participação no Bloco.

O novo contexto político em que atuamos exige uma atividade militante em que a) a democracia interna seja vivida; b) as várias organizações correspondem a campos de atuação definidos e cumprem objetivos de longo prazo. A organização que queremos construir para enfrentar a direita radicalizada exige participação, alegria, persistência, autonomia e objetivos práticos em cada estrutura. Os nossos espaços devem ser acolhedores e lugares não só de organização e debate, mas também de convívio.

Para isso, devemos transformar três pilares da organização interna do Bloco, com base no balanço que fazemos da experiência até agora:

Debate e decisão

O debate militante é organizado em plenários regulares de base territorial, realizados com apoio da Comissão Política e entre Mesas Nacionais. Além das decisões que lhes cabem estatutariamente, os plenários concelhios e distritais devem pronunciar-se e decidir quotidianamente no seu âmbito.

Formação

O programa de formação política do Bloco tem como prioridade a informação e o estudo pelos militantes e, gerido com as comissões concelhias e distritais, a integração de novos aderentes.



Comunicação interna

Os canais internos de comunicação entre estruturas, direção nacional e militantes devem formalizar instrumentos já existentes e criar novos canais, sob o formato de boletins, newsletters e outros meios digitais para facilitar convocatórias, contactos e circulação de informação.

Contudo, nenhuma forma de comunicação substitui a organização. O recurso a meios digitais e de comunicação interna não substitui a presença física nos locais de debate e de ação política, onde as decisões são partilhadas, a aprendizagem é feita em comum, em camaradagem. Por isso, a organização do Bloco deve encontrar novas formas de fomentar a militância de base e a participação política. Quem escolhe militar no Bloco deve ter uma estrutura de base para fazê-lo, seja ela a concelhia, um outro grupo local ou temático. Aqui, diferentes realidades territoriais produzem diferentes formas de intervenção partidária e a criação de comissões e grupos de trabalho deve ser flexível e diversificada.

Grupos locais, temáticos e setoriais

A experiência de grupos temáticos, sobre campanhas concretas ou questões fundamentais da luta social (feminismo, justiça climática, antirracismo, LGBTQI+, deficiência e vida independente), provou ser necessária, embora alguns deles tenham tido existências efémeras. Os grupos setoriais para desenvolver atividade profissional, sindical ou em diversas estruturas da sociedade são uma forma de integração, formação e intervenção política a partir do Bloco. Esta forma descentralizada de organização é difícil e exige novos hábitos de militância e direção para promover organismos de base que reúnam, escolham as suas formas de trabalho, discutam temas políticos nacionais e internacionais e deliberarem sobre a atividade no seu campo.

Intervenção de jovens

Organização na base de estudantes do secundário e ensino superior, em coletivos do Bloco abertos nas escola e universidade, e em movimentos amplamente unitários, confrontando a extrema-direita e intervindo em espaços de representação estudantil.

Novos aderentes

O apoio no acolhimento de novos aderentes deve ser regular e uniformizado.

Registo de aderentes

Durante o primeiro semestre de 2026 serão atualizados a lista de aderentes e os cadernos eleitorais internos, a partir de um contacto pessoal com todos os inscritos.



Autofinanciamento

O Bloco será essencialmente auto-financiado, o que constituirá um dos objetivos fundamentais do modo de nos organizarmos. O pagamento de quotas, o esforço militante, o trabalho voluntário em funções técnicas e dirigentes serão parte da nossa atividade permanente.

À direção do Bloco compete apoiar, estimular e se necessário dar os primeiros passos para a criação de estruturas de base que permitam que os militantes tenham a sua atividade organizada, informar o partido acerca dessas atividades e dos seus resultados, para ajudar a criar uma cultura ativista e transformadora.

A coordenação da Comissão Política ficará a cargo de quem encabece a lista mais votada para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda.

6. TRUMP, PUTIN E NETANYAHU, CRIMINOSOS DE GUERRA AO LEME DO MUNDO.

Os primeiros meses do governo Trump são uma nova fase da decadência da hegemonia imperial norte-americana marcada por grandes vulnerabilidades e perigos.

Putin e Netanyahu, com o cadastro da invasão da Ucrânia em 2022 e da escalada genocida em Gaza, respetivamente, celebraram a chegada de Trump à Casa Branca como aquilo que é: o enterro do Direito Internacional e a consagração da lei do mais forte. Os anúncios de paz imediata com que Trump fez a sua campanha eleitoral traduziram-se num reforço de Putin e num recrudescimento da destruição na Ucrânia, bem como numa aceleração do genocídio na Palestina e no anúncio da sua colonização integral por Telavive. A agressão israelita ao Irão, acompanhada pelos Estados Unidos, arrastou a União Europeia que persistiu na recusa de sanções a Israel, antes agradecendo o “trabalho sujo” (Merz, sic).

A deriva militarista, ao sabor das pressões de Putin ou de Netanyahu, é a mais perigosa reação de Trump à exposição das suas próprias fragilidades. Trump falhou na promessa isolacionista de instalar a pax americana em Gaza e na Ucrânia, tal como fracassou na guerra tarifária que declarou ao mundo. Perante a resposta chinesa, recuou em toda a linha, mas os impactos reputacionais e económicos da ameaça não deixarão de concorrer para a crise de hegemonia estadunidense. De igual modo, a perseguição aos migrantes - que atingiu milhares de pessoas e evidenciou a arbitrariedade racista do novo poder - abriu caminho a enormes mobilizações de massas, com forte peso da esquerda e conteúdo político abrangente.

Esta coleção de fracassos gerou, em poucos meses, fissuras no bloco MAGA: a mais estrutural foi em torno da opção pelo ataque ao Irão; a mais estridente foi a rutura com Elon Musk. Mesmo que esta não altere a aliança do trumpismo com a oligarquia tecnológica, é mais um sinal da debilidade, vindo do vértice do poder imperial. Esta debilidade torna-o ainda mais perigoso: para reafirmar a sua força, que é a força do seu dólar - resta-lhe a brutalidade, a escalada do extermínio no Médio Oriente, a militarização da repressão interna, dos movimentos sociais e dos migrantes.

A democracia e os direitos humanos contra a disputa entre potências



O Bloco sublinha hoje, como ontem, a exigência da saída de Portugal da NATO, organização belicista de caráter ofensivo e instrumento do imperialismo norte-americano. Combatemos a escalada militarista porque a paz e a segurança dos povos depende da derrota da necropolítica.

Com a mesma clareza, denunciámos a invasão russa da Ucrânia, a fraude eleitoral na Venezuela, o historial de repressão e tortura na Síria ou no Irão. Avaliamos estes processos com os mesmos critérios que usamos perante as fraudes, abusos e intervenções militares patrocinadas pelos Estados Unidos da América e pela NATO. China e Rússia participam na disputa imperialista do mundo e não configuram qualquer alternativa a essa disputa, como fica demonstrado pela estabilidade das suas relações com Israel ou pelo seu alinhamento neoliberal em questões climáticas e outras.

Para dissociar a ideia socialista do totalitarismo do passado, é necessário recusar qualquer nostalgia dos blocos da guerra fria. Recusamos o relativismo geopolítico que define uma “frente anti-imperialista” onde se incluem Estados ditatoriais e autoritários que desprezam a vontade do povo. Esse relativismo conduz ao abandono de parte da herança que identifica a esquerda: o respeito pelo sufrágio universal, pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação.

A esquerda anticapitalista recusa a direitaização da Europa

A extrema-direita ambiciona a hegemonia na Europa e a eliminação da esquerda e dos movimentos populares. A governação social-liberal sofreu a derrota das urnas mas também a das ideias, pois veio acompanhada de graves cedências à retórica securitária e anti-imigração. Socialistas e verdes integraram-se na coligação da direita europeia, sob a presidência de Ursula Von der Leyen e com um neofascista numa vice-presidência. Na União Europeia, os socialistas são subscritores do Pacto das Migrações e os verdes, dirigidos pelo partido alemão, rendem-se ao armamentismo. Até à sua saída do governo alemão, os verdes abasteceram Israel de armas.

O Bloco de Esquerda tem-se empenhado no reforço da capacidade de atuação do grupo parlamentar europeu A Esquerda (The Left). Esse reforço foi possível com um novo compromisso político e de organização, impulsionado com a maior articulação da plataforma política “Agora, o Povo”, que manteve o trabalho conjunto de diversos partidos, apesar da degradação das condições de cooperação e diálogo no Partido da Esquerda Europeia. As divergências que se arrastaram nos últimos dez anos no seio deste partido europeu culminaram numa crise que separou os partidos comunistas (PC francês, espanhol, italiano) dos partidos de esquerda mais representativos (France Insoumise, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, Aliança de Esquerda da Finlândia, Bloco). A atitude sectária perante novas forças de esquerda e os posicionamentos perante a invasão da Ucrânia tornaram a continuidade no mesmo partido europeu impossível para as forças que se opõem a todos os imperialismos e que têm agendas mobilizadoras nos seus respetivos países.

Graças à plataforma política “Agora o Povo”, que juntou estes partidos de esquerda e também o Partido de Esquerda sueco e o Podemos (Estado espanhol), surgiram as condições para uma nova e reforçada articulação que se formalizaria num novo partido político europeu, mantendo a pertença ao grupo parlamentar The Left.



Neste quadro, o Bloco de Esquerda desvincula-se do Partido da Esquerda Europeia e integra-se como membro na Aliança da Esquerda Europeia - pelo Povo e pelo Planeta, organização que reúne partidos de esquerda, verde, feministas e anti-racistas e que expressa um socialismo de futuro e parte da luta dos povos para enfrentar as políticas liberais, o neofascismo e a disputa imperialista.

A economia da atenção e a tecnoligarquia no comando

Nos primeiros dias do mandato de Donald Trump, os monopólios globais da comunicação ajustaram posição e assumiram expressamente a sua aliança com a extrema-direita global e a estratégia empresarial de promoção da agenda misógina, islamofóbica e antisemita.

O processo de mercadorização da atenção, iniciado há dois séculos com a imprensa comercial, deu um salto qualitativo no século XXI. Com a generalização do acesso ao telefone com internet, a disputa capitalista pela atenção passou a abranger todas as geografias, toda a humanidade, desde a primeira infância, sob reduzida regulação e em rápida sofisticação técnica, mediando a realidade e ocupando os sentidos humanos, com grandes impactos no modo de vida e na existência individual.

A concentração dos fluxos de informação em monopólios globais, colossos financeiros assentes na receita publicitária e na mediação comercial, sufocou o potencial original da internet, descentralizador e democrático. Estas empresas monopolistas da atenção mercantilizada têm um poder político sem precedentes e sem escrutínio real. Os seus proprietários promovem e financiam projetos políticos regressivos nos cinco continentes, fornecendo os instrumentos de manipulação de massas e operando verdadeiros ataques à soberania popular.

Além da transição autoritária, o poder das tecnoligarquias é um fator de transformação da exploração do trabalho, que estrutura em plataformas algorítmicas as formas mais extremas de extração de valor e atomiza os indivíduos em modelos de subsistência à margem da proteção legal existente.

Noutro plano, o armazenamento dos dados digitais de que o novo capitalismo se alimenta obriga à construção de equipamentos gigantescos, superintensivos em eletricidade e geradores de um fardo energético em grande medida supérfluo (sistemas de validação de criptomoedas; inteligência artificial de uso lúdico, etc), incompatíveis com qualquer objetivo climático.

O curso da inovação tecnológica demonstra a urgência do plano ecossocialista para impor propriedade e regulação públicas, bem como de instituições de Direito Internacional que articulem objetivos de paz, segurança energética, saúde pública, justiça climática e proteção de bens comuns essenciais, entre estes a própria informação.

O poder dos tecnoligarcas é, em si mesmo, uma ameaça existencial à democracia, por reduzir o acesso à informação e reduzir o espaço público a zonas privatizadas que integram o projeto da direita autoritária. A informação fidedigna é condição da liberdade política. Este simples facto



obriga à maior frente social para combater o poder dos tecnoligarcas e neutralizar as suas armas de manipulação massiva. De igual modo, lutamos pela imposição da lei laboral ao trabalho recrutado através de plataformas, visando a eliminação do comércio de mão-de-obra em zonas digitais de não direito.

Cooperação competitiva com riscos bélicos reais existenciais

A atual competição geoestratégica agressiva - termo de Von der Leyen - não trava a integração do capital e a interdependência económica, tecnológica e energética. China e EUA coexistem no G20 enquanto ensaiam uma guerra comercial e manobras militares. Uma das maiores fábricas de automóveis de Elon Musk situa-se em Shanghai; é na China que se fabricam componentes essenciais para a indústria de armamento norte-americana e israelita; a economia chinesa é um dos terrenos de atuação dos chamados "proprietários universais", os fundos de investimento com interesses em todas as geografias (BlackRock, Vanguard, Apollo, etc). A China detém a terceira maior quota no FMI.

Esta cooperação desenvolve-se em paralelo com uma dinâmica de conflito que se acentua. Interessadas no desgaste militar da Rússia, as potências ocidentais procuram escalar o conflito como uma guerra por procuração, instalando uma dinâmica de guerra fria e uma corrida aos armamentos. O mesmo tipo de dinâmica ocorre em torno de Taiwan, entre os EUA e a China.

A resistência ucraniana à invasão russa tem a legitimidade que assiste a qualquer país invadido e o mesmo direito a procurar apoio militar para defender o seu território e o seu povo. Essa legitimidade não justifica a orientação da NATO e das potências ocidentais contra soluções negociadas que garantam a neutralidade da Ucrânia e o fim da guerra.

A União Europeia contra o Direito Internacional e a ONU

O militarismo força o consenso para retrocessos sociais excepcionais. A passividade diplomática perante a escalada na Ucrânia condiz com o ativismo armamentista do plano de "Rearm" que a UE conduz sob tutela da NATO. A necropolítica europeia banaliza também a contribuição da UE para eliminar milhares de vidas humanas consideradas descartáveis - seja em Gaza, seja nas águas do Mediterrâneo.

O complexo pela culpa no holocausto junta-se aos velhos fantasmas colonialistas e islamofóbicos da Europa e colam-na ao projeto sionista. Sob os escombros de Gaza, jazem também as instituições de Direito Internacional, desautorizadas pelos próprios Estados que as subscrevem. Ao abastecer o genocídio com armas, dinheiro e propaganda, a União Europeia é cúmplice de um crime que está a ser testemunhado globalmente. O extermínio em direto mudou o mundo.

A marginalização das Nações Unidas é um retrocesso para a luta dos povos e para estratégias multilaterais de paz e desarmamento. A persistente mobilização da juventude prova que há uma geração que compreende o significado do genocídio na Palestina e que está disposta a tentar travar a barbárie global.

O alinhamento do governo português com esta política é completo, como se verifica na recusa



de reconhecimento do Estado palestino; na cumplicidade com os acordos UE-Marrocos ou na co-organização com a ditadura marroquina de competições desportivas que implantarão infraestruturas em territórios saharauis ocupados ilegalmente.

A Europa assume o capitalismo de catástrofe

O pós-pandemia prometeu desglobalização e valorização do Estado prestador de cuidados e proteção. As regras da austeridade europeia chegaram mesmo a ser suspensas para estímulos de investimento às transições “verde” e “digital”. O recuo da UE na política climática, preterida a favor do aumento da despesa em armamento, soma-se à tendência mundial registada nas COP, de recusa das potências em cumprir as metas de Paris e do assumido regresso dos conglomerados da energia a uma agenda de extração ilimitada de combustíveis fósseis. A melhor promessa dos Estados e das multinacionais é a adaptação dos mais fortes a um capitalismo de catástrofe.

A crise climática é, a par com a militarização do mundo, a expressão mais brutal da falência do modelo capitalista, que transforma o planeta num campo de extração ilimitada e os povos em vítimas descartáveis da sua lógica de acumulação. A promessa de transição verde foi capturada pelas mesmas empresas que lucram com a destruição ambiental, convertendo metas climáticas em slogans publicitários enquanto expandem a exploração de combustíveis fósseis.

O Bloco de Esquerda é a força de um programa ecossocialista como resposta aberta às crises cruzadas do nosso tempo. Esse programa é uma aliança internacional de resistência à guerra e ao novo fascismo, em nome do futuro comum da humanidade. O Bloco é esse compromisso com o povo e é essa vontade de lutar.

PROPONENTES

Mariana Mortágua

Adriano Campos

Aliyah Bhikha

Andreia Galvão

Catarina Martins

Isabel Pires

Joana Mortágua

João Curvêlo



Jorge Costa

José Gusmão

José Soeiro

Fabian Figueiredo

Leonor Rosas

Luís Fazenda

Mafalda Brilhante

Marco Mendonça

Marisa Matias

Miguel Cardina

Moisés Ferreira

Pedro Filipe Soares

SUBSCRITORES

Abel António Pereira Raposo	Setúbal	837
Abílio Cerqueira	Caminha	16457
Abilio de Jesus Urbano	Seixal	4932
Ada Pereira da Silva	Porto	9785
Adelaide Teixeira	Porto	15996
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Temporão	Valença	15379
Afonso Moreira	Lisboa	10022
Afonso Sequeira	Lisboa	18094
Agata Marques Fino	Aveiro	11025
Agostinho Armando Rodrigues Pereira Pateca	Madeira	5150
Agostinho Gabriel Grulha Parrula	Moita	830
Alam Filipe Machado Sequeira	Caldas da Rainha	18077
Alberto Magno Pestana	Funchal/Madeira	17234
Alberto Matos	Serpa - Beja	1542
Albino Rodrigues	Coimbra	9979
Alda Sousa	Gaia - Porto	654
Alexandre Abreu	Cascais	9505
Alexandre Coutinho	Odemira	13627



Alexandre de Sousa Carvalho	Coimbra	16382
Alexandre Locci Martins	Coimbra	17888
Alfredo Martinho	Lisboa	7892
Alice Pereira Tristany	Vila Real de Santo António	3911
Almerinda Bento	Seixal	529
Amândio Pateca	Funchal	12801
Amarilis Felizes	Matosinhos	9877
Ana Alice Severino	Leiria	18174
Ana Alves	Torres Novas	16374
Ana Campos	Lisboa	650
Ana Carolina Gomes	Coimbra	12011
Ana Catarina Castro	São João da Madeira	18042
Ana Catarina Ramos	Maia	18299
Ana Catarina Silva	Lisboa	15035
Ana Costa	Torres Novas	12176
Ana Durães	Oeiras	15525
Ana Eleutério	Santarém	13293
Ana Feijão	Lisboa	5271
Ana Gonçalves	Europa	5602
Ana Isabel Pinto	Madeira	16874
Ana Jorge Castro	Porto	12028
Ana Luzia Cruz	Mealhada	9084
Ana Maria Silva	Porto	5612
Ana Maria Sousa	Maia	16463
Ana Mestre	Palmela	15429
Ana Miranda Forte	Viana do Castelo	17632
Ana Paula Sela	Seixal	15727
Ana Priscila Santos	Palmela	12901
Ana Rita Filipe	Santarém	3700
Ana Rosa	Lisboa	13642
Ana Teresa Sebastião	Lisboa	15710
Ana Vasquez	Porto	16768
Anabela Mangas	Almada	4993
Anabela Rodrigues	Amadora	17441
André Azinheira	Sintra	17166
André Julião	Loures	10632
André Mota	Porto	12259
André Ramalhais	Leiria - Pombal	17173
Andrea Peniche	Porto	193
Andreia Leite	São João da Madeira	12838
Andréia Quartau	Lisboa	11049
Ann-Sophie	Seixal	17199
Antero Horta Fraga	Ribeira Grande	16964



António Augusto Martins	Maia	2572
Antonio Emilio Costa	Viana do Castelo	17239
António Ferreira Marinho	Matosinhos	341
António Gomes	Torres Novas	1353
António Lima	Ponta Delgada	9362
António Magalhães Lima	Braga	1303
António Manuel Alves da Silva	Maia	13579
António Manuel Rodrigues	Coimbra	9427
António Porfírio Ferreira	Palmela	12351
António Ribeiro Teixeira	Penafiel	326
António Ricardo Rocha	Moita	1085
António Simões de Carvalho	Palmela	8517
António Soares	Santo Tirso	14931
António Teixeira	Seixal	1390
Arnaldo Mendes Sarroeira	Caldas da Rainha	269
Artur Jorge Duarte	Tavira	14114
Aurora Ribeiro	Horta	15403
Avelina Ferreira	Ponta Delgada	12308
Baltazar Taful de Oliveira	Torres Novas	8442
Barbara Bica	Almada	10722
Bárbara Góis	Lisboa	16864
Bárbara Ranito	Coimbra	17119
Bárbara Xavier	Guarda	14775
Beatriz de Almeida Araújo	Sintra	17629
Beatriz Jorge	Porto - Porto	17589
Beatriz Oliveira Pedroso	Amadora	14261
Beatriz Pinto	Seixal	17769
Beatriz Pontes	Gondomar	16192
Beatriz Realinho	Guarda	16344
Benjamim Vilela	Matosinhos	8259
Bernardino Guia	Albufeira	2383
Berta Alves	Cascais	666
Berta Soares	Santo Tirso	11759
Bruna Gaspar Gomes	Leiria - Pombal	17749
Bruno Góis	Santarém	4521
Bruno Maia	Braga	2774
Bruno Martins	Évora	4645
Bruno Miguel Cruz	Porto	11067
Bruno Pereira	Palmela	2402



Carina Quintal	Madeira	14924
Carla Gonçalves	Oeiras	16748
Carla Quintas	Porto	14139
Carla Vilela	Porto	5692
Carlos Alberto da Silva Veiros	Ovar	698
Carlos Alberto de Faria	Madeira - Funchal	3577
Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Borges Sousa	Lisboa	3943
Carlos Constantino Lázaro	Setubal	533
Carlos Fernando Ferreira Honório	Lousã	10430
Carlos Francisco Alves Durães	Viana do Castelo	18097
Carlos Freitas	Barcelos	13464
Carlos Gonçalves	Loures	9661
Carlos Guinote	Palmela	575
Carlos Liberal	Santa Maria da Feira	8699
Carlos Luís Ramalhão	Porto	17585
Carlos Manuel de Oliveira Centeio	Torres Novas	16895
Carlos Manuel Silva Oliveira	Palmela	9199
Carlos Motaco	Fundão	13729
Carlos Pereira	Fundão	16365
Carlos Santos	Lisboa	236
Carlos Ubaldo	Caldas da Rainha	16483
Carlos Vieira e Castro	Viseu	121
Carmen Mafra	Moita	7549
Carmen Trindade	Loures	11716
Carmo Marques	Porto	3655
Carmo Sales	Torres Novas	17470
Carolina Amaral	Oliveira de Azemeis	16761
Carolina Correia Ferreira	Seixal	18175
Carolina Monteiro	Lisboa	17921
Carolina Serrão	Lisboa	16100
Casimiro Alberto Oliveira	Porto	9999
Cássia Gouveia	Funchal	11375
Catarina Cabanelas Pereira	Lisboa	17811
Catarina Laranjo	Torres Vedras	17259
Catarina Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Sofia Rodrigues	Lisboa	15409
Catarina Soraia da Silva Ferreira	Viana do Castelo	18050
Catarina Valente Ramalho	Lisboa	14218



Catarina Vieira	Viseu	306
Catarina Vitorino	Coimbra	17504
Catherine Boutaud	Lisboa	14203
Cátia Cristina Carvalho Domingues	Sintra	16084
Cátia Nóvoa	Porto	4862
Cecília Honório	Cascais	446
Cecília Macau	Palmela	10585
Célia Cavalheiro	Leiria	13394
Célia Cláudia Lourenço Rodrigues	Viseu	14317
Célia Marques	Moita	16848
Célia Riço	Lisboa	16639
Celina Marques dos Santos	Sintra	3285
Celme Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araujo	Lisboa	10113
Céu Fazenda	Lisboa	434
Chaima Badri	Braga	17350
Cipriano José dos Santos Pisco	Montijo	799
Clara Sandra Borges	Vila Franca de Xira	16858
Cláudia Barroca Silva	Amadora	17099
Cláudia Oliveira	Lisboa	304
Cláudio Guerreiro	Lisboa	15441
Cristina Borges Guedes	Fundao-Castelo Branco	7962
Cristina Teixeira	Viseu	16510
Crowley de Lima	Braga	17950
Custódio Manuel Oliveira Braga	Braga	927
Cyntia de Paula	Lisboa	14548
Daniel Bernardino	Barreiro	5151
Daniel Borges	Lisboa	16022
Daniel Calvário Passeiro	Almada	18226
Daniel Carapau	Lisboa	2311
Daniela Fernandes	Viseu	6770
Daniela Silveira	Lagoa	16011
Daniela Sousa	Coimbra	14437
Daniela Vespeira	Barreiro	14685
David Anthony Berrueco	Olhão	10617
David Argel	Beja	1424
David Santos	Mangualde	11750
Davide Rafael Santos	Amadora	16881
Delfina Fernanda Vieira	Gondomar	4864
Deonilde Silva	Palmela	1180



Diana Lourenço	Faro	17553
Diana Pereira	Lisboa	12573
Diana Santos	Lisboa	16850
Dina Letra	Funchal, Madeira	3588
Dina Loureiro	Barreiro	14797
Dina Nunes	Lisboa	692
Dina Sá	Torres Novas	13790
Dinis Rodrigues Ramos	Lisboa	17391
Diogo Barbosa	Oliveira de Azeméis	5265
Diogo Barros	Vila Nova de Famalicão	15007
Diogo Duarte Silva	Figueira da Foz	17066
Diogo Gomes	Torres Novas	15917
Diogo Machado	Lisboa	17289
Diogo Mira	Almada	15586
Diogo Teixeira	Madeira - Santa cruz	16839
Doris Rafael Peleira	Lagoa	12957
Duarte Cavalinhos	Seixal	821
Durval Guerreiro de Almeida Soares	Seixal	1384
Edite Alexandra Sousa Costa	Viana do Castelo	14438
Eduardo António da Silva Figueiredo	Coimbra	16679
Eduardo Couto	Santa Maria da Feira	13387
Eduardo Marques	Lamego	6446
Eduardo Rocha	Moita	227
Elisabete Carvalho	Porto	12396
Elisabete Frade	Viseu	11546
Elsa Gama Pereira	Palmela	15753
Emília Santos	Moita - Setúbal	17325
Ernesto Costa	Coimbra	2821
Ernesto Magalhães	Matosinhos	4060
Esmeralda Mateus	Porto	1252
Esmeralda Susana	Ovar	17510
Eva Braga	S.Joao da Madeira	105
Fátima Barata	Seixal	754
Fátima Cabeleira Teixeira	Beja - Odemira	13626
Fernando Barbosa	Valongo	7105
Fernando Figueira	Sintra	1106
Fernando João Neto de Faria	Lisboa	1448
Fernando Rosas	Setúbal	657
Fernando Sequeira	Moita	1077
Filipa Alexandre	Póvoa de Varzim	15170



Filipa Alves	Olhão	17619
Filipa Filipe	Santarém	6247
Filipa Gonçalves	Lisboa	3541
Filipe Mestre	Palmela	11811
Filipe Sambado	Lisboa	18289
Filipe Vaz Nicolau	Lisboa	17070
Filomena Graça Silveira	Terceira - Açores	14178
Filomena Silva	Amadora	16725
Florbela Jesus	Aveiro	16392
Florentino Silva	Valongo	14424
Francisca Sousa	Guimarães	17292
Francisco Alves	Barreiro	1107
Francisco Barradas Abreu Pinto	Madeira- Santa Cruz	18014
Francisco Botelho Matos	Caldas da Rainha	10621
Francisco Caldeira	Cascais	15754
Francisco Cordeiro	Almada	7658
Francisco Faustino	Lisboa	17480
Francisco Louçã	Lisboa	1684
Francisco Morais	Seixal	9122
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico Dinis	Barcelos	17123
Frederico Pereira	Leiria	15059
Gil Ribeiro	Vila do Conde	11908
Gina Alice Mateus	Beja	8781
Gina Sena	Palmela	15564
Gisela Martins	Condeixa	8593
Gonçalo Carrilho	Oeiras	12578
Gonçalo Fernandes Alves	Aveiro	17382
Gonçalo Ferreira	Matosinhos	8568
Gonçalo Filipe	Loures	15601
Gonçalo Martins	Santarém	16970
Gonçalo Pessa	Pombal / fora da Europa	8545
Gonçalo Silva	Loures	10728
Graça Martins	Torres Novas	14735
Guilherme Araújo	Santo Tirso	17856
Guilherme Canelas	Seixal	13349
Guilherme Nogueira	Coimbra	17360
Gustavo Mourinho	Coimbra	16962
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Heitor Nereu	Torres Novas	10540



Helena Oliveira	Oliveira de Azeméis	4557
Helena Pinto	Torres Novas	659
Helga Calçada	Porto - Porto	12776
Henrique Costa	Setúbal	18211
Henrique Lourenço	Almada	17671
Hernâni Carmo	Lisboa	12344
Horácio Gomes Lourenço	Matosinhos	2248
Hugo Evangelista	Lisboa	3424
Hugo Filipe Rodrigues de Meireles	São João da Madeira	2859
Hugo Monteiro	Porto	10717
Iara Lopes Rodrigues	Sintra	18137
Iara Sobral	Loures	15150
Ilda Barbosa Abreu	Porto	14330
Inês Amaro	Amadora	16784
Inês Antunes	Castelo Branco	16125
Inês Baldé	Lisboa	18134
Inês Carreira	Lisboa	15447
Inês Colaço	Europa	14219
Inês Galvão	Seixal	15544
Inês Henriques	Lisboa	18221
Inês Oliveira	Porto	6182
Inês Pintassilgo	Lisboa	11034
Inês Rasquinho	Lisboa	16400
Iracema Maia	Sintra	15522
Irene de Jesus Rodrigues	Leiria	14758
Irene Ramos	Porto - Maia	17961
Íris Sá	Santa Maria da Feira	17352
Isabel Cruz	Seixal	17670
Ivo Moreira	Oeiras	7189
Jaime Mestre	Palmela	831
Jaime Pinho	Setúbal	671
Janet da Silva Ferreira	Aveiro	14107
Jefferson Eduardo de Oliveira	Almada	10814
Jessica Pacheco	Ribeira Grande	16394
Jéssica Vassalo	Santarém	15053
Joana Ideias	Seixal	15508
Joana Louçã	Lisboa	1374
Joana Micaelo	Évora	16700
Joana Neiva	Barcelos	16734
Joana Pires Teixeira	Lisboa	14204



Joana Prenda Bettencourt	Ilha Terceira	15405
Joana Tavares	Vila Franca de Xira	15557
João Afonso	Santiago do Cacém	519
João Alves	Palmela	828
João António Canudo	Moita	15097
João António Ferro	Évora	1280
João Arnaldo Costeira	Faro	16814
João Bernardo Narciso	Porto	15089
João Carlos Rodrigues	Lisboa	13258
João Carvalho	Almada	15600
João Cercas	Moita	14903
João Chalas Carvão	Seixal	1385
João David Almeida	Lisboa	12534
João de Carvalho Jacinto	Santarém	6259
João Ferreira	Guimarães	919
João Gomes	Lisboa	17498
João Manuel Beles	Sesimbra	1592
João Mineiro	Lisboa	6566
João Nuno Cruz	Setúbal	18209
João Paulo Lopes	Amadora	13136
João Pedro Sebastião	Lisboa	15547
João Pinheiro	Évora	17554
João Santo	Lousã	1456
João Teixeira Lopes	Porto	2168
João Tomas Vilela Cabelo	Coimbra	17832
João Vasconcelos	Portimão	1508
Joaquim Balhé Silva	Palmela	839
Joaquim Espírito Santo	Gondomar	2627
Joaquim Machado	Seixal	1775
Joaquim Raminhos	Moita	559
Joel de Oliveira	Porto	1238
Jorge Magalhaes	Porto	4458
Jorge Manuel da Silva	Seixal	4147
Jorge Martins	Moita	2957
Jorge Paiva	Porto	7182
Jorge Pinto	Almada	11452
Jorge Ramos	Lagoa	8646
Jorge Santos José	Sintra	10374
Jorge Tabuada	Lisboa	16880
José Abrantes	Setúbal	16873
José Alberto Antunes	Torres Novas	13803
José António Arteiro	Braga	15352
José António Figueira	Funchal	13014



José António Rocha	Almada	4994
José Augusto Figueiredo	Barcelos	10823
José Augusto Raposo	Vila Franca Xira	16081
José Bento	Palmela	12076
José Carlos Cunha	Amarante	1469
José Carlos Silva	Vila Nova de Gaia	14327
José Carlos Vasconcelos	Viseu	3304
José Carreira	Santarem	2758
José Castro	Porto	333
José Eliseu Pinto	Évora	10813
José Falcão	Odivelas	653
José Ferreira dos Santos	Matosinhos	646
José Fonseca	Porto	2182
José Luís Cardeira	Leiria	413
José Luís Carvalhais	Porto	6293
José Manuel Pureza	Coimbra	406
Jose Manuel Silva Jesus	Santa Maria Feira	8112
José Maria Cardoso	Barcelos	1308
Jose Maria Moura	Nisa	1867
José Maria Rebelo	Odivelas	16174
José Miranda	Porto	5076
José Moreira	Faro	6643
José Panóias	Palmela	1188
José Pedro Campos	Fundão	17106
Jose Pedro Goncalves	Lisboa	17758
José Pedro Oliveira	Beja	8293
José Penalva	Setubal	11542
José Ricardo	Gondomar	15141
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria - Pombal	14624
Julia Carrapa da Cruz	Porto	5690
Júlia Correia	Miranda do Corvo	4770
Júlia Mendes Pereira	Entroncamento	8834
Julieta Rocha	Almada	1191
Karina Gonçalves	Palmela	17150
Lara Sá	Faro	18197
Laura Lopes	Lisboa	17761
Leonor Figueiredo	Porto	7573
Leonor Monteiro	Porto	16769
Lina Oliveira	Pombal	15860
Lou Loução	Odivelas	13974
Lourenço	Palmela	18278
Luana Azevedo	Fundão	18259
Lucas Barreiro Gonçalves	Leiria	17205



Lúcia Arruda	Ponta Delgada/Açores	3863
Lúcia Pereira da Cunha	Lisboa	13763
Luciana Loureiro	Póvoa de Varzim	17801
Luciano Santos	Lisboa	17191
Luís Branco	Lisboa	239
Luís Caroça	Amadora	15143
Luis Cortesão	Coimbra	2981
Luis Costa	Amadora	8295
Luís de Castro e Salgado	Cascais	9790
Luís Filipe Castro	Cascais	1713
Luís Filipe Cruz Pereira	Almada	543
Luís Grilo	Águeda	11860
Luís Henrique Santos	Vila Franca de Xira	14190
Luís Jorge Sampaio Fonseca	Castelo Branco	18227
Luis Leiria	Lisboa	993
Luis Lopes	Europa - UK	17026
Luís Miguel Sandão	Póvoa de Varzim	17877
Luís Monteiro	Vila Nova de Gaia	6793
Luís Santos	Torres Novas	15282
Luisa Teixeira	Seixal	750
Luiza Castro	Maia	16739
Mafalda Guimarães	Lisboa	17300
Mafalda Sofia Félix	Seixal	2863
Manuel António Arsénio	Évora	18013
Manuel Canudo	Évora	16931
Manuel Costa	Seixal	1381
Manuel João Sousa	Caldas da Rainha	13781
Manuel José Afonso	Lisboa	16856
Manuel Moreira da Silva	Gondomar	317
Manuel Pereira	Braga (Núcleo Esposende)	16543
Manuela Airosa	Braga	12215
Manuela Antunes	Viseu	1289
Manuela Pereira	Leiria	8203
Manuela Rodrigues	Coimbra	1155
Marco Andrade	Ribeira grande	6468
Marco Aurélio Floro	Lagoa	3444
Marco Marques	Lisboa	5160
Marcos Simões	Lisboa	17418
Margarida Costa de Melo	Viana do Castelo	16347
Margarida Ruas	Lisboa	3605
Margarida Silva Ferreira	Lisboa	8559
Margarida Vilela	Matosinhos	5691
Maria Adosinda Araújo Bogas	Palmela	1190



Maria Alexandra Rodrigues Fonseca	Caminha	16439
Maria Amélia Mateus Dias Antunes	Lisboa	16401
Maria Café	Alcanena	17508
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Vila Real de Santo António	10577
Maria Clara Costa	Lisboa	1801
Maria Clara Cruz	Porto	5689
Maria Cristina Pereira	Lisboa	17131
Maria da Conceição Lopes	Cascais	17763
Maria da Conceição Silva	Seixal	4776
Maria de Fátima Diegues	Torres Novas	14457
Maria Deolinda Martin	Amadora	3942
Maria do Céu Silva	Maia	5533
Maria Elisa Rafael	Lagoa Faro	12956
Maria Escaja	Lisboa	14637
Maria Filomena Galvão	Sintra	12659
Maria Gorete Bento	Madeira	9628
Maria Gorete Pestana	Funchal	17233
Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Maria Helena Figueiredo	Évora	10812
Maria Isabel Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Vieira	Seixal	1391
Maria João Macedo	Vila Nova de Gaia	4265
Maria João Santos	Palmela	4986
Maria José Ganhão	Moita	2222
Maria Leonor Cabelo	Coimbra	17495
Maria Luísa Cabral	Lisboa	9516
Maria Madalena Rocha	Setúbal	17521
Maria Manuel Rola	Porto	9880
Maria Margarida Lourenço Monteiro	Madeira	14508
Maria Natércia Coimbra	Coimbra	644
Maria Serra Valente	Lisboa	16658
Maria Teresa Rodrigues	Cascais	2025
Maria Veríssimo	Oeiras	17967
Mariana Aiveca	Palmela	241
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Curado Malta	Matosinhos	16751
Mariana Gaspar Rodrigues	Coimbra	10057
Mariana Guerreiro	Palmela	17812
Mariana Varela	Torres Novas	15036
Marilú Batists Santana	Faro / Portimão	12110
Mário André Macedo	Seixal	15111
Mário Manaia	Ovar	14882
Mário Moutinho	Porto	11159



Matilde Porto	Almada	15642
Maximiliano Pereira	Braga	16808
Micaela Gomes	Braga	15786
Miguel Almeida	Caldas da Rainha	17384
Miguel da Câmara e Almeida Pinto	Oeiras	448
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662
Mónica Pestana	Madeira - Funchal	17231
Nádia Leal	Matosinhos	15981
Nelson Amaral	Ribeira grande	14865
Nelson Peralta	Aveiro	1664
Nelson Ricardo Marques	Caldas da Rainha	12874
Noah Jesus	Moita	17393
Norberta Grilo	Braga	14911
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Freitas	Amarante	9091
Nuno Lourenço	Évora	17594
Nuno Pedrosa	Europa	10488
Nuno Vale	Braga	16648
Nuno Vaz Silva	Europa	10867
Olga Germano	Cascais	17875
Olinda Maria Carvalheiro Costa	Lisboa	17096
Patrícia Abrantes	Torres Novas	12927
Patricia Marques Coutinho	Viseu	3142
Paula Cristina Pinheiro	Amadora	16224
Paula Cristina Soares	Barreiro	12865
Paula Monteiro	Santarém	15591
Paula Mota	Loures	18293
Paula Sequeiros	Porto	194
Paula Serralha	Barreiro	13470
Paula Teixeira	Loures	12438
Paulo Aguiar	Amarante	17810
Paulo Antunes Ferreira	Lisboa	15660
Paulo Artur Mourão	Sintra	3807
Paulo Daniel Martins	Vila Nova de Famalicão	17386
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo Nogueira Ramos	Coimbra	16924
Paulo Pinto	Porto	14538
Paulo Sellmayer Campos	Leiria	17193
Paulo Sousa	Madeira	14523
Pedro Afonso António	Santarém - Santarém	17058
Pedro Alves Pereira	Évora	11240
Pedro Faria	Porto	11624
Pedro Ferreira	Évora	17456



Pedro Filipe Mesquita	Castelo Branco-Fundão	13405
Pedro Gaspar Amaral	Ilha de Santa Maria	13254
Pedro Henrique Sousa	Lisboa	12731
Pedro Homem	Penela	17004
Pedro Jorge	Figueira da Foz	16482
Pedro Jorge Rodrigues	Coimbra	5396
Pedro Miguel Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Celestino	Almada	10738
Pedro Pais	Aveiro	14740
Pedro Pisco	Torres Vedras	7807
Pedro Ramos	Odivelas	3514
Pedro Varela	Lisboa	16852
Pedro Veiga	Castelo Branco	16260
Pyotr Koba	Alcochete	17222
Rafael Henriques	Leiria	16152
Rafael Medeiros	Lisboa	15709
Rafaela de Vasconcelos	Lisboa	18219
Raquel Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Lindner Costa	Lisboa	15034
Raquel Pereira	Ponta Delgada	11101
Raquel Rico Patriarca	Leiria	17779
Raul Almeida	Beja	16420
Raul Noetzold	Olhão	17997
Raul Rasga	Évora	16955
Rebeca Moore	Almada	16884
Renata Oliveira Ramos	Porto	18234
Renato Filipe Santiago	Águeda	15537
Renato Soeiro	Vila Nova de Gaia	2620
Ricardo Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Fulgêncio	Palmela	17756
Ricardo Gouveia	Lisboa	9357
Ricardo Isaías	Viseu	17944
Ricardo Jorge Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Lafuente	Porto	2011
Ricardo Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Paes	Lisboa	18235
Ricardo Pereira	Seixal	4322
Ricardo Robles	Lisboa	2005
Ricardo Soares	Faro	11591
Ricardo Vicente	Caldas da Rainha	6574
Rita Calvário	Lisboa	469
Rita Gorgulho	Lisboa	5361
Rita Nóbrega Gomes	Caldas da Rainha	15365



Rita Nova	Póvoa de Varzim	17353
Rita Sarrico	Loures	11369
Roberto Almada	Funchal	3579
Rodrigo Machado	Lisboa	14947
Rodrigo Manuel Teixeira	Torres Novas	5429
Rodrigo Silva	Bragança	15093
Rogério Paulo Neto	Olhão	9698
Romana Sousa	Lisboa	13846
Rosária Rego	Ribeira grande Açores	15300
Rui Borges	Lisboa	17042
Rui Monteiro Correia	Almada	13657
Rui Nóvoa	Porto	159
Rui Pedro Coelho de Sá	Coimbra	16381
Rui Pedro Moreira	Matosinhos	14414
Rute Marlene Barbosa	Braga	15252
Sadiq S. Habib	Lisboa	18301
Samara Azevedo	Lisboa	17071
Sandra Cunha	Almada	487
Sandra Dias	Évora	961
Sandra Maltez	Seixal	11288
Santiago Mbanda Lima	Entroncamento	17050
Sara Barbosa	Sintra	15899
Sara Ferreira	Cascais	18292
Sebastião Martins dos Santos	Montijo	560
Sedrick de Carvalho	Santarém	13465
Sergio Moreira da Silva	Seixal	4774
Sérgio Pestana	Funchal/Madeira	17232
Silvana Paulino	Setúbal	8864
Silvia Guerreiro	Palmela	17813
Silvia Tibo	Lagoa	10703
Sofia Calado	Lisboa	17489
Sofia Estriga	Lisboa	16099
Sofia Figueiredo	Seixal	14861
Sofia Lopes	Setúbal	15457
Sofia Marques	Almada	4995
Sofia Rajado	Amadora	16854
Sofia Reino	Lisboa	18194
Sofia Roque	Lisboa	3595
Sónia	Vila Verde	18058
Sónia Alexandra Reis	Fundão	13716
Sonia Miceli	Lisboa	17603



Susana Constante Pereira	Porto	10590
Susana Patricia Barros	Sintra	17844
Tainah Monteiro	Almada	15774
Tainara Machado	Lisboa	16653
Tânia Russo	Sintra	13263
Tatiana Carriço	Leiria	17780
Tatiana Monteiro	Amarante	17562
Telma Ferreira	Nazaré	4506
Teresa Amorim	Braga	14320
Teresa Fernandes	Portimão	18016
Teresa Nascimento	Santarém	11824
Teresina Paz	Torres Novas	8532
Tiago Castelhana	Amadora	16853
Tiago Gillot	Lisboa	636
Tiago Ivo Cruz	Lisboa	5224
Tiago Marques	Viseu	14900
Tiago Resende	Viseu	14514
Tiago Rolino	Coimbra	15639
Tiago Sequeira	Loures	16328
Timóteo Rodrigues Macedo	Lisboa	1104
Tomás Cazaux	Lisboa	17302
Valdemar Reis	Setúbal	1102
Vasco Barata	Lisboa	10218
Vasco Ruela	Loures	15373
Vera Fazenda	Lisboa	480
Verónica Lopes	Ponta Delgada	10839
Vicente de Sá	Évora	11681
Vicente Ferreira	Lisboa	13219
Virginia Matos	Aveiro	6668
Vitor Brilhante	Amadora	1105
Vítor Edmundo Silva	Loures	1073
Vítor Franco	Santarém	1329
Vítor Lopes	Oeiras	16676
Vítor Manue Pinheiro	Oeiras	712
Vitor Manuel Cavalinhos	Seixal	526
Vítor Manuel Ferreira	Évora	18012
Vitor Manuel Rosa	Setúbal	10748
Vítor Pires	Porto	1263



Moção

B

Reconstruir
para um novo
ciclo político



O Bloco vai querer mesmo mudar?

A XIV Convenção Nacional decorre após um recuo eleitoral da esquerda nas últimas eleições legislativas e o pior resultado de sempre do Bloco de Esquerda. Um ciclo negativo e de perda de influência nas ruas e no parlamento que se arrasta há vários anos. Quando nos encontrarmos em assembleia convencional já terão decorrido as eleições autárquicas e saberemos se o novo mapa do poder local, se corrobora ou contraria a atual conjuntura de “direitização”, assim como poderemos avaliar o resultado do nosso esforço de intervenção nessa batalha política.

Voltamos a esta convenção, para contribuir para o debate, apresentar soluções para a afirmação do partido, melhorar a sua organização e valorizar a democracia interna, sabendo que não estamos num partido que se equivocou. Estamos num partido que quis ser assim.

Estamos conscientes do partido que temos, centralizado, que esmagou minorias e expulsou outras, que construiu uma organização blindada à democracia e participação interna, que foi montando estatutos e regulamentos que recusam o escrutínio e restringem a prestação de contas.

A direção do partido pede “um balanço que corrija os erros cometidos”, “quer ouvir a militância e os independentes”, quer “encontrar caminhos coletivamente, com tempo, humildade, abertura e disponibilidade”. Mas não há lugar a regras diferentes, esta Convenção Nacional não tem qualquer novidade organizacional ou regulamentar, é mais do mesmo. Confrontada com os resultados eleitorais veio em menos de um mês explicar que será tudo diferente, incorporando ideias que sempre rejeitou quando antes as propusemos. Estamos perante uma vontade sincera de reinventar o Bloco de Esquerda ou perante uma manobra instrumental, um faz de conta passageiro, para tudo voltar ao que sempre foi e como quiseram que fosse?

O TEMPO GLOBAL DE TODOS OS PERIGOS

1. O atual quadro social e político global é preocupante. A hidra capitalista cresce e regenera-se entre múltiplas contradições, enquanto a crise social e ecológica se agrava e a exploração dos trabalhadores e da natureza são o alimento da sua insaciável voracidade pelo lucro. O colapso climático e o aumento das desigualdades, o autoritarismo e o conservadorismo, a desumanidade da guerra e as disputas imperialistas pela hegemonia global, são a via para o reforço do projeto do 1% dos mais ricos contra os 99% dos trabalhadores e do povo.

2. Nos últimos anos, o avanço de forças progressistas na América Latina, a derrota de Bolsonaro, a polarização à esquerda preconizada pela França Insubmissa ou a própria reeleição de Corbyn demonstram que a esquerda não está condenada. Assim como as amplas mobilizações internacionais por direitos laborais, justiça climática ou contra o genocídio em Gaza são força para vencer o desencanto e para resistir e avançar, contra a “direitização” em curso.

3. Na Alemanha o improvável ressurgimento do Die Linke, deve-nos fazer refletir e encorajar. O partido, depois de uma excessiva proximidade ao círculo do poder e ter pago com o afastamento do parlamento alemão, entrou numa fase de reconstrução interna. Conseguiu renovar lideranças,



quis fazer diferente e orientou-se para a base, contra a extrema-direita, o aumento do custo de vida e a crise da habitação. Inspirou uma vaga de fundo interna, mas sobretudo vinda da sociedade, com muitos jovens, que com um discurso simples e compreensível conseguiram inverter o ciclo de perda.

4. O avanço da direita populista como antecâmara de novos fascismos manifesta-se por todo o mundo. Esta nova configuração emerge da falência das políticas neoliberais protagonizadas pelo autodenominado “centrão” e pela imposição constante do medo (ou vários medos), veiculado a uma brutal propaganda mediática de normalização da extrema-direita, ao serviço do grande capital.

5. Um jogo em tabuleiro inclinado, na era da pós-verdade o algoritmo das redes sociais, repassa uma agenda de ódio direcionada às minorias, às mulheres e aos pobres, contra o wokismo, os imigrantes, até à classe política corrupta, enquanto os mais ricos e poderosos permanecem intocáveis. A sedução das classes populares e trabalhadoras é disputada incidindo na sua divisão, na sua intoxicação por atitudes e valores alienantes, alimentando o individualismo, fomentando a repulsa e o ódio contra os “abandonados” da globalização ou pela subalternização arrogante do rural face ao privilégio das elites urbanas. Trump e Putin aplaudem e financiam.

CAPITALISMO DE GUERRA

6. No velho continente, esta União Europeia está cada vez mais distante dos povos e da paz. Não nos enganamos quanto à sua natureza de classe, ao serviço dos poderes económicos transnacionais, apertando o garrote da dívida ou impondo a ditadura dos tratados como asfixia da autonomia dos Estados-nação. Contribui para a desconfiança e degradação nas democracias liberais, abrindo espaço à política autoritária e messiânica do “homem-forte”, musculando o próprio sistema no aprofundamento da submissão à NATO e aos EUA, na privatização da esfera pública e coletiva, disputa colonial e extrativista do Sul Global e o avanço da Guerra permanente.

7. A invasão da Ucrânia pela Rússia, suscitou velhos e novos alinhamentos e disputas pela hegemonia internacional, tornou inquestionável o direito à autodefesa do povo ucraniano numa longa resistência popular. Denunciamos o cinismo ocidental ao querer promover a guerra eterna e legitimar uma corrida armamentista, aumentando os gastos em defesa em detrimento do estado social. É necessário um processo imediato de diálogo e de negociação para uma paz justa no interesse dos povos.

8. Lutamos pelo fim imediato do genocídio em Gaza e o reconhecimento do estado da Palestina. A barbárie e a violação do direito internacional estão a ser levadas a cabo pelo Governo de extrema-direita em Israel, aos olhos do mundo e de um ocidente imóvel e conivente. Aliás, toda a nova arquitetura que agora se desenha no Médio Oriente, não é mais que o projeto expansionista sionista, satisfazendo a hegemonia dos EUA na região, multiplicando as tensões e asfixiando a autodeterminação dos povos. O nosso compromisso é com o povo e a sua libertação, seja na Palestina, no Curdistão ou no Sahara Ocidental.

9. Neste conflito de superpotências, os EUA apoiando Israel avançam nas suas pretensões expansionistas perante o desinvestimento da Rússia e China no apoio ao esforço de guerra dos seus aliados, sobretudo o Irão e o Líbano (através do Hezbollah) e beneficiando da queda da ditadura sanguinária de Assad na Síria, preparada pela Turquia, membro da NATO. Vemos agora



a repetição dos argumentos para a invasão do Iraque, para legitimar ataques preventivos ao Irã sob pretexto de dismantelar o seu programa nuclear. O direito internacional continua uma miragem e o povo carne para canhão, estrangulado nas pretensões expansionistas e de controle político-económico do Médio Oriente.

10. Apesar do fim de um mundo bipolar, jogam-se novas geometrias com os mesmos atores. As novas necessidades do capitalismo, na transição digital, na IA e no esforço de guerra aceleram a corrida aos minerais e à disputa de recursos. É assim em África, onde toda a região do Sahel está em guerra civil, ocupada por forças militarizadas estrangeiras. São milhões de deslocados e refugiados a quem é recusada a entrada na Europa Fortaleza. Muitos morrem no Mediterrâneo ou são desviados para países pagos por governos europeus para os deter.

11. Não podemos ser cúmplices, lutamos pela paz e pelos direitos humanos. É necessária uma rutura com a lógica de vassalagem às superpotências mundiais, é fundamental o reforço e alargamento da rede de partidos da Aliança de Esquerda Europeia, juntar forças num projeto popular, internacionalista e anti-capitalista para desobedecer, ocupar as ruas e afirmar uma alternativa de transformação radical que devolva a esperança aos povos.

UM PAÍS EM EXTREMA-DIREITIZAÇÃO

12. Em Portugal o espectro político-institucional pós-geringonça e uma efémera maioria absoluta do Partido Socialista, virou à direita. A “direitização” ganha força, assumindo a liderança dos Governos Regionais da Madeira e Açores, a Presidência da República, o Governo e uma ampla maioria na Assembleia da República, prossequindo um projeto reacionário e de ataque aos direitos sociais e aos valores democráticos.

13. Sintomática é a eleição de 60 deputados da direita-populista, em alinhamento com a tendência internacional que galopa o falhanço das políticas do Partido Socialista, alinhadas com Bruxelas na obsessão das contas certas, com o dismantelamento dos serviços públicos e o aprofundamento da desigualdade entre capital e trabalho e o compromisso com a negociata e a opacidade do capitalismo-“verde”.

14. Vivemos tempos difíceis, de retrocesso dos direitos sociais e dos valores democráticos, os valores de Abril. A extrema direita corrói pilares democráticos, fomenta o revisionismo histórico e reescreve narrativas com base no medo e na desinformação, vomitada pelas novas formas de comunicação social. A geração que participou nas lutas antifascistas e na revolução de Abril assiste incrédula ao derrube de valores que julgava seguros, no caminho da construção de um país socialmente justo e fraterno, humano, inclusivo, socialista.

15. Nestes tempos de penumbra, a mentira corre desbragada, o debate público é envenenado por discursos de ódio travestidos de opinião, enquanto direitos arduamente conquistados são atacados e vilipendiados em nome de falsidades, divulgadas e manipuladas por algoritmos que privilegiam o envenenamento da opinião pública.

16. A ideologia neo-fascista ganha força e confiança para reaparecer acarinhada por um contexto político que lhe é favorável. Saem da toca forças de choque, objetiva e descaradamente protegidas pelos poderes vigentes. A educação, a cultura e a ciência, pilares fundamentais de uma sociedade livre e democrática, tornam-se alvos constantes, rotulados como ameaças por aqueles que lucram com a ignorância e o obscurantismo.



17. Neste cenário, os mais vulneráveis são os primeiros a sentir o peso da discriminação e agressão: imigrantes, pessoas racializadas, grupos étnicos, pessoas LGBTQIA+; a violência simbólica e real normaliza-se, a empatia é retratada como fraqueza, e a solidariedade, como ingenuidade.

18. A extrema-direita cresce, fundamentalmente, por entre um clima de descontentamento e de revolta vindo das classes mais atingidas pela precariedade e pelas crises da habitação, da saúde e da justiça, pela falta de perspectivas de futuro de quem se sente abandonado, em especial pelos jovens diante da falência de uma escola fundada em valores democráticos e progressistas.

O BALANÇO DO CAMINHO QUE NOS TROUXE ATÉ AQUI

19. Das eleições recentes resultaram governos de direita, a ascensão da direita-populista e uma queda acentuada do Partido Socialista, que à sua esquerda não houve capacidade de capitalizar. Abre-se um ciclo de instabilidade para o povo, os trabalhadores e a natureza.

20. O Bloco de Esquerda tem agora a sua menor representação parlamentar de sempre, aprofundando uma trajetória de perda de influência. Vai-se consolidando a tendência de esvaziamento da sua base eleitoral de apoio, perante ou em consequência de uma linha política, frequentemente ambígua, que seguiu uma trajetória alicerçada na disputa institucional, ao centro, numa rota de afastamento da matriz fundadora.

21. Uma excessiva proximidade ao Partido Socialista e acantonamento parlamento-eleitoral esvaziou o espaço de protesto à esquerda, tornou-nos incapazes de desafiar o Partido Socialista para um novo acordo em 2017, assumir o fim da “geringonça” em 2019 e abandonar esse imaginário que se continuou paulatinamente a trilhar.

22. As campanhas esvaziadas centradas na ilusão da governabilidade e em busca de acordos com o Partido Socialista, foram ao arripio da construção de uma força mobilizadora para disputar a liderança à esquerda, com autonomia estratégica, polarização e demarcação do centro, capaz de alargar às bases trabalhadoras, populares e aos movimentos sociais.

23. Continuar a fazer o mesmo e esperar resultados diferentes, não passa de uma persistente e nociva ilusão. Para inverter o processo de esgotamento que o Bloco de Esquerda atravessa é indispensável um olhar crítico desde a “geringonça” e do caminho percorrido até aqui, aberto e democrático, capaz de tirar lições das derrotas e corrigir a linha política e os objetivos estratégicos que determinarão a tática em cada novo desafio.

O ECOSSOCIALISMO NO HORIZONTE

24. Precisamos de um partido que vá à raiz, com autonomia política, democracia de alta intensidade e com o Ecosocialismo no horizonte, força-motriz da luta pela sociedade que queremos construir. Resgatar a luta de classes em articulação com os novos contextos sociais num projeto global para derrubar a era do capitalismo-“verde” e ultrapassar o chamado “socialismo real!”

25. A transformação radical da sociedade acontece, eliminando todas as formas de exploração do homem e da natureza, abandonando a ideologia do progresso baseada no crescimento infinito,



socializando os meios de produção nos sectores estratégicos ao serviço das reais necessidades da população, em bases populares e democráticas.

26. Superar o capitalismo, a sua crise social e ecológica e pensar um novo modelo societário pressupõe uma mudança de paradigma produtivo, uma nova organização económica e transformações profundas nas estruturas sociais e laborais, ampliar a função social do trabalho.

27. A crise climática exige um novo paradigma que corresponda a uma vaga de empregos para o clima garantindo justiça social. Empregos públicos como elemento chave para a descarbonização da economia e independência de combustíveis fósseis. Apostar nas energias renováveis, transportes públicos, reabilitação urbana, agricultura regenerativa, valorização de resíduos, proteção ambiental, cuidados e o conhecimento, é uma prioridade.

28. Acumular força, disputar a maioria social e resgatar a confiança popular, dependerá da nossa capacidade de enraizamento, com intervenção onde a vida real acontece, em todas as lutas, politizando e socializando o espaço público, do bairro ao local de trabalho, do sindicato à associação, na rua e também no parlamento.

PRIORIDADE NAS RESPOSTAS SOCIAIS, NO TRABALHO E ECOLOGIA

29. As políticas dos governos do PS e da AD a reboque da agenda do Chega, correspondem a um novo ciclo de empobrecimento e ampliação de desigualdades, à privatização de sectores essenciais e à delapidação dos serviços públicos. O combate ao aumento do custo de vida e o direito à habitação são prioridades de uma esquerda que não desiste da dignidade e dos de baixo.

30. O direito à habitação está por cumprir. Ter um espaço para habitar continua a representar um enorme esforço para as famílias e é o maior obstáculo à emancipação dos jovens, que vão adiando os seus projetos de vida. O governo do PS manteve intocável o negócio imobiliário e não resolveu a crise da habitação, o atual governo da AD enfatiza a financeirização da habitação e alimenta um mercado que deixa de fora grande parte da população, refém de um rendimento que a obriga a habitações sobrelotadas, informais, sem condições mínimas de habitabilidade. Durante anos a habitação foi um problema metropolitano que agora alastrou a grande parte do país. Falhar no direito à habitação tem sido terreno fértil ao descontentamento e ampliou tensões numa sociedade desigual.

31. O slogan “A Saúde Não é Um Negócio” precisa de ser acompanhado com propostas de medidas concretas que respondam à exiguidade dos recursos humanos, à chantagem da indústria farmacêutica e à procura generalizada do lucro. A banalização do acesso a estabelecimentos privados de saúde e o recurso aos seguros de saúde, promovidos com benefícios fiscais, continua a retirar a pressão pública sobre a reabilitação do Serviço Nacional de Saúde, enquanto a preponderância do setor privado drena os recursos públicos sem que os sucessivos governos tenham conseguido contrariar este processo. O acesso à saúde está ameaçado e é urgente encontrar respostas a começar pelos cuidados de saúde primários.

32. A justiça e o direito transformam-se de forma rápida em mecanismos de controlo e de agravamento de desigualdade. A justiça é lenta e desigual, trata de forma diferente ricos e pobres:



para os pobres a justiça é lenta nas garantias e célere na punição, para os ricos a justiça tende a ser proporcional aos recursos e habilidades legais que o dinheiro possa pagar. Enquanto se agrava a perspectiva securitária do estado e se amplia a perspectiva punitiva da justiça, trabalha-se na fragilização dos direitos e garantias individuais com impacto nas franjas mais marginalizadas da população, como a presunção de inocência, o direito à defesa e ao contraditório. À boleia do combate à corrupção e ao terrorismo, assiste-se a uma instrumentalização da justiça por uma direita com laivos de autoritarismo. Neste caminho a criminalização do movimento social comparando-o com terrorismo não é aceitável. A luta pelo direito à justiça é fundamental à liberdade.

33. O desenvolvimento tecnológico num mundo mais globalizado e conectado representa um desafio central para o nosso futuro coletivo. Se por um lado representa impactes ambientais negativos, por outro abre a oportunidade para transformações profundas da cadeia produtiva, no papel social do trabalho e na emancipação da humanidade.

34. No trabalho é essencial “destroikizar” o Código de Trabalho, reforçar os direitos e condições de quem trabalha, nomeadamente no salário, na compensação do trabalho suplementar, revogar a caducidade da contratação coletiva ou reforçar o direito à greve. Garantir dignidade a quem trabalha por turnos, reduzir horários de trabalho e a idade da reforma, garantindo mais tempo ao ócio, são bandeiras a erguer.

35. O Bloco tem que fazer das lutas sociais e ecológicas o chão da sua ação, criando estruturas de coordenação democráticas e operacionais para articular planos de ação no território, difundir informação e pensar coletivamente respostas ao ativismo conferindo autonomia e liberdade ao movimento em baixo. Incentivar a participação nos movimentos sociais e nos sindicatos é uma orientação estratégica para criar rede e pensamento crítico a partir de realidades concretas, sem sectarismos ou purismos no que respeita à morfologia do movimento ou do sindicato, privilegiando organizações de base e fora de estruturas velhas e incapazes de se regenerar.

COMBATER A DIREITA NA DISPUTA HEGEMÓNICA

36. O combate à direita exige intervenção na educação e cultura para disputar a hegemonia das ideias e do senso comum. É urgente democratizar a escola e a produção cultural e difundi-la por múltiplos canais físicos e digitais, promovendo a universalidade no acesso ao conhecimento e à memória coletiva como construção e resistência ativas da democracia.

37. A agressiva disputa pela hegemonia cultural justifica o reforço e a ampliação a novos sectores e personalidades, dos instrumentos de que o Bloco dispõe nesta área, podendo inclusivamente ponderar novas formas organizativas nesse sentido. Contrapor à crescente afirmação da direita tem que acompanhar o combate à iliteracia e o fomento do debate crítico. A formação, formal e informal, o apoio a movimentos e iniciativas de carácter progressista e emancipatório, a promoção e apoio de redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo são passos com o objetivo de combater as manifestações ideológicas da direita.

38. É também necessária e urgente a intervenção militante nos múltiplos espaços públicos, no bairro, no local de trabalho, na associação, no café; intervir onde seja possível com pedagogia, desmontando a mentira, contrariando a narrativa de direita e de extrema-direita exponenciadas pelas redes sociais. A comunicação e fluxo de informação interna é determinante na preparação desta presença popular.

PRESIDENCIAIS: UNIDADE ANTI-FASCISTA

39. As eleições presidenciais surgem num momento particularmente desfavorável à apresentação de candidatura própria, mas de modo algum devemos abdicar de intervir. Num quadro de recuo à esquerda, devemos empenhar-nos na construção de uma alternativa unitária, marcadamente progressista, democrática e antifascista, que se alicerce numa plataforma comum, entre partidos, movimentos e associações.

40. Uma candidatura que se apresente como freio à direitização parlamentar e seja um polo de esperança, acumulação de força e resistência. Este processo deve ser conduzido internamente com a maior transparência e participação dos aderentes, para reforçar a mobilização e a capacidade de alargamento, mas também para chegarmos a decisões amplamente consensuais e preparadas. A complexidade da conjuntura exige-o.

(RE)CONSTRUIR DE BAIXO PARA CIMA

41. O Bloco de Esquerda não pode ser um partido meramente institucional e parlamentar, tem de estar sobretudo ligado ao pulsar da vida e ao dinamismo do movimento social. Precisa de ser (re)construído de baixo para cima, dotado de uma visão horizontal de organização, permanentemente oxigenado, descentralizado, baseado na valorização do ativismo e da militância, superando uma lógica de acertos e equilíbrios formais entre tendências e grupos organizados.

42. É fundamental vivificar o partido, conhecer e responder aos problemas reais da população, incentivar a integração nas lutas e nos movimentos sem os capturar, trabalhando por um efetivo enraizamento político e social, única forma de melhor resistir e ultrapassar este prolongado ciclo de refluxo em que nos encontramos.

43. Queremos um Bloco de Esquerda maior, que enquadre aderentes e simpatizantes, atraia gente nova, forme quadros, renove lideranças e contrarie a perda de influência em todos os níveis e instâncias do espaço público. Queremos um Bloco que estimule o pensamento crítico, o trabalho em rede e fortaleça as estruturas de base.

TRABALHO LOCAL COMO UM NOVO IMPULSO

44. Durante a sua existência o Bloco demitiu-se de desenvolver trabalho local, não ganhou experiência. Esta debilidade deve ser ultrapassada numa perspetiva de construção coletiva do partido, com enfoque na conceção democrática das decisões tomadas de baixo para cima, numa democracia interna de alta intensidade.

45. A hegemonia proveniente do acerto entre tendências cristaliza a organização. Reativar a dinâmica interna depende do alargamento da base do partido. Este trabalho tem de ser feito com o contributo de todas as sensibilidades, de todos os aderentes. É na sua pluralidade que o partido estabelece a sua estratégia de trabalho local. É este trabalho que permite o enraizamento do partido, adquirindo uma profunda perceção e conhecimento da realidade para responder aos problemas reais das pessoas em cada local.



46. O trabalho local estimula a autonomia das estruturas de base. Estas estruturas do partido entendem-se como veículos de influência no espaço público, na associação, no sindicato ou nos movimentos sociais, agentes de movimento e de iniciativa política, fatores determinantes para acumular forças e trabalhar para ultrapassar períodos de refluxo. É também a este nível e no concreto que se deve incentivar o desafio permanente e a construção de alianças à esquerda.

47. Uma maior autonomia relativamente ao parlamento permite o desenvolvimento de uma agenda política autónoma, adaptada à escala de trabalho da estrutura partidária e ao território a que corresponde. Este reposicionamento e ligação à população e ao terreno, repercute-se no reforço do trabalho autárquico.

48. Confundir trabalho local com trabalho autárquico é encerrar o partido dentro das estruturas de poder do aparelho de estado. Só a capacidade de gerar movimento a partir da base do partido permitirá não só manter, mas também atrair gente nova, formar e enquadrar aderentes e dessa forma inverter a sucessiva perda de influência e protagonismo no debate político.

DEMOCRACIA REAL EM VEZ DE DEMOCRACIA FORMAL

49. A democracia interna não se esgota na consagração estatutária do direito de participação – exige práticas vivas, quotidianas e inclusivas. No Bloco de Esquerda, os mecanismos de eleição e representação existem, mas é necessário compreender se funcionam e são dinâmicos. Ou estamos todos envolvidos no debate, na construção política e na decisão, ou o coletivo e os militantes são uma mera entidade consultiva no partido.

50. Ao longo dos anos, temos assistido a uma crescente cristalização de práticas que favorecem a reprodução de lógicas de poder centralizadas e hierarquizadas, mesmo que revestidas de aparente abertura. A escuta torna-se seletiva, os fóruns de debate pouco participados e o espaço para a diferença política vai-se estreitando. Quando a diversidade interna é tolerada, mas não valorizada, quando a crítica é vista como ameaça e nunca como contributo, abre-se caminho à estagnação e à desmobilização, que se reflete negativamente na participação dos militantes nas estruturas locais e distritais.

51. É urgente libertar a criatividade política que existe nos territórios, nos coletivos de aderentes que esperam mais e querem dar mais do que acatar orientações. Precisamos de estruturas orgânicas que não transmitam apenas decisões, mas que sejam espaços vivos de formulação de política, de aprendizagem mútua e de solidariedade militante. O Bloco não pode transformar-se num espaço onde a militância se limita a executar tarefas decididas numa instância superior – tem de ser uma escola de autogoverno democrático.

52. Reforçar a democracia interna implica mais do que abrir espaços – exige descentralizar o poder real. A lógica vigente de transmissão de poder entre proximidade pessoal e fidelidades grupais não nos serve e deprecia a pluralidade do partido. O exercício da democracia formal centralizadora não estimula a emergência da democracia participativa que o Bloco defende na sociedade civil, mas que não incentiva no seu interior.



LIBERDADE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO INFORMADA

53. A XIII Convenção Nacional mobilizou 20% do partido, 15% escolheu a atual direção, uma esmagadora parte da militância desmobilizou-se com a prevalência de decisões internas de cima para baixo e sem impacto nas dinâmicas internas de trabalho e na rua.

54. É tempo de arriscar decisões em plenário. Eleger a direção do partido em sufrágio universal, sem delegados, sem círculos eleitorais martelados para reproduzir uma qualquer lógica de repartição de influências, sem multiplicação de patamares de representatividade, é um passo inicial básico de envolvimento coletivo na vida interna do partido.

55. Isto significa repensar a composição dos órgãos dirigentes, criando formas de representação rotativa, assegurando a presença sistemática de minorias, o envolvimento nas dinâmicas sociais locais em detrimento de fidelidades políticas estreitas. Significa também dotar as estruturas locais de meios logísticos, formativos e políticos, que permitam uma melhor intervenção autónoma, no quadro dos objetivos do partido.

56. Outra dimensão essencial é o acesso à informação e à formação política. Uma democracia interna robusta só é possível quando os aderentes estão bem informados, compreendem os processos em curso e têm os instrumentos para intervir com confiança e sentido crítico. A opacidade, mesmo que involuntária, favorece a desconfiança e resulta em passividade.

Somos e queremos continuar a ser aderentes do Bloco de Esquerda. Aqui estamos, alguns de nós desde a sua fundação. Movimentamo-nos nas margens de liberdade que o partido nos permite, nas suas estruturas, nas assembleias, onde entendemos que a nossa participação é politicamente útil, com reflexão crítica e proposta política, contribuindo para os desafios que temos pela frente. Um partido de liberdade reforça-se valorizando e respeitando a sua pluralidade e diferenças.

É verdade que a nossa insatisfação vem de longe. Participamos em várias Convenções contribuindo para o aprofundamento do debate interno, quisemos e queremos apresentar soluções para a afirmação do partido, para melhorar a sua organização e aprofundar a democracia interna.

Aprendemos e tirámos lições que não esquecemos. Apresentamos esta Moção à XIV Convenção do Bloco de Esquerda, atentos e críticos, por um Bloco plural, espaço de crescimento, espaço de todas as lutas, no caminho da emancipação social.



SUBSCRITORES

Alcindo Norte	Olhão - Faro	8378
Ana Penas	Alcácer do Sal - Setúbal	4482
Ana Sofia Ligeiro	Torres Novas - Santarém	13327
Artur Sanina	Tavira - Faro	10653
Bruno Candeias	Santiago do Cacém - Setúbal	11738
Carla Escarduça	Lagos - Faro	7660
Carlos Cabrita	Albufeira - Faro	4418
Constantino Piçarra	Castro Verde - Beja	787
David Roque	Lagos - Faro	8209
Diogo Borges	Porto, Porto	12897
Francisco Pascoal	Rio Maior, Santarém	12538
Herlander Braz	Lx Bairros Históricos e Baixa - Lisboa	6765
Ivo Conceição	Olhão - Faro	13621
João Madeira	Santiago do Cacém - Setúbal	520
João Oliveira	Loulé - Faro	13340
Joaquim Sarmento	Loulé - Faro	2348
Jorge Santana	Santiago do Cacém - Setúbal	4900
José Domingos	Castro Marim - Faro	9554
José Estevens	Vila Real de Santo António - Faro	3637
José Filhó	Loulé - Faro	3491
José Manuel do Carmo	Tavira - Faro	1566
José Santos	Lagos - Faro	3400
Leonor Esteban	Tavira - Faro	12722
Luis Pessoa	Loulé - Faro	13361
Manuel Lopes	Torres Novas - Santarém	5464
Maria Jorgete Teixeira	Barreiro - Setúbal	584
Nádia Penas	Alcácer do Sal - Setúbal	7524
Ricardo Barata	Santiago do Cacém - Setúbal	2162
Rogério Ferreira	Loulé - Faro	10861
Rosário Vaz	Barreiro - Setúbal	5509
Teodósio Alcobia	Setúbal - Setúbal	2048
Tiago Carvalho	Rio Maior - Santarém	12585
Tiago Grosso	Loulé - Faro	8113
Victor Santos	Santiago do Cacém - Setúbal	12808



Moção

C

Mais Bloco,
menos
tendências



Desde 2014 temos vindo a apresentar moções ou plataformas, balizadas por três princípios fundamentais: Socialismo, Democracia e Liberdade.

Todos estes três princípios são imprescindíveis e se dispensarmos algum, somos levados para distopias distantes dos interesses populares.

Repudiamos o fascismo, porque despreza esses mesmos três princípios.

Também rejeitamos o estalinismo, porque espezinha dois desses dois princípios, a Liberdade e a Democracia e, por causa disso, impede a construção do Socialismo.

Por outro lado, consideramos que as tendências foram importantes, mas estão ultrapassadas e que o Bloco terá tudo a ganhar se as deixar para trás.

Precisamos também de reforçar a nossa democracia interna, para criar um ambiente fraterno e acolhedor para todos os novos aderentes, que nos privilegiam com a sua adesão.

Precisamos muito de reforçar a nossa organização, pois sem organização não há trabalho político profícuo e eficiente.

Nesta moção tentamos compreender a ascensão do fascismo e a descida eleitoral do Bloco e apontamos caminhos para superar essas dificuldades.

Temos noção da pequenez da nossa dimensão, que não nos permite a ambição de ser uma alternativa à direção do Bloco. Só pretendemos contribuir, com as nossas críticas e sugestões, para melhorar o funcionamento do nosso partido do coração, o Bloco de Esquerda.

Estamos disponíveis para dialogar com as moções H e S, tendo em vista a eventual fusão de moções, salvaguardando a identidade de cada uma delas.

BALANÇO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

O fascismo continua em ascensão

Nas últimas Eleições Legislativas, o lixo fascista transbordou, atingindo níveis inimagináveis. Portugal nivelou-se, por baixo, com outros países europeus, no que diz respeito à quantidade de lixo fascista.

A Direção do Bloco deveria criar um grupo de trabalho para analisar as causas da subida dos fascistas do Chega e propor medidas para sair deste lamaçal de vergonha e opróbrio.

Entretanto, fica aqui o nosso contributo sobre este tema.

Em primeiro lugar, analisemos as **causas** deste desastre:

1. Os fascistas do Chega aprenderam muito com os seus congéneres mundiais nas manobras que eles foram aperfeiçoando para subverter o estado democrático;
2. Montaram uma oficina de criação de notícias e publicações falsas, que consubstanciam as suas propostas racistas, xenófobas e fascistas;



3. Inundaram as redes sociais com perfis falsos, trolls e bots, que partilharam exponencialmente as suas notícias, vídeos e publicações falsas;
4. Criaram muitas páginas de conteúdos culturais e recreativos, que serviriam de engodo para a divulgação da sua propaganda ;
5. Infiltraram-se em páginas alheias, acabando por assumir a sua administração e mudança de conteúdos;
6. Invadiram as caixas de comentários dos diversos órgãos de comunicação social, insultando e criticando todas as propostas de esquerda e enaltecendo os valores fascistas, racistas e xenófobos;
7. Invadiram as caixas de comentários das páginas de esquerda, incluindo as nossas, vomitando lixo em cima de todas as nossas propostas;
8. Criaram uma narrativa condizente com a sua agenda, de forma a banalizar e normalizar a sua ideologia; a principal mentira dessa narrativa é que os imigrantes e ciganos recebem mais subsídios do Estado do que a generalidade dos portugueses e, com isso, mobilizam as camadas mais pobres para a sua agenda;
9. Conseguiram tirar do armário muitos racistas, xenófobos e fascistas, que já existiam, mas que agora passaram a sentir-se confortáveis em assumirem as suas posições miseráveis;
10. Conseguiram criar a ilusão que são um partido de protesto «contra o sistema político corrupto» e, com isso, alavancaram uma grande base de apoio entre a população menos informada;
11. Capturaram uma boa parte da juventude para a sua agenda; é sabido que muitos jovens, antes de saberem o que querem, sabem o que não querem; por isso, estão mais vocacionados para o protesto, para a insurgência, do que para a racionalidade da proposta política coerente; os fascistas cavalgaram essa inconsistência típica dos jovens e usaram-na a seu favor;
12. Os fascistas do Chega prometem tudo a todos, num populismo desbragado, que tem como tónica dar tudo aos pobres, sem tirar nada aos ricos; se chegassem ao poder rapidamente se esqueceriam da parte de dar tudo aos pobres;
13. Durante anos, demasiados anos, ignorámos os fascistas, porque, dizia-se, falar deles era dar-lhes importância; a realidade encarregou-se de provar que estávamos errados; não os podemos ignorar, temos de combatê-los, o que passa, necessariamente, por d e s - mascarar tudo o que dizem e que fazem;
14. António Costa também teve um papel determinante na subida da Direita e da Extrema-direita; primeiro, pôs em prática uma política antipopular, que incrementou o crédito eleitoral dos fascistas e de outros reacionários, depois demitiu-se, quando não era obrigado a fazê-lo, porque colocou a sua ambição por um tacho europeu à frente dos interesses do país e do seu partido; a sua saída escancarou as portas a Luís Montenegro e André Ventura.

O que poderemos fazer, doravante, para contrariar esta onda fascista?



1. Reforçar a nossa presença nas redes sociais, de modo a inverter a hegemonia fascista nas mesmas;
2. Responder aos fascistas nas caixas de comentários dos órgãos de comunicação social, desmascarando as suas mentiras;
3. Eliminar os comentários dos fascistas nas nossas publicações e bani-los;
4. Desmontar a narrativa fascista, expondo a sua incongruência e falsidade;
5. Desmascarar e ridicularizar todos os fascistas e seus apoiantes;
6. Reconquistar o apoio dos jovens, mostrando-lhes caminhos de rebelião e de protesto contra a sociedade capitalista, plena de contradições desfavoráveis à juventude;
7. Para contrapor às promessas populistas dos fascistas, precisamos de fazer reivindicações favoráveis aos pobres, contrapostas com impostos acrescidos aos ricos;
8. Quando a bancada fascista apresenta propostas populistas na Assembleia da República, nós devemos votar sempre contra, para manter o indispensável cordão sanitário, apresentando propostas em alternativa;
9. Unir esforços com outros partidos antifascistas, para fazer frente à besta fascista;
10. O fascismo é como uma doença grave: quanto mais progredir, mais difícil é de controlar, mas isso não pode servir de desculpa para nós pararmos de combater a doença fascista.

CRISE ELEITORAL DO BLOCO

O Bloco teve o pior resultado da sua história. Esta hecatombe resulta de vários fatores, internos e externos. Alguns dos nossos erros são irreparáveis e só podemos esperar que o tempo ajude a atenuar os seus efeitos. Mas continua ao nosso alcance corrigir os erros que levaram ao afastamento de muitos.

1. Por exemplo, foi um erro infantil expurgar as moções pequenas, porque não trouxe qualquer benefício para ninguém e só trouxe prejuízos, entre os quais a diminuição da militância e a degradação da imagem pública do Bloco.
2. Parece que a direção está a corrigir agora esse erro, ao facilitar novamente o aparecimento de pequenas moções, como a nossa. É um passo certo na direção certa. Precisamos, como do pão para a boca, de reforçar a nossa democracia interna, pois só assim criaremos um ambiente acolhedor para a entrada de novos apoiantes do nosso projeto. Além disso, reforçaremos os organismos de base, condição indispensável para o nosso crescimento consolidado.
3. Temos de voltar a ser percebidos como um partido de protesto, em especial contra o poder corrupto. Enquanto o Bloco foi encarado como partido de protesto sempre cresceu e começou a baixar quando passou a ser visto como um partido do sistema.
4. Fomos impotentes para impedir que os fascistas se transformassem em campeões da luta anticorrupção, que é, em si, uma causa justa, mas que eles subverteram e instrumentalizaram.



5. Não fomos capazes de reagir à campanha de ódio movida pelos fascistas do Chega, que nos consideraram o inimigo principal e não conseguimos, porque eles nos derrotaram nas redes sociais, por goleada.
Por isso, teremos de ser muito mais ativos nas redes sociais, criando mais páginas, mais publicações que, todos nós, devemos comentar, pôr gostos e partilhar, para que as nossas propostas políticas possam chegar a mais pessoas.
6. Precisamos de voltar a ser apelativos para os jovens e, para isso, teremos de corporizar os seus anseios e reivindicações. Para tal ser possível e operacionalmente ativo, precisamos de uma juventude partidária devidamente estruturada, que organize campanhas de protesto apelativas para a juventude. Devemos incluir, no nosso programa, diversas medidas de apoio os jovens. Por incrível que pareça, o programa eleitoral do Bloco é extremamente omissivo neste capítulo.
7. Em relação à invasão da Ucrânia, tema muito sensível, nem sempre tivemos uma posição clara. Muitas vezes, segundo a percepção pública, as nossas posições foram confundidas com as do PCP e, se este partido foi muito penalizado por conta da invasão da Ucrânia, nós também o fomos, por tabela, embora o Bloco tenha evoluído positivamente nesta questão.
8. O Bloco voltou a ser penalizado como partido com mais votos desperdiçados, ou seja, votos que não serviram para eleger ninguém. Face à oposição dos maiores partidos em instaurar um círculo nacional, que compensasse os votos desperdiçados, o Bloco poderia e deveria ter tentado outra via, fazer uma aliança pré-eleitoral com o Livre.
Ambos os partidos seriam beneficiados e nenhum perderia a sua identidade, pois as coligações eleitorais terminam na tomada de posse dos deputados. Esperemos que isso seja possível numa próxima eleição.
9. O Bloco precisa de dar voz a todos grupos socioprofissionais, representativos da sociedade, para que estes se revejam no nosso partido.
10. Alguns camaradas propõem que a saída para esta crise do Bloco passa pela radicalização das nossas posições, que assumamos a nossa vocação socialista e revolucionária e deixemos de lado as táticas reformistas, ou seja, que voltemos às últimas décadas do século XX, durante as quais, recorde-se, ficámos completamente irrelevantes. Nos tempos que correm, fazer essas propostas só é possível para quem vive fora da realidade, é combater a tendência para a irrelevância com fatores que a irão agravar, é como dizer a um afogado que só se poderá salvar se amarrar um pedaço de chumbo nos pés.
Pelo contrário, devemos graduar as nossas posições, sem, contudo, abandonar os nossos princípios socialistas, pois precisamos de recuperar o eleitorado flutuante do PS, que, nestas eleições, nos virou as costas, preferindo votar no Livre.

TENDÊNCIAS DOMINANTES

A existência de tendências faz parte da natureza do Bloco, pois, sem as suas tendências fundadoras, o Bloco nem sequer existiria. Além disso, é saudável que haja diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. Por isso, o facto de haver tendências no Bloco de Esquerda não é, em si, um problema.



O verdadeiro problema é que as duas principais tendências, que patrocinam a Moção A, não se preocupam com ideologia, focando a sua atenção e energia em aspetos que possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do Bloco, através dos seguintes enviesamentos:

1. Fazem-nos perder democracia, porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas cúpulas das duas principais tendências e as reuniões dos órgãos dirigentes servem apenas para sufragar as decisões antes «cozinhadas». As bases só servem para trabalhar para o partido, mas não são ouvidas nem achadas para escolher as/os candidatas/os nas principais eleições, nem para a tomada de decisões estratégicas como, por exemplo, a adesão a um novo partido de esquerda europeu.
Em alternativa, as decisões do Bloco precisam de ser decisões coletivas, devem começar nas bases e aos órgãos dirigentes compete pôr em prática as escolhas da maioria dos aderentes.
2. A falta de democracia interna é o principal fator do declínio do Bloco.
Os novos aderentes entram com entusiasmo, mas logo este é esfriado, por dois motivos: são imediatamente cacicados por uma tendência ou então desiludem-se com outros aspetos da falta de democracia interna. A maioria acaba por se afastar.
Precisamos, como do pão para a boca, de reforçar a nossa democracia interna, pois só assim criaremos um ambiente acolhedor para a entrada de novos apoiantes do nosso projeto.
Além disso, a falta de democracia interna impede o nosso crescimento orgânico, fator indispensável para revertermos o declínio.
3. Patrocinam a disputa por lugares e não por ideias, porque cada uma das tendências dominantes tem uma agenda própria: colocar os seus membros em todos os lugares de destaque, o que favorece o carreirismo e a ascensão de dirigentes sem qualidade política.
Um carreirista só pensa na sua carreira e está pouco preocupado com o bem coletivo.
4. Trazem o sectarismo do século XX para o Bloco do século XXI. É compreensível que os militantes da «velha guarda», oriundos dos partidos fundadores do Bloco, sintam nostalgia do passado. O que não é normal é que queiram incutir esse saudosismo nos mais novos.
Os jovens pertencem ao futuro. Que eles construam um Bloco novo, livre do sectarismo das tendências!
5. Estimulam o esvaziamento político do Bloco, pois, dadas as diferenças ideológicas entre as duas principais tendências, estas, ao invés de conviverem fraternalmente com essas diferenças, preferem reduzir a sua práxis apenas ao pouquinho em que estão de acordo. Ou seja, o Bloco renuncia voluntariamente a fazer política, em nome da coexistência pacífica e hipócrita entre as duas maiores tendências.
As duas principais tendências não precisam de abafar as suas diferenças. Antes precisam de saber usá-las para construir um Bloco renovado, de que o país precisa e que está ao nosso alcance.
6. Fazem diminuir a autonomia de pensamento, pois a maioria dos seus membros «aluga» o cérebro aos dirigentes das tendências dominantes e desiste do seu direito a ter uma opinião.
Perde o aderente e perde o coletivo, quando cada um dos seus membros perde a capacidade de pensar.



7. Preocupam-se muito com o controle dos órgãos (50/50) e menos com os aderentes, mas sem estes não há partido para eles poderem controlar.

Só quando nos libertarmos destes enviesamentos poderemos aspirar a ser um Bloco pujante, plural, inclusivo, democrático e socialista.

Se teirmos em prosseguir o rumo atual, estaremos condenados/as ao declínio e à irrelevância.

OUTRAS TENDÊNCIAS

CONVERGÊNCIA

O líder da Convergência afirmou, em fevereiro, que não tenciona abandonar o Bloco, porque não nos quer dar essa alegria. Hoje sabemos que estava a mentir, pois ele já tinha engendrado um plano de saída ordenada dos seus seguidores. A intenção era a de nos causar danos reputacionais, juntando-se à campanha para denegrir e destruir o Bloco de Esquerda.

Entretanto o «querido líder» ordenou aos seus congéneres de Portalegre e de Santarém, a maioria aderentes-fantasma, para saírem do Bloco e para o fazerem com o maior estrondo possível, tendo em vista o seu objetivo de tentar afundar o nosso partido.

Desde há muito tempo que eles estão a abandonar o partido, embora de uma forma sub-reptícia.

Sempre que eles desrespeitaram os valores de lealdade e de solidariedade, eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles foram para os jornais criticar o partido, em vez de o fazerem internamente, estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles organizaram iniciativas paralelas, estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles espezinhavam a democracia nos organismos que controlavam, eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles tiveram atitudes e comportamentos incompatíveis com a decência e integridade eles estavam a abandonar o Bloco.

Sempre que eles organizaram campanhas para denegrir o nosso partido, eles estavam a abandonar o Bloco, pois ninguém minimamente inteligente organiza campanhas para prejudicar o partido, se não for para o abandonar de seguida.

Todos nós já percebemos que não podemos contar com eles para nada, a não ser para nos prejudicarem e eles também já perceberam que não vão a lado nenhum, porque cada vez fica mais evidente para a esmagadora maioria dos aderentes que seria impossível que pessoas, tão mal-intencionadas, nos pudessem levar a bom porto.

Com a saída de todos os estalinistas, pelo seu próprio pé, o Bloco ficará um espaço mais limpo e eles acabarão por encontrar o seu canto, o mais adequado à expressão da sua ideologia, ou seja, a sua saída será boa para todas as partes.



RADAR/MOÇÃO S

Tendência que, de repente, acordou para a falta de democracia no Bloco. Pena é que não tenham notado isso quando as pequenas moções foram expurgadas.

Foram contra o adiamento da Convenção por 4 semanas, porque queriam impedir que as moções pequenas se pudessem apresentar.

Subitamente, ficaram muitíssimo críticos em relação às tendências que dirigem o Bloco, mas não deixam de ser, eles mesmos, uma tendência, com as inevitáveis contradições, intrínsecas a todas as tendências.

Apesar de ser constituída por camaradas bem-intencionados, não têm, contudo, nem virão a ter, uma dimensão suficiente para constituírem uma alternativa credível às tendências dominantes.

Por outro lado, não conseguem apresentar propostas construtivas para melhorar o programa e o funcionamento do Bloco.

Entre a incapacidade de serem uma alternativa e a negatividade da sua postura, sobressai a escassa utilidade do seu projeto político. Não obstante, constituem uma forma de acomodar os aderentes descontentes, ou seja, é preferível que estes apoiem esta tendência do que saiam do Bloco.

SUBVERSÃO/MOÇÃO H

Os camaradas desta tendência têm duas características com as quais nos identificamos: são antiestalinistas e não são carreiristas.

São muito voluntaristas, mas esquecem que fazer política sem levar em conta a realidade só nos ajuda a construir utopias.

Seja como for, é fácil gostar deles, pois sonham todos os sonhos impossíveis que nós nunca conseguimos concretizar.

ESTATUTOS E REGULAMENTOS

Os Estatutos do Bloco de Esquerda têm vindo a ser atualizados em todas as Convenções anteriores, mas, apesar disso, permanecem vagos e imprecisos.

Aparentemente, existe uma intenção deliberada de manter as regras bastante fluídas para, assim, aumentar a discricionariedade e poder da direção.

1. INTERCONCELHIAS

O Bloco tem estruturas organizadas em menos de metade dos concelhos do país, mas tem aderentes inscritos em quase todos os concelhos.

Estes aderentes, que residem em concelhos sem estruturas do Bloco, ficam abandonados à sua sorte e não participam no trabalho político do nosso partido.

Uma solução para este problema seria a instituição de Interconcelhias, englobando diversos concelhos, onde um deles tivesse uma Concelhia.

Esta solução seria transitória. Desde que passasse a haver massa crítica em cada um dos concelhos das Interconcelhias, esses concelhos deveriam autonomizar-se e constituírem a sua própria Concelhia.

2. UM PARADOXO CHAMADO NÚCLEO CONCELHIO

Os Núcleos são estruturas de base, que podem existir nas freguesias, nos locais de trabalho, nas escolas e em setores socioprofissionais.

As Concelhias são estruturas que agrupam e coordenam todos os Núcleos de um determinado concelho.

Não faz, pois, sentido a existência de Núcleos Concelhios. Estas aberrações existem, mas não constam dos Estatutos, nem fazem falta nenhuma.

O que nós precisamos, mesmo, é de criar mais Núcleos locais, de empresa e de setores de atividade. Precisamos, também de criar Concelhias, em especial no interior do país.

3. ORGANISMOS DE JUVENTUDE

O Bloco de Esquerda nunca teve uma política muito consistente em relação aos nossos aderentes jovens.

Durante muitos anos recusámo-nos a instituir uma juventude partidária.

Mais recentemente, temos os «Jovens do Bloco», que se parecem muito com uma juventude partidária, mas que, inexplicavelmente, não tem dimensão estatutária.

A única atividade conhecida dos Jovens do Bloco é a «cacicagem» que eles fazem, em especial, os de uma determinada tendência dominante, aos aderentes jovens recentes.

Porque será que os nossos Estatutos são completamente omissos em relação a organismos juvenis?

A explicação é simples: O Bloco nunca teve verdadeiramente uma política de juventude e, por isso, a direção nunca se preocupou em criar um organismo devidamente estruturado e atuante.

Em alternativa, propomos a criação de um organismo juvenil, com dimensão estatutária, eleito democraticamente e com objetivos políticos claramente definidos.



4. REGULAMENTO ELEITORAL

- Há alguns anos o Regulamento Eleitoral foi alterado, para pior. Os cadernos eleitorais passaram a encerrar meio ano antes do dia da convocatória da Convenção. Na prática, significa que os novos aderentes têm de esperar cerca de um ano para poderem votar e serem eleitos. Esta medida arbitrária e antidemocrática, foi inventada para afastar novos aderentes do processo convencional, com o objetivo insensato de tentar prejudicar moções mais pequenas. Depois do desastre eleitoral de 18 de maio, entraram centenas de novos aderentes. Será muitíssimo injusto e ingrato que eles não possam participar no processo convencional, por causa desta medida absurda.
- Durante as Convenções, as Plataformas Locais deveriam poder apresentar candidaturas à Mesa Nacional, em plano de igualdade com as moções, desde que conseguissem 15 delegados como subscritores. Assim como está, os subscritores das Plataformas podem eleger, mas não podem ser eleitos, contrariando uma regra básica da Democracia.

5. MOÇÕES SETORIAIS

Se queremos ser mesmo democráticos, devemos aceitar moções setoriais, que permitam que um pequeno grupo de aderentes possam fazer aprovar uma proposta temática, desde que ela seja aceite pela maioria dos delegados, que deixam, assim, de votar exclusivamente por atacado a moção maioritária.

As moções setoriais são uma marca identitária da democracia de base, pois permitem a todas os aderentes fazerem livremente as suas escolhas em temas importantes, sem estarem prisioneiros de vassalagens tendenciosas.

Neste capítulo, estamos apenas acompanhados pelo PCP na recusa de moções setoriais.

6. INERÊNCIAS

Deveriam ser estabelecidas inerências nos seguintes órgãos:

- Comissões Coordenadoras Concelhias: deveria ter um representante eleito de cada um dos Núcleos dessas Concelhias;
- Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais: deveria ter um representante eleito de cada uma das Concelhias dessas Distritais/Regionais;
- Mesa Nacional: deveria ter um representante eleito de cada uma das Distritais e Regiões Autónomas.

Vantagens das inerências:

- Garantem uma maior ligação aos organismos de base;
- Estimulam a democracia;
- Garantem mais participação das bases nas decisões do Bloco.

No entanto, as tendências dominantes são contra as inerências porque receiam a existência de dirigentes que possam escapar ao seu controle sectário.



7. CONFERÊNCIAS NACIONAIS

As Resoluções aprovadas nas Conferências Nacionais têm de submeter-se à ratificação da Mesa Nacional (MN). Nada nos Estatutos nos diz que as decisões das Conferências Nacionais devem ser submetidas ao controle da MN. Além disso, é absurdo e antidemocrático menorizar, desta forma, o papel das Conferências Nacionais.

8. CADERNOS ELEITORAIS

A Direção usa manobras dilatórias para não limpar os cadernos eleitorais, conforme está definido no artigo 3º, nº 7 dos Estatutos.

Essas manobras têm como objetivo aumentar artificialmente o número de aderentes, mascarando o falhanço notório em manter ativa a participação de milhares de aderentes que entraram para o Bloco, mas que nunca se entrosaram.

O QUE FAZ FALTA AO PAÍS

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

- Fim das propinas nas universidades públicas;
- Empréstimos, sem juros, para jovens que precisam de terminar os estudos;
- Bolsas de estudo condignas para todos os estudantes universitários beneficiários do abono de família do 1º escalão;
- Programas de educação para a cidadania, direitos humanos, democracia participativa, igualdade de género e de orientação sexual, desde o ensino básico;
- Subsídio de desemprego aos jovens em busca do 1º emprego;
- Refeições gratuitas para todos os alunos do ensino básico e secundário, confeccionadas nas próprias escolas;
- Mais alojamento estudantil público;
- Corrigir as discrepâncias exageradas dos vencimentos dos jovens em início de carreira em relação aos colegas mais velhos e que fazem o mesmo trabalho; essas diferenças são muito evidentes na carreira docente;
- Subsidiar as empresas que contratem jovens, em busca do 1º emprego;
- Subsídios de renda para os jovens;
- Juros bonificados para os jovens que adquiram casas;
- Transportes públicos grátis para jovens até aos 25 anos;
- Apoio a iniciativas culturais, desportivas e associativas promovidas por jovens;
- Todos os estágios devem ser remunerados.



HABITAÇÃO

- Regulação do mercado de arrendamento, incluindo imposição de tetos nas rendas, de modo a proteger os inquilinos contra a especulação imobiliária;
- Construção de casas a custos controlados;
- Criação de um banco público de habitação para gestão centralizada de imóveis públicos e sociais;
- Limites ao arrendamento local;
- Penalização fiscal para imóveis devolutos e incentivos à sua reabilitação com fins habitacionais.

TRABALHO

- Zelar pelos direitos sociais dos trabalhadores, tornando mais civilizada a legislação laboral;
- Regular o trabalho por turnos;
- Semana de 4 dias de trabalho;
- Garantir a viabilidade financeira da Segurança Social, impedindo que as suas verbas sejam desviadas para seguros privados;
- Pensões de reforma mínimas niveladas com o salário mínimo nacional.

SAÚDE

- Combate eficaz às listas de espera no SNS;
- Financiar adequadamente o SNS, garantindo a sua eficácia e diminuir drasticamente o desvio de verbas deste sector para empresas privadas;
- Fim das parcerias público-privadas na Saúde;
- Contratação de profissionais de saúde, com vencimentos adequados, de modo a suprir as necessidades do setor;
- Expansão da Rede Nacional de Cuidados Continuados e Paliativos;
- Médicos de família para todos os utentes do SNS;
- Inclusão de consultas de odontologia e oftalmologia no SNS;
- Criação de uma Rede Pública de Cuidados a Idosos, com apoio domiciliário gratuito;
- Garantia de acesso gratuito a transporte público para pensionistas com baixos rendimentos.

ECONOMIA

- Combater o favorecimento ilícito, o clientelismo, a corrupção e os crimes económicos;
- Ampliar a rede ferroviária nacional;
- Aumentar os salários e as pensões de reforma, em especial nos rendimentos mais baixos;
- Fazer caminho para a nacionalização das empresas estratégicas, como a EDP, GALP, CTT, REN, ANA e manter aquelas que escaparam ao saque capitalista;
- Fiscalizar com eficiência a fuga de capitais para paraísos fiscais e penalizar as empresas que a praticam;
- Usar os bancos do Estado (CGD e Banco de Fomento) para financiar empresas produtivas que contribuam para o desenvolvimento económico, respeitem o clima e os direitos dos trabalhadores;
- Diminuir o IVA da eletricidade;
- Taxar os lucros excessivos dos super-ricos;
- Apoiar o desenvolvimento de energias renováveis e diminuir drasticamente a dependência de combustíveis fósseis;
- Acabar com os Vistos Gold, as PPP e as rendas excessivas;
- Combater as alterações climáticas, causadas pela ganância capitalista, bem como proteger o meio ambiente;
- Defender um ordenamento do território que previna os incêndios, impeça a especulação imobiliária e o caos urbanístico.

INTEGRAÇÃO

- Combater todos os tipos de discriminação: racial, de género, de orientação sexual, de idade, sem esquecer a discriminação dos pobres;
- Garantir uma política de acolhimento a todos os imigrantes, que ajudam a desenvolver o nosso país;
- Criminalização dos discursos de ódio e perseguição com base na orientação sexual, identidade de género, raça, etnia, nacionalidade ou deficiência;
- Medicamentos gratuitos para pessoas idosas com pensões de reforma inferiores ao salário mínimo nacional;
- Transporte público gratuito para pessoas idosas com pensões abaixo do salário mínimo nacional.



SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1 O cenário internacional é dominado pela ameaça fascista. Depois da eleição de Trump, as três nações mais poderosas do mundo têm agora líderes avessos à Democracia. Teremos de estar preparados e vigilantes para enfrentarmos os duros tempos que se avizinham.

2 A Palestina é vítima da Extrema-direita israelita que, ajudada pelo imperialismo norte-americano, torna Israel militarmente imbatível.

Por outro lado, os fanáticos religiosos do Hamas, ao chacinarem e sequestrarem mais de mil civis, incluindo idosos, jovens e crianças, complicaram ainda mais a situação do povo palestino, que merece a Independência, mas em troca só obteve a fúria belicista de Israel.

A espiral de ódio gerou um círculo vicioso, em que as ações terroristas do Hamas atizam os extremistas de Israel, enquanto os estes cometem ações genocidas de vingança que, por sua vez, estimulam o radicalismo islâmico. Ou seja, ambos os lados desejam o extermínio do outro, mas um dos lados é mais forte e abusa dessa força. Esperemos que partidos mais tolerantes e humanistas, de ambos os lados, assumam o poder e conduzam à paz, que passará obrigatoriamente pela Independência da Palestina.

3 É nosso dever apoiar sempre o povo da Ucrânia, vítima da agressão da Rússia. Se a Ucrânia for derrotada, o imperialismo russo não ficará saciado e outros povos serão vítimas do apetite voraz do fascista Putin.

4 Repudiamos as ditaduras neoestalinistas (Cuba, Nicarágua, Venezuela, China, Vietname, Laos, Coreia do Norte), que continuam a manchar o bom nome da Esquerda em todo o mundo e, claramente, não nos representam. mocaocbloco@gmail.com tel. 917 574 397

SUBSCRITORES

Albino Silva	Porto	15974
Américo Campos	Porto	9572
Andreia Rodrigues	Porto	14009
António Ferreira	Porto	11123
Armando Machado	Porto	11167
Beatriz Rodrigues	Porto	15973
Bruno Rocha	Porto	14236
Carlos Valada Manaia	Aveiro	17052
Cidália Rocha	Porto	10909
Cláudio Cardoso	Porto	14010
Daniel Codinha	Leiria	18280
Fernanda Rocha	Porto	11104
Fernando Ferreira	Porto	17145



Fernando Monteiro	Porto	1489
Fernando Moreira	Porto	10146
Fernando Ribeiro	Porto	15174
Gabriel Campos	Porto	10159
Heitor Santos	Porto	14235
Inês Bessa	Porto	10155
Isabel Ferreira	Porto	10906
Joaquim Leal	Porto	10952
José Carita Monteiro	Portalegre	12856
Luísa Santos	Madeira	13537
Maria Fernandes	Porto	15462
Maria Silva	Porto	17251
Miguel Gaspar	Porto	15047
Mónica Ferreira	Porto	10384
Nuno Pacheco	Matosinhos	13393
Olívia Barros	Porto	11166
Patrícia Brito	Porto	16951
Paula Monteiro	Portalegre	12802
Paulo Almeida	Portalegre	14346
Paulo Rocha	Porto	10905
Paulo Santos	Porto	10901
Raquel Siva	Porto	13228
Rosa Ferreira	Porto	11165
Rosa Ribeiro	Porto	15184
Shaylla Carter	Lisboa	17163
Tiago Matos	Aveiro	16320



Moção

H

Hora
de
Recomeçar

Depois da sua maior derrota eleitoral de sempre, o Bloco de Esquerda vive a sua “Hora H”: É tempo de começar de novo, de não ignorar os problemas estruturais internos e os desafios da situação política – nacional e internacional – mais perigosa que o partido já viveu.

Por isso, esta Convenção tem de ser um ponto de inflexão relativamente ao caminho que tem sido seguido até aqui. Mas este tem de ser efetivo e não apenas cosmético. O próximo ciclo deverá ser de mecanismos participativos internos, de diálogos alargados à esquerda e de resistência antifascista determinada.

1. O MUNDO EM QUE VIVEMOS

A continuidade das políticas de exploração e divisão da humanidade que atravessa o capitalismo é, nos nossos dias, intensificada por uma crescente dificuldade de o capitalismo assegurar o processo de acumulação de capital, acompanhada pela ascensão das forças fascistas e ultraconservadoras. A Europa e Portugal não são exceções a esta tendência global.

1.1. A intensificação da crise do capitalismo

O aumento das desigualdades num capitalismo dominado por novos oligarcas e velhos magnatas, o acentuar do crescimento da extrema-direita e do ultra-conservadorismo, o genocídio do povo palestino às mãos do colonialismo sionista, a continuação da invasão da Ucrânia pelo regime russo e da ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos, os renovados choques entre imperialismos e o fortalecimento dos militarismos com a corrida aos armamentos, o agravamento da crise climática e a inação dos poderes instituídos, a continuação da política da Europa-fortaleza que empurra incessantemente migrantes para a morte, são claros sintomas do estado do mundo.

Vivemos um tempo de crise do processo de acumulação do capital em que este tem mais dificuldades em encontrar novas saídas. Para o capitalismo, o imperialismo, a guerra e o genocídio surgem como resposta. O armamentismo é, por isso, parte essencial desta equação.

1.2. A Europa não é o centro do mundo

A Europa enfrenta um processo de periferização. Se persiste a sua crise de projeto político e a ausência de uma soberania popular como base da União Europeia, há ainda assim mudanças: o pilar da livre circulação perde peso face a um retomar das fronteiras, mesmo no interior do espaço Schengen, à medida que a retórica anti-imigrantes (alicerçada pela indiferença à crescente violência neonazi) e o securitarismo avançam. Ganha força um novo militarismo europeísta.

A arquitetura das instituições europeias e da moeda única mantém-se ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o Euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, sendo um colete de forças para as classes trabalhadoras. Aos estados-membros, é imposta uma política económica única, de tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda – que incluísse, por exemplo, a nacionalização de setores essen-

ciais, as subidas de impostos sobre a riqueza, a reestruturação da dívida pública, ou a aplicação de políticas autónomas de investimento – implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes por detrás delas.

1.3. Portugal não é uma ilha

A recente vitória eleitoral da direita reforçou uma burguesia interessada em continuar um rentismo predatório do Estado, avançar com a privatização do Serviço Nacional de Saúde e de parte da Segurança Social, e em fazer pender a balança ainda mais em benefício do capital contra o trabalho. Nesse sentido, marca a manutenção de uma governação mais que confortável com a crise na habitação e apoiada nos interesses especulativos que a promovem, fomentadora do desinvestimento no Estado Social, ao mesmo tempo que assume roupagens de extrema-direita, nomeadamente nos temas migratórios.

Mas o quadro parlamentar resultante das legislativas de 18 de maio traz desafios inéditos. Em primeiro lugar, fica nas mãos do governo a ameaça permanente de uma alteração constitucional, podendo desta forma aprofundar todos estes processos regressivos.

Em segundo lugar, a extrema-direita como segunda força política ao nível nacional implica uma alteração importante no quadro desenhado pelo rotativismo do centrão em que o país tem vivido ao longo de décadas, e essa transformação não deve ser menosprezada.

Esta extrema-direita tinha vindo a ganhar espaço cavalcando a onda autoritária internacional, recolhendo apoio de vários setores do patronato e dos descontentamentos difusos por anos de erosão do Estado Social, capitalizada pela cobertura mediática de que é objeto, e a que os movimentos emancipatórios não souberam responder.

Neste contexto, a direita fascista ganha ainda mais força, ficando abertamente à espreita de um desaire para se posicionar como partido mais votado e alternativa de governo. Só que o seu crescimento é preocupante não só por esta perspetiva, mas também porque levanta questões prementes, baseadas num ultraconservadorismo, para as quais é preciso procurar, desde já, respostas unitárias.

Por sua vez, o Partido Socialista afundou-se numa crise que não é mascarada pela pseudo-unanimidade momentânea à volta de um novo secretário-geral de perfil mais à direita do que o anterior. Porém, é preciso não esquecer que já a sua anterior direção, que tinha escolhido fazer um ajuste de contas com o governo de maioria absoluta do seu partido não pela diferenciação à esquerda, mas precisamente sobre questões migratórias - assumindo a retórica da direita -, que se juntou a esta para voltar a escancarar as portas aos interesses da especulação imobiliária na lei dos solos e que se manteve agarrada ao social-liberalismo, não fez qualquer caminho de aproximação à esquerda, desmentindo quem sonhasse com convergências. A nova direção abre o caminho da colaboração com a direita mais facilmente do que a espaços de diálogo com a esquerda.

2. RESPOSTAS PARA SAIR DA SITUAÇÃO ATUAL: A ESPERANÇA DO ANTI-CAPITALISMO

Quando tanto falha na vida de quem trabalha, a esperança de um mundo diferente não pode ser adiada para dias de festa, ou tomada como um devaneio. Deve ser uma prioridade concreta da esquerda anticapitalista. Só com um projeto socialista de transformação de fundo do mundo poderemos vencer tanto a extrema-direita do ódio, como o centrão dos negócios.

2.1. Construir a contra-hegemonia

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades, pois isso permite escolher a tática mais adequada a cada momento. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo na crítica radical do capitalismo.

Um dos domínios prioritários neste âmbito é o do desarmamento. A esquerda deve bater-se por uma política de desarmamento, nomeadamente o desmantelamento do arsenal nuclear a nível mundial, contrariando os interesses que alimentam a indústria bélica e nos querem fazer crer que a reindustrialização se fará pelo investimento na “defesa” necessária para a nossa “segurança”.

Um outro campo de batalha política e ideológica é o da construção de uma narrativa de alinhamentos internacionais alternativa quer à globalização neoliberal, quer ao regresso reacionário do isolacionismo nacional. O internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. O Bloco de Esquerda tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras. Cabe-nos fazer caminho no estabelecimento de alianças globais, entre movimentos, sindicatos e partidos emancipatórios, porque os combates que se perfilam no nosso horizonte dependem disso. A criação da Aliança da Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta, da qual o Bloco é um dos membros fundadores, deve ser encarada como um dos mecanismos privilegiados para fazer esta coordenação política. No entanto, não a deve esgotar: é preciso lutar para criar frentes anticapitalistas e antifascistas à escala global. Que consigam disputar ideias, organizar greves internacionais, impulsionar transformações de fundo em todo o mundo.

Neste âmbito, o Bloco deve dar centralidade à defesa da saída de Portugal da NATO, exigindo a saída imediata e total dos EUA da Base das Lajes, nos Açores. Esta conceção internacionalista deve olhar para a UE com a clareza de saber que será preciso desobedecer-lhe. E essa desobediência não pode ser um slogan vazio. O Bloco de Esquerda precisa de ser um motor de iniciativas de debate e mobilização ao nível continental e precisa de clareza: devemos reivindicar a alteração das regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE no quadro de um governo de esquerda que aposte na justiça social contra a euro-chantagem permanente.

2.2. O partido anti-sistema

Neste quadro político, o Bloco de Esquerda enfrenta o desafio simultâneo de juntar forças para resistir à ofensiva de direita, de combater determinadamente a extrema-direita e de construir uma alternativa anticapitalista ao presente estado do país e do mundo.

A necessidade de combater o fascismo implica que nos devemos esforçar por nos assumir como parte da alternativa transformadora de fundo e recuperar a prática anti-sistema, sem a qual há um espaço de descontentamento que vai tendencialmente ser ocupado pela demagogia da extrema-direita. Ou seja, em vez da esquerda se remeter ao papel da moderação permanente por medo da extrema-direita, o caminho é enfrentá-la.

Isto deve vir a par com a procura de novas formas de fazer política, de proximidade, de escuta ativa das populações, da capacidade de deixar o centralismo e falar as linguagens do interior do país, das geografias e pessoas esquecidas, de dialogar no sentido de estabelecer um horizonte que lhes permita acreditar que é possível transformar concretamente as suas vidas para além dos slogans políticos, para dar resposta à crise de esperança que marca o nosso tempo.

Precisamos de um partido que coloque no centro do debate a construção de uma sociedade mais justa. Precisamos de um partido que dê às pessoas uma mensagem de esperança perante a barbárie capitalista e armamentista. O Bloco precisa de se afirmar como um partido de alternativa à catástrofe contemporânea – isso somente será possível se, num contexto de diálogos alargados à esquerda, formos claros no nosso projeto de transformação social e se conseguirmos fazer renascer a esperança na política de esquerda. Um projeto político radical e alternativo apenas será bem-sucedido se oferecer a militantes e simpatizantes o vislumbre de uma mudança efetiva do estado atual e se conseguir mobilizar essa vontade de fazer diferente.

Tal como o país é marcado por profundas assimetrias territoriais — com o interior abandonado, subfinanciado e despovoado — também o Bloco tem falhado em garantir uma presença sólida e contínua nos distritos do interior. Apesar do esforço militante, o trabalho realizado no interior tem pouca expressão nas estruturas nacionais, como exemplificado pelo reduzido número de funcionários atribuídos às distritais, mesmo quando o Bloco dispunha de um quadro de funcionários significativo, dificultando o enraizamento em territórios onde a sua presença é essencial. Falta, em síntese, uma estratégia que valorize e articule o território com a direção política do Bloco. É necessário reativar o Grupo do Interior como espaço de articulação e debate político, promover conferências nas regiões do interior para discutir problemas concretos e construir soluções com quem lá vive, reforçar os canais de comunicação entre estruturas locais e nacionais, e garantir espaços de formação política para os militantes destas regiões. Combater as desigualdades internas é condição fundamental para que o Bloco seja coerente com os valores que defende: justiça social, coesão territorial e participação democrática.

O desafio do Bloco de Esquerda é abrir portas a novas formas de fazer política e de repensar o socialismo.

2.3. O Bloco das lutas

2.3.1. Um partido de solidariedades

O Bloco de Esquerda deve ser o partido das solidariedades antifascistas, identificando as pessoas mais vulneráveis aos ataques da ultra-direita machista, racista, capacitista, LGBTQI+fóbica e procurando formas de as defender, promovendo redes e estratégias de solidariedade.

Precisamos de um Bloco de Esquerda com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes” para falar por eles. Com um diálogo aberto, modesto e crítico das suas insuficiências e da insuficiente representatividade das franjas mais marginalizadas da sociedade.

Só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQI+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo e os movimentos de defesa das pessoas com diversidade funcional dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Temos de ser a esquerda socialista que alia o reconhecimento da diferença com a abolição de todas as formas de submissão e exploração. Um Bloco de Esquerda que ajude os movimentos a crescer em vez de procurar crescer neles.

Precisamos de ousar afirmar-nos como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas criadoras de comunidade: coletividades, cooperativismo, produção agrícola alternativa ao agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores. Estar em todos os lugares de participação coletiva que combatem a atomização e o individualismo.

2.3.2. Desfazer os nós do trabalho, unir os pontos do sindicalismo

A esquerda precisa de quebrar o ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, assumindo a iniciativa política em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a jogo a redução do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento, por exemplo.

O sindicalismo continua a perder força e representatividade com muitas dificuldades de renovação ou de encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical, resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais tantas vezes afastadas do dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando ação unitária entre diferentes setores e pensando à escala internacional.

Para o Bloco de Esquerda, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessária uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas e políticas e possa construir uma frente anticapitalista e abertamente ecologista que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

2.3.3. Não deixar os trabalhadores migrantes para trás

A ofensiva contra os direitos dos imigrantes é um eixo central da política atual que não deve ficar sem resposta. Serve ao mesmo tempo para a extrema-direita criar bodes expiatórios, fortalecendo a sua política do ódio e para os deixar numa posição de fragilidade que beneficia os patrões que exploram a sua força de trabalho e os senhorios que encavalitam seres humanos em pequenos espaços sem condições mínimas de habitabilidade.

A esquerda não deixa os trabalhadores migrantes para trás. Em vez do discurso de que estes são necessários para garantir o lucro dos capitalistas, enfatiza a necessidade de uma contra-ofensiva no sentido de defender salários e direitos dos trabalhadores migrantes e de penalizar os patrões e senhorios que os desrespeitem.

Para além de direitos laborais iguais e da prevenção do trabalho em condições análogas à escravidão, um serviço de apoio simplificado ao cidadão estrangeiro e a garantia do direito de acesso a cursos públicos de língua portuguesa fazem parte do mínimo que é preciso garantir para uma política credível de integração, na qual a reunificação das famílias deverá ser um direito fundamental.

2.3.4. O Ecosocialismo não pode ser adiado

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou promessas de capitalismo “verde”. Não há tempo nem condições para continuar com a política do costume. Daí que seja necessário um Bloco de Esquerda em que o ecosocialismo não seja só um discurso bonito, mas tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. A demarcação clara das promessas e falsas soluções do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de autoprodução, além de soluções energéticas locais e sustentáveis. A esquerda não pode ter medo de dizer que a emancipação não é igual a crescimento.

2.4. O local como motor das transformações sociais

O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade das forças de esquerda para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, locais de trabalho, escolas e universidades, em vários setores da sociedade.

O trabalho autárquico não serve só para agitar a bandeira do partido ou construir organização à escala municipal. Nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores. Queremos mudar paradigmas. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

É necessário um partido que saiba ouvir a população e apresentar soluções que se adequem aos problemas de cada local, e não meramente uma proposta centralizada, ao mesmo tempo que se empenha na construção das medidas sugeridas. Precisamos de ter um partido que esteja presente nos movimentos sociais e junto das associações, dos clubes e dos espaços de lazer, bem como junto daqueles que todos os dias contribuem para a vida social do seu bairro, da sua aldeia ou do seu quarteirão.

O futuro que queremos já está a ser construído. Localmente, dispersamente, mas está em movimento. É fundamental reconhecermos esses sinais e difundi-los, pois fazem parte de um património que fundamenta a esperança.

2.5. A afirmação da esquerda nas Presidenciais

Perante as eleições Presidenciais que terão lugar no início de 2026, o Bloco deve empenhar-se na construção de uma candidatura que mobilize a classe trabalhadora na conquista de direitos, contra as políticas reacionárias da direita clássica e fascista. Esta candidatura deverá alinhar-se com os princípios gerais que norteiam a política do Bloco.

3. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DE QUE PRECISAMOS

O pior resultado de sempre do Bloco não poderá ser explicado de uma forma simplista. No entanto, para lá de elementos conjunturais, a derrota diz-nos que o Bloco tem um reduzido enraizamento social. Mesmo tendo tido, nos últimos 10 anos, vários momentos com resultados eleitorais significativos, não construímos uma base social persistente. É preciso criar uma política que crie um enraizamento social profundo.

3.1. A elaboração programática e as decisões de campanha como processos coletivos

Depois de várias derrotas eleitorais, o Bloco de Esquerda sabe que não poderá ficar fechado num pequeno grupo de dirigentes e nas rotinas habituais de funcionamento. É preciso abertura e radicalidade, coragem de inovar e começar de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto.

Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista, nas “campanhas de slogans,” no qual uma cúpula decide quase sozinha o programa que é levado a eleições, assim como a forma como este se apresenta e defende em campanha. Uma dinâmica de elaboração coletiva daqueles que são os pontos fundamentais de um programa político a levar a eleições pode assegurar um programa mais completo, robusto e ambicioso a apresentar àqueles com quem queremos fazer política e representar. E assegurará, certamente, um maior envolvimento nos momentos de campanha, cujos eixos chave devem igualmente ser definidos coletivamente, para se ajustarem de forma mais adequada à conjuntura e percepção social da população.

O Bloco deve, igualmente, procurar dialogar de forma intensa com outros diversos setores do movimento social, com independentes, com pessoas que se afastaram do Bloco. Não basta dizer que refletiremos sobre os erros passados: é mesmo preciso abertura, humildade e garantir que ninguém será excluído deste processo de reflexão e reconstrução política. Esses contributos serão fundamentais para percebermos como podemos criar um enraizamento social profundo nos bairros, junto das franjas mais pobres da classe trabalhadora, nos locais de trabalho, e para sermos mais vozes e mais mãos neste esforço de construção coletiva. Neste âmbito, devemos ter como prioridade a realização de iniciativas como conferências que congreguem uma grande amplitude de sensibilidades, onde se discutam temas como a estratégia da esquerda para a preservação e ampliação das liberdades existentes, o combate ao fascismo, a luta por direitos como a saúde e a educação públicas ou a apropriação coletiva da economia.

Um partido das solidariedades precisa de fazer mais e melhor. Ouvir as pessoas, estar ao seu lado, é esse o nosso foco. Nesse sentido, as campanhas do Bloco devem pautar-se cada vez mais por ações que rompam com o modo tradicional de fazer campanha. Devemos, por isso, reforçar a necessidade de debates abertos à população, de recolha de assinaturas para os vários projetos que surjam, de realização de inquéritos e de levar a cabo mais porta-a-porta.

3.2. Uma democracia de alta intensidade

Ao nível interno, o Bloco de Esquerda tem estado centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e em dois grupos organizados que confluíram numa maioria, cujas cúpulas concentravam todas as decisões essenciais sobre a vida do partido que chegavam já fechadas à militância. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, de um portal de transparência com informação atualizada sobre contas do Bloco de Esquerda, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes



bloquistas, são agora alguns dos passos necessários para mudar de rumo, reinventar a militância significativa e ser mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir os modelos gastos dos partidos tradicionais. Uma militância que começa com integração da sua base, desde os mais veteranos aos mais novos, das militantes mais perto dos centros urbanos às regiões mais isoladas. Mas este debate, reiteramos, deve começar agora e deve continuar a ser feito ao longo dos próximos anos.

Num partido que muitas vezes estigmatizou a divergência, menorizando e ostracizando quem não aderisse ao seu “centrão”, é preciso ainda que a diversidade interna deixe de ser apresentada como “divisão” e que quem pense diferente não seja caricaturado ou rotulado como “inimigo interno”.

Novas práticas de debate não confrontacional e não discriminatório, de cuidado militante a todos os níveis, são determinantes para identificar problemas, construir camaradagem, reduzir conflitos e sobrecargas de trabalho, para que a militância não seja tornada um sacrifício e seja fonte de formação e aprendizagens. Um partido das solidariedades tem de começar na sua casa.

3.3. A importância das distritais e concelhias

Na organização interna local, o Bloco de Esquerda deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos e pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo. Queremos reforçar o poder dos órgãos distritais e concelhios, para que possam deliberar autonomamente sobre assuntos específicos, salvaguardando o respeito pelos princípios gerais do Bloco. Queremos igualmente dar aos grupos de trabalho autonomia de decisão para que possam ajuizar de uma forma descentralizada. Estas medidas são necessárias para que possa haver espaço para as e os militantes verem as suas vozes reconhecidas, para dar lugar ao surgimento de novas formas de fazer política e para haver um enraizamento mais forte das bases. Para além das distritais e das concelhias, deve ser promovida a organização de núcleos locais de militantes, núcleos de militantes por setor laboral e núcleos de estudantes nas escolas secundárias e nas universidades.

Estas medidas contribuirão igualmente para a formação e consolidação de direções intermédias. Num partido tão centralizado como se tornou o Bloco, há uma necessidade crescente de formar quadros intermédios para não esvaziar a militância. Não podemos ter um partido em que se oscila entre o mero trefismo e os corredores do parlamento. Precisamos de um partido com uma estrutura forte, construída a partir de baixo.

3.4. Aprender com os erros, funcionar melhor

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa da democracia. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anticapitalista.

O caso dos despedimentos das funcionárias que estavam em período de amamentação abriu uma ferida por sarar e um divórcio com parte das pessoas que se identificavam com o Bloco.



No passado recente, o partido implementou um modelo de contratação por concurso para afastar o espectro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma ilação foi tirada.

E era preciso tirar ilações. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional; sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre espaços de militância; sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas; sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de certas camadas sociais, ou como se torna uma dependência com consequências políticas e pessoais, como condiciona todo um percurso de vida; sobre condições de trabalho e como certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

O resultado das últimas eleições deixou ainda mais à vista a fragilidade imensa de um partido dependente de resultados eleitorais para o seu funcionamento quotidiano. Isto tem condicionado modos de funcionamento e até estratégias políticas. A dificuldade em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo autofinanciamento militante é estrutural. A forma dominante de fazer política implica determinados gastos que este autofinanciamento nunca cobriu. Estas questões que sempre foram estruturantes num projeto político ficaram agora mais à vista. E as respostas não são dados adquiridos.

Para além de outras consequências e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos que não são de somenos importância, tudo isto, somado com a nova situação política, implica que o partido se repense profundamente. Este amplo processo de debate deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.

É a ir à raiz dos problemas, na radicalidade das soluções socialistas e não na mera oposição a um mal maior, que podemos enraizar o Bloco socialmente e transformá-lo numa força determinante para a construção do socialismo. Por isso, lutamos por um Bloco socialista, irreverente, preparado para enfrentar os desafios dos nossos tempos e vencer a extrema-direita e o liberalismo. Une-nos a luta por um Bloco plenamente democrático, construído de baixo para cima, em que a divergência é encarada como a riqueza de um socialismo que se quer policromático. Une-nos a urgência da transformação social e a necessidade de repensar caminhos para o fazer. Aqui estamos para a luta quando ela é mais necessária do que nunca.

SUBSCRITORES

Aan Gomes Branco	Caldas da Rainha/Leiria	9901
Alda Grelo	Almada/Setúbal	752
Alexandre Café	Vila Franca de Xira/Lisboa	10070
Alexandre Cunha	Caldas da Rainha/Leiria	9201
Alice Nunes	Lisboa/Lisboa	17479
Amália Oliveira	Évora	956



Amaru Mestas	Coimbra	14532
André Marques	Lisboa/Lisboa	15285
Aníbal Rodrigues	Europa	4354
António Eduardo Pereira	Lisboa/Lisboa	287
António Santos	Amadora/Lisboa	1108
Artur Gouveia	Santa Comba Dão/Viseu	12061
Camila Geirinhas	Lisboa/Lisboa	16407
Carlos Carujo	Vila Franca de Xira/Lisboa	101
Carlos Cerqueira	Sintra/Lisboa	501
David Norte	Vila Franca de Xira/Lisboa	16518
Frederico Mira George	Amadora/Lisboa	652
Joana Santos	Amadora/Lisboa	3789
João Patrocínio	Vila Franca de Xira/Lisboa	13408
José António Guerra	Sesimbra/Setúbal	1032
José Dias	Évora	7667
José Luís Carvalho	Almada/Setúbal	10721
José Manuel Sousa Leite	Faro	18098
Luís Miguel Santos	Odivelas/Lisboa	8954
Maria Teresa Ribeiro	Amadora/Lisboa	1109
Miguel Barrantes	Lisboa/Lisboa	11466
Miguel Madeira	Portimão/Faro	3109
Nuno Miranda	Sintra/Lisboa	6547
Orlanda Silva	Lisboa/Lisboa	2891
Paulo Nascimento	Beja	7034
Paulo Pica	Oeiras/Lisboa	14854
Pedro Taveira	Seixal/Setúbal	11056
Ricardo Toste	Terceira/Açores	4120
Rita Ribeiro	Amadora/Lisboa	11318
Samuel Cardoso	Lisboa/Lisboa	9828
Sandra Rodrigues	Vila Nova de Gaia/Porto	16499
Sandrina Espiridião	Lisboa/Lisboa	774
Soraia Simões de Andrade	Lisboa/Lisboa	14724



Moção

S

Novo
Rumo



Queremos um novo rumo. Estamos numa encruzilhada: reformar o capitalismo ou derrubá-lo, definhar ou mudar. No socialismo por que lutamos cabe toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

1. ABRIR O DEBATE

O BE, que desde a sua fundação se afirmou como uma referência política na esquerda portuguesa, enfrenta o maior desafio da sua história.

Impulsionou leis como a que reprime a violência doméstica, a que permite a interrupção voluntária da gravidez, a que despenaliza o consumo de drogas, a da morte assistida, entre outras. Apoiou a promulgação de uma Lei Geral da Habitação. Em década e meia, alcançou cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, viabilizando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados desde os últimos tempos dos governos de Sócrates. Se esses tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, também acentuaram ilusões parlamentaristas.

Em 2019, a direção não entendeu os sinais, contraditórios, dos resultados eleitorais: estava iniciada uma espiral descendente. A orientação política principal continuou a apelar a uma “geringonça” que estava morta, o que contribuiu para libertar o PS para políticas de direita. Apesar de se opor a essas políticas, o Bloco acabou por ficar conotado com elas, face à opinião pública, e não recuperou a sua imagem de força à esquerda.

Após sucessivas derrotas eleitorais, reduziu a sua representação parlamentar de 19 para 1 deputada, perdendo cerca de 75% do seu eleitorado em 6 anos. Esta crise resulta quer do avanço da direita e da ineficácia de respostas de esquerda a diferentes níveis - do local ao global -, quer também de falhas internas. No caso do BE, destacamos: indefinição política, falta de estratégia coerente de intervenção, atomização em lutas setoriais sem nenhuma perspetiva socialista, insuficiências no envolvimento em movimentos laborais, estratégias de comunicação ineficazes. A atual direção evitou qualquer autocrítica, a democracia interna e o debate necessário. A confiança está abalada e requer atitudes diferentes.

Na sequência de propostas feitas na V Conferência Nacional (2024), apresentámos a Moção S à Convenção de 2025 que seria cancelada, anti estatutariamente, após as recentes eleições legislativas. Continuamos a entender que as mudanças e transformações que propomos são essenciais para o crescimento do partido. Persistimos, assim, sabendo que uma moção não é um programa, e defendendo que o Bloco deve iniciar um processo profundo e participado de revisão programática, na apresentação da moção S, atualizada.



Faz falta um BE mais combativo, mais ligado às lutas, nomeadamente as laborais, com mais inteligência e clareza nas políticas, mais participação e envolvimento militante, democracia interna verdadeira e aprofundada.

2. UM PARTIDO EM RISCO

Transformar o BE num “movimento de movimentos”, com diluição ideológica, faz perder relevância como força crítica do sistema. A participação em movimentos não pode estar desligada de objetivos transformadores de toda a sociedade. Em vez de se afirmar como força crítica do sistema, socialista e transformadora, o Bloco vem assumindo um modelo de “movimento de movimentos” ou de “federação de ONG”. A diluição ideológica arrisca fazer perder o capital de luta do BE associado à sua história e à das correntes que o fundaram, assim como a sua utilidade social, para além do património da luta mundial por uma sociedade nova.

Precisamos contrariar uma visão limitada e limitadora, reforçada por um funcionamento em bolha da atual direção política, ignorando as deficiências no trabalho de base. A partilha e discussão de propostas alternativas foi persistentemente dificultada, como forma de manter o domínio do partido por um grupo restrito da Direção. A resposta a mais uma derrota foi o cancelamento da Convenção e do processo já em curso, como meio de controlar a narrativa num momento em que se levantam muitas vozes discordantes. A marcação de uma nova Convenção, que se pretende mais aberta, vem dos mesmos que antes tentaram conter a emergência e o confronto de alternativas.

Qualquer funcionamento burocrático, centralizado em pequenos grupos, cada vez mais profissionalizados, afastados das bases, asfixia a democracia interna. Os e as militantes sentem-se reduzidos a mera força de trabalho, com decisões tomadas longe de si, entre cúpulas de duas fações dominantes, mesmo que tal não seja explícito ou politicamente claro. Sem mudanças profundas, que funcionem de baixo para cima, estão em causa a sobrevivência do partido e a sua capacidade de transformação e intervenção à esquerda.

3. REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A existência de tendências faz parte da natureza do BE. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. O verdadeiro problema é quando duas principais tendências não atuam abertamente, não cuidam de ideologia, centrando-se na disputa e preservação de poderes ou lugares. Este comportamento é um obstáculo à vida democrática interna, servindo as reuniões dos órgãos do BE apenas para sufragar as decisões antes arquitetadas. Assim, inviabiliza-se qualquer participação das bases e esvaziam-se as concelhias e os núcleos, enfraquecendo os meios de enraizamento do partido e das suas políticas.

Estas práticas de “hegemonia partilhada” não respeitam a diversidade e uma cultura democrática, sendo disso sinal a forma como posições minoritárias foram sendo expurgadas da participação em Convenções, com o sucessivo aumento do número mínimo de subscrições requerido para apresentar moções, o que só seria revertido no regulamento da presente Convenção.

Em vez de convivermos fraternalmente com as nossas diferenças, e de as debatermos, tais comportamentos reduzem a sua práxis, impedindo na prática o debate político aberto no interior do Bloco e a construção de alternativas estratégicas em cada momento.



A gestão de recursos humanos apresenta também falhas, nomeadamente na opacidade nas decisões tomadas e nos procedimentos, desde a contratação à dispensa, como sucedeu recentemente no caso da cessação de funções de trabalhadoras. Acontece a mesma pessoa acumular mais do que um lugar de representação pública, inclusive em diferentes regiões, o que enfraquece a sua disponibilidade para ação eficaz e dedicada e prejudica a qualidade da preparação e da intervenção políticas, bem como a imagem pública do partido, favorecendo o carreirismo e inibindo a participação comprometida e renovadora de muitos e muitas aderentes.

A falta de democracia interna é o principal fator de fragilidade do BE. Temos de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem ou que em cada momento o compõem.

Neste sentido, a revisão estatutária deve sublinhar com toda clareza que, entre Convenções, o órgão máximo do partido é a Mesa Nacional, da qual deriva a Comissão Política, que, por sua vez, deve ser representativa e ter representantes de todas as moções que apresentaram lista, e reconhecer as diferentes propostas e alternativas, divulgando-as dentro da organização. Deve tratar da política quotidiana e da gestão do partido. O Secretariado deve derivar da Comissão Política, sendo limitado a meras funções executivas.

Existem ainda outros organismos que devem ser designados pela Mesa Nacional. Deste modo, terá de existir um organograma onde qualquer aderente possa saber quais são, quem os integra e qual o modo de acesso a estes órgãos.

Um partido é um dispositivo de gestão e atualização de conhecimento, por isso a formação permanente dos aderentes do BE tem de ser uma prioridade, pela necessidade de promover a cultura política, ampliar e aprofundar os debates entre diferentes visões de esquerda, e ainda pelo valor do acolhimento e integração, desde o momento inicial, de cada aderente em estruturas de base do BE.

Precisamos de uma comunicação abrangente, sabendo a quem se dirige e como se dirige; compreender a realidade de um país heterogéneo, sem ideias pré-concebidas, comunicar o que os cidadãos estão abertos a escutar sobre cada assunto e especialmente, atender ao que têm para dizer, esclarecendo o essencial de cada medida, procurando antecipar possíveis críticas e dúvidas em cada momento. Por outro lado, devemos cuidar para que a imagem do Bloco e dos seus representantes contemplem setores e quem melhor possa intervir nas políticas que defendemos.

Cabe ao Bloco ter programa político que conquiste a confiança e demonstre que é possível um futuro diferente. Não deixar cair os serviços públicos e o Estado Social, ter como base o trabalho e a qualidade de vida do povo, os valores humanistas de liberdade, democracia, inclusão, igualdade e direitos humanos, sem exceções e discriminações uma aposta estrutural no desenvolvimento dos cidadãos através da ciência, da educação e da cultura, sem deixar para outros propostas políticas de segurança, imigração, emigração, transparência, combate à corrupção, ou outras. O Socialismo integra a nossa linha ideológica central motriz, assumida, que pode e deve ser discutida e conhecida de todos os aderentes, de modo a cimentar uma identidade própria e uma coerência nos discursos, instrumento de todas as lutas em que nos empenhamos hoje e amanhã.

O Bloco tem de ser um partido com proposta e influência em todas as políticas de governação, fazendo alianças e procurando consensos sempre que adequado, afirmando-se como partido de massas, que transporta os problemas e anseios dos movimentos sociais e organizações de base para um patamar de transformação política.



O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível de cada militante e das minorias, em vez de as asfixiar. Precisa de se democratizar de alto a baixo, começando pela libertação do Esquerda.net de um controle rígido da maioria conjuntural.

Falta melhorar as ferramentas de comunicação interna, de acesso exclusivo partidário, aberto a contributos de qualquer aderente que queira exprimir as suas opiniões. Da abertura de fóruns temáticos Esquerda.net, à criação de uma newsletter mensal, que divulgue as discussões e decisões, a atividade central e local do partido, motivando a participação ativa dos militantes, enquanto se promove o debate permanente, tão necessário à construção ideológica.

O Esquerda.net é um órgão de comunicação de qualidade, com uma audiência alargada, porém corre o risco de se reduzir a um órgão oficioso da direção. As minorias devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade, bem como o envolvimento direto dos e das aderentes. Diversificar modos de participação e tecnologias é um instrumento para construir uma cultura de comunicação em rede, para aprofundar e alargar o debate de ideias e valores, para estimular e organizar a partilha de práticas e de problemas.

No mesmo sentido, é preciso estarmos atentos a atos contrários a um funcionamento transparente e democrático. Por exemplo, no recente Congresso da Aliança de Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta (ELA - "European Left Alliance"), cujo programa não foi debatido entre nós, a adesão decorreu ao arrepio dos Estatutos do Bloco, que estabelecem como prerrogativa da Convenção a decisão de integração ou de retirada de estruturas internacionais.

Propomos:

- Democratização radical: Reduzir o peso do Secretariado; a Comissão Política deve ser representativa de todas as moções que elegeram membros para a Mesa Nacional.
- Transparência: Divulgar a composição de todos os órgãos; assegurar o acesso livre ao Esquerda.net para debate plural; melhorar os instrumentos de comunicação interna.
- Rotatividade: Limitar mandatos e combater o carreirismo.
- Autonomia financeira: Priorizar quotizações regulares de todos os militantes.
- Formação permanente: Reforçar fundamentos ideológicos de base socialista; acolher e integrar novos membros.

4. LIGAÇÃO ÀS LUTAS

É essencial conquistar e merecer o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores e das trabalhadoras, o que passa pelo distanciamento crítico, pelo debate e pelo combate ideológico e político face às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos de esquerda, de Maduro à Coreia do Norte e Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês "comunista". Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.

Queremos construir uma sociedade socialista, a associação livre e produtores, uma sociedade de igualdade, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direitos à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institu-

cionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cada cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão. O peso determinante, mas não exclusivo, da propriedade pública dos meios de produção facilitará processos de planeamento coletivo e equilibrado dos recursos disponíveis. Só assim se garantem meios de subsistência a toda a Humanidade, sem esgotar os recursos do planeta.

Pequenas empresas ou familiares, trabalhadores liberais, plataformas, empreendedores e outras novas formas de trabalho precário (mascarado de “empreendedorismo”), são levados a acreditar na meritocracia, que não passa de uma ilusão porque nunca se cuida da equidade necessária para pontos de partida desiguais. O verdadeiro mérito só pode acontecer se houver equidade de direitos, de acesso e de oportunidades, defendidos numa sociedade socialista.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que no 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está hoje em risco. Facilita-se o aparecimento de uma legislação laboral cada vez mais favorável ao patronato, com o recuo ou mesmo desaparecimento de muitos direitos. Por outro lado, a profusão de mecanismos de desigualdade sobre rendimentos e as condições do trabalho – salários, prémios, subsídios, isenções, contratos precários - põe em causa a contratação coletiva. A recente vitória da direita e da extrema-direita aumenta o nível de ameaça a esses direitos.

Sindicatos e centrais sindicais ocupam-se na conquista de migalhas junto do patrão ou do Estado em vez de dar prioridade à luta pela recuperação da contratação coletiva e por melhores condições laborais. Os sindicalistas e/ou ativistas do BE não devem continuar a pactuar com a divisão na classe trabalhadora, fruto da proliferação de contratos e negociações, sem conhecimento e participação dos trabalhadores.

Devemos optar pela (re)construção de formas de organização alternativas: comissões sindicais de base, comissões de trabalhadores, associações sindicais ou mesmo novos sindicatos independentes, onde a democracia seja real e se promova o alargamento da sindicalização, especialmente aos trabalhadores precários. Será preferível às burocracias instaladas da CGTP e da UGT.

Assim, a Coordenadora Nacional do Trabalho deve ser um coletivo de direção, com composição plural, sem sectarismos nem controleirismos, capaz de integrar quem se dispuser a agir pela construção de uma alternativa sindical.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo, anual, capaz de reunir todos os sindicalistas e ativistas, filiados ou não nos sindicatos da CGTP/UGT, em sindicatos independentes ou mesmo sem filiação e que se disponham a discutir e aprovar uma Plataforma Sindical Alternativa orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

São tarefas urgentes do Bloco

- Erguer-se como partido de massas, vinculado aos sindicatos e combates laborais, promovendo comissões de base e um Fórum Sindical Alternativo.
- Rejeitar o “parlamentarismo ilusório” que nos pode limitar na ação política.
- Ter programas locais sólidos (habitação, transporte, juventude, ambiente, cultura e educação) para reconstruir enraizamento, sem se subordinar a coligações ou alianças que comprometam princípios, valorizando a intervenção autárquica.



5. ELEIÇÕES

Seja qual for o ato eleitoral, o BE deve nortear-se sempre pela relevância e coerência do seu programa ideológico, com visão de futuro, de cariz progressista, transformador e revolucionário, autonomizando-o tanto quanto possível dos ciclos eleitorais. Cada eleição e cada tempo de mandato são oportunidades para afirmar a nossa alternativa.

As eleições autárquicas, e o exercício dos mandatos delas resultantes, são ocasiões muito importantes para a construção e enraizamento de um partido já com 26 anos e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local. São um terreno privilegiado para trabalho entre aderentes, simpatizantes, e pessoas sem partido, referências locais, no programa e em listas, reunindo um conjunto de ativistas e de propostas capazes de transformar o quotidiano das pessoas. Uma política local séria e combativa pode ser o início da reconstrução do Bloco e da sua implantação.

A primeira orientação é assumir a defesa de um programa alternativo pelo direito à cidade e ao lugar, com propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, cultura, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local. São necessários projetos locais, apoiando a implantação das concelhias e das figuras locais do partido, lançando ações públicas periódicas diversas para consolidar o trabalho e a presença na comunidade.

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores: vereadores, membros de assembleias municipais ou de freguesia - não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa deverá ser o critério dominante na negociação de eventuais coligações ou entendimentos com outras forças políticas, antes ou depois do ato eleitoral.

No mesmo plano, a descentralização de competências, a regionalização e o combate à corrupção são exemplos concretos de questões nacionais com forte reflexo local.

Enfrentamos um contexto político e social bastante desfavorável para uma candidatura própria à Presidência da República. Vivem-se tempos de grande refluxo social e político, observa-se o reforço da extrema-direita e de grupos fascistas que dão eco ao discurso securitário e à restrição de direitos e liberdades democráticas. Corre-se o risco de uma candidatura própria ser tarefa muito desgastante e comprometer o objetivo de acumular forças para a mobilização pelas nossas principais causas.

6. O CAPITALISMO ATUAL

Nos últimos 150 anos, as classes sociais alteraram-se, fruto da evolução do capitalismo. Hoje, o proletariado abrange novas esferas da atividade produtiva. Atomizou-se em alguns dos seus segmentos, nomeadamente nas áreas da reprodução social e dos serviços, acentuou a precarização, é organizado por plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que coloca novas exigências à organização da luta pelo socialismo, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política, com vista a uma transformação radical da sociedade.



O processo de globalização capitalista ganhou novos contornos nas últimas décadas: a concorrência entre as principais potências económicas e militares escalou e a pandemia acelerou alterações na organização das cadeias de produção e distribuição de matérias-primas, energia e bens alimentares. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mãos-de-obra barata para se tornar na segunda maior potência económica mundial. O desafio colocado pela Federação Russa é, sobretudo, de natureza militar e territorial, como a invasão da Ucrânia. O protecionismo de Trump, mais que um desejo de liderança económica americana, revela o declínio da hegemonia dos EUA. A distribuição internacional de riqueza vai-se alterando, em favor de potências emergentes.

O mundo está organizado em função da acumulação rápida e ilimitada de capital. 1% da população detém cerca de 48% da riqueza mundial, enquanto que 40% da população mundial detém apenas 1% da riqueza. Este cenário tende a agravar-se velozmente.

Mais do que a inversão da lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, conforme a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, procura desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permita relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo promoveu condições para derrotar a classe trabalhadora e intensificar a sua exploração.

Configura-se um choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto incontestável das alterações climáticas a nível global. Todos os valores críticos da ultrapassagem de +1,5°C na temperatura média do planeta já foram atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua e imparável. Os recursos naturais do planeta colocam limites ao crescimento global e confirmam esta contradição fundamental do capitalismo.

7. UM NOVO CICLO DE GUERRAS E A URGÊNCIA DO INTERNACIONALISMO

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética. Depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar, com o aparecimento em força de China, Rússia, Índia, Brasil e outras potências regionais.

A hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa pela afirmação de economias fortes e com grande potencial de crescimento, ainda que sob ameaças de enorme instabilidade e da guerra. O diferendo entre a Europa e os EUA criou novas pressões para a corrida ao armamento na Europa, com a exigência, subscrita por países europeus, de 5% do PIB em gastos militares no seio da NATO, provocando maior degradação das funções sociais do Estado e o retorno de lógicas de militarização da sociedade.

As guerras em curso são de conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. A ameaça de guerra generalizada e as guerras já em curso promovem a corrida ao armamento. A destruição de forças produtivas é favorável ao relançamento capitalista, na sequência de três fatores a destacar: 1. a globalização, defendida por grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.); 2. o papel secundário dos países europeus nessa disputa global face à sua crescente subordinação



à hegemonia norte-americana; 3. a corrida ao armamento e à “solução da guerra” como meio de recompor o domínio mundial dos EUA, sendo a NATO um seu instrumento crucial.

Neste âmbito, é incontornável denunciar a viragem da União Europeia na aprovação de um mega-investimento de 850.000 M€ para os próximos 5 anos nas indústrias da guerra em ordem a cumprir a exigência trumpista de destinar 5% do PIB (da União e de cada país) para gastos militares sob o argumento da “ameaça externa”. Este valor compara com os 724.000 M€ do PRR Europeu (+17,5%), mas apenas servirá para alimentar a faturação do complexo militar-industrial ocidental, em especial do americano, e, de caminho, “justificará” a introdução do serviço militar obrigatório (SMO) para haver “carne para canhão”. Também aqui se verá quais são os terrenos que as direitas e as esquerdas pisam face à conjunção do militarismo com a guerra. Nós não temos dúvidas: cada euro gasto na indústria da guerra é um euro a menos para corrigir as desigualdades e defender os direitos sociais de todos e de todas.

As guerras abertas, como na Ucrânia e no Médio Oriente (Palestina, Israel, Irão, entre outras), colocam às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos e da luta antimilitarista, em defesa da paz justa e duradoura, que só é possível sem cedências a invasores imperialistas ou a governos sionistas/protofascistas, que não respeitam direitos e liberdades democráticas, inviabilizam o desarmamento global e esmagam a autodeterminação dos povos, em nome de um suposto “direito de existência” com apenas um sentido: o das armas, das bombas.

Os conflitos proliferam um pouco por todo o mundo e são uma das grandes causas da saída em grande escala de pessoas desses países, nomeadamente de África - primeiro para países próximos, e muitos para a Europa. A União Europeia escolheu tornar-se uma fortaleza e recusar grande número de refugiados, chegando ao ponto de pagar a países vizinhos para os conter. A chegada de refugiados e migrantes alimenta um dos principais argumentos da extrema-direita, exigindo à esquerda argumentos eficazes no combate a visões e práticas de ódio, racistas, misóginas e xenófobas. Em contrapartida propomos o combate às redes de tráfico humano e à corrupção e conluio burocráticos.

É urgente aprofundar o internacionalismo de esquerda. Grande parte das questões nacionais são de âmbito transnacional. Queremos lutar por uma “governança global” que trabalhe em áreas essenciais: Direitos Humanos, alterações climáticas, conflitos e segurança, movimentos migratórios, redistribuição de riqueza, saúde, educação, cultura, reforço da liberdade, da democracia e da transparência, entre outras. Tal passará também pela reformulação de estruturas internacionais, como a ONU, fazendo cumprir o Direito Internacional.

8. HORIZONTE: SOCIALISMO, ECOLOGIA

Num capitalismo em crise, marcado por guerras interimperialistas, desigualdades brutais e colapso climático, defendemos um novo modo de produção cooperativo e associativo que suporte:

1. Ecosocialismo: Socialização de setores estratégicos (energia, água) e planeamento ecológico democrático.
2. Internacionalismo anticapitalista: Rejeição de alianças apressadas sem debate interno, como sucedeu com a ELA (European Left Alliance); reformulação da ONU para garantir igualdade entre nações; solidariedade ativa com povos sob agressão imperialista (Palestina, Ucrânia,



Sudão, entre outros); combate a convergências militaristas como a NATO, e outras.

3. Socialismo democrático: Sociedade pluripartidária, com liberdades sindicais e direitos humanos universais, opondo-se a modelos autoritários (China, Rússia) e aos modelos social-democratas e neoliberais.

Não basta desafiar manifestações do capitalismo – crise habitacional, crise climática, lutas identitárias, etc. – se não questionarmos o próprio Capital enquanto relação social determinante e determinada pela produção de mais-valia.

Ao combater neste terreno, mostramos que há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.

Hoje, parar a catástrofe climática e o declínio da biodiversidade requer, sem dúvida, uma redução imediata e significativa do consumo final de energia à escala global. A denominada transição energética será um cavalo de Troia na recuperação capitalista da economia, se for entregue aos conglomerados privados. O chamado crescimento verde mais não é do que o capitalismo pintado de verde. A socialização dos principais meios de produção relativos à energia, incluindo a água, é indispensável ao combate das alterações climáticas. Ser ecologista é ser anticapitalista, defender valores incompatíveis com uma economia predadora, que se rege exclusivamente pela lei do valor e a busca insana do máximo crescimento do lucro.

A alternativa assenta num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

A Moção S quer refundar o Bloco como força combativa, democrática e internacionalista e travar o seu processo de definhamento. Exige-se na esquerda um novo rumo: menos burocracia, mais base militante; menos fragmentação, mais programa claro; menos ilusões, mais internacionalismo revolucionário. Por uma sociedade socialista!

Lisboa, 29 de junho de 2025

SUBSCRITORES

Albano Augusto Cavaleiro Carvalho	Coimbra	3766
Adelino Fortunato	Setúbal	8790
Alexandra Vieira	Braga	12281
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Ana Isabel Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Margarida Roberto	Setúbal	17153



Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
André Servo		18265
António Augusto Coelho Cerqueira	Porto	1475
António Brandão Moniz	Leiria	264
António Cruz Mendes	Braga	1301
António Gil Ferreira de Almeida Campos	Leiria	280
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Lopes Canhoto	Leiria	2894
António Manuel Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Maximiano Vicente	Leiria	2535
António Marinho da Silva	Coimbra	1660
António Ribeiro Pereira	Porto	16305
Armando Herculano L Ferreira	Porto	1750
Artur Miguel Antunes Dias		1159
Bernardino Aranda	Lisboa	4657
Carla Magalhães	Braga	15265
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Jorge Meneses Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos Patrão	Lisboa	1052
César Gastão Cardoso Pinheiro Silva		1473
Clara Dumont	Lisboa	4976
Cláudia Sofia Pereira Fernandes	Lisboa	17940
Cristina Barros Oliveira	Setúbal	17414
Cristina E. Bigueti	Braga / S. Paulo	15982
David Norte		16518
Denise Miranda		16156
Dirceu Graça	Porto	12272
Edson Vicente Carli Junior	Porto	17969
Elias Jorge Oliveira Navalho	Lisboa	7298
Elísio Carvalho	Braga, Recife	16148
Eloísa Helena Gonçalves Macedo		15110
Fábio André Mendes Capinha	Leiria	11675
Fernando Gandra da Silva	Setúbal	15119
Fernando José L. O. Queiroz	Porto	555
Fernando Lacerda	Porto	356
Filipe Manuel Mendes Rosas	Lisboa	661
Francisco Fernandes		2499
Francisco Monteiro da Silva	Porto	1596
Gabriela Sampaio Teixeira Pereira da Costa	Coimbra	18071
Heitor Sousa	Leiria	664
Hélio Marques Infante Girão	Setúbal	14304
Humberto Agostinho Carreira	Leiria	10260
Igor Emanuel	Porto	16155
James Milner	Porto	14530



João Carlos Cid Novaes Pinto da Costa	Porto	11819
João Correia	Castelo Branco	18023
João Emanuel de Gouveia Martins	Porto	11495
João Graça	Porto	15099
João Lafuente	Porto	185
João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
Joao Manuel Malho De Nobrega	Setúbal	13330
João Manuel Pacheco Machado	Lisboa	3988
João Pires Fernandes	Lisboa	7782
Joaquim Calado	Lisboa	11035
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
Jorge Manuel Carvalho Rato	Setúbal	758
Jorge Pereira	Porto	343
José António Almeida Dias Ferreira		1675
José Carlos Gonçalves da Cunha		1469
José Estrela	Porto	9410
José Fernando Pinheiro da Cunha	Porto	15484
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Marques Chiôto	Lisboa	15444
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
Júlio Emanuel Pereira Coelho	Porto	17822
Laurinda Pinto	Porto	15393
Lisandra Simões Pires	Évora	18036
Luís Sottomaior Braga	Viana do Castelo	13653
Luísa Ramos	Setúbal	1181
Manuel António Azenha Santos Pereira	Leiria	7643
Manuel Fernandes da Cunha	Braga	16842
Manuel Luís Mateus de Figueiredo	Leiria	6609
Manuela Maria Ventura Carvalho	Coimbra	4810
Maria de Fátima Gonçalves Francisco		15374
Maria Helena de Sousa Figueiredo	Lisboa	3736
Maria José Samora	Sintra	502
Maria José Vitorino	Lisboa	606
Maria Leopoldina Manteigas	Leiria	7378
Maria Marreiros	Lisboa	15680
Maria Teresa Teixeira Mota Silva	Porto	1595
Maria Virgínia Lima Rebelo Cerqueira	Porto	1464
Mário Olivares	Lisboa	10942
Miguel Correia		15764
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Nelson Calheiros		12392
Nuno Manuel da Rocha e Freitas		9091
Nuno Pinheiro	Setúbal	14306



Nuno Sousa Oliveira	Lisboa	15250
Orlanda Manuela Carvalho Silva		15489
Patrícia Barreira	Lisboa	9959
Patrícia Kok Marinho da Silva	Coimbra	1158
Paula Cristina Brum da Silveira	Setúbal	14279
Paulo Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Renato Soares Ferreira	Setubal	15387
Pedro Almeida	Coimbra	17781
Pedro Castaño		237
Rodrigo Hora Marques	Lisboa	17960
Rui Jorge Cruz Araújo	Braga	16316
Rui Manuel Vitor Cortes	Vila Real	251
Rui Morgado	Porto	6791
Sara Bôto		17547
Vítor Jorge Pereira TojeiraTojeira	Leiria	6908
Vítor Manuel Marinho da Silva		1462
Vitor Metrogos Frango	Évora	11680
Vitorino Vieira Pereira	Leiria	477
Xavier Francisco Gaspar	Leiria	11051



Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

29 e 30 de novembro de 2025

MAIO

24.05 Reunião da Mesa Nacional convoca a XIV Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).

26.05 Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

JUNHO

14.06 Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

28.06 Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XIV Convenção.

30.06 Entrega à COC (coc.2025@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas.

30.06 COC reúne às 18h para validar Moções.

JULHO

04.07 Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos).

14.07 Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos.

17.07 Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2.

18.07 Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção.

21.07 Envio aos aderentes, por correio eletrónico, dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XIV Convenção.

24.07 Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.

25.07 Envio à COC (coc.2025@bloco.org) de plataformas políticas locais subscritas por três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

28.07 Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos.

SETEMBRO

05.09 Início período de debate das Moções.

14.09 Final do período de debate das Moções.

16.09 Apresentação às Coordenadoras Distritais/Regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os.

17.09 Validação das listas pelas Coordenadoras Distritais/Regionais e pela COC.

23.09 Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais.

29.09 Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes.

OUTUBRO

...

NOVEMBRO

14.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

15.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

16.11 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

26.11 Sai deBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações dos Estatutos, guião votações das Moções).

29.11 XIV Convenção.

30.11 XIV Convenção.

doar.bloco.org



bloco.org
esquerda.net

